

RELATÓRIO DA MISSÃO INSTITUCIONAL

EM BRASÍLIA/DF





RELATÓRIO DA MISSÃO INSTITUCIONAL EM BRASÍLIA/DF

Brasília, novembro de 2025

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	06
SIGLAS.....	11
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	16
I - APRESENTAÇÃO.....	28
II - MISSÃO DISTRITO FEDERAL.....	34
2.1. Etapas Preparatórias - Escuta dos Segmentos.....	34
2.2. Diálogos com o Controle Social do Distrito Federal.....	35
2.3. Diálogos com os Movimentos Sociais.....	40
2.4. Diálogos com o parlamento e órgãos de controle.....	47
2.5. Diálogos com o conjunto de trabalhadores(as) do SUAS, Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do Distrito Federal.....	49
2.6. Diálogos com usuários(as) da Política de Assistência Social e Usuários(as) que compõem o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.....	55
2.7. Diálogos com a gestão do SUAS no Distrito Federal.....	64

III - DEVOLUTIVAS DO GOVERNO FEDERAL.....	78
3.1. Formação e capacitação.....	78
3.2. Fortalecimento do Controle Social.....	81
3.3. Acesso à informação.....	83
3.4. Acesso e obstáculos aos serviços e benefícios.....	85
3.5. Condicionalidades do Bolsa Família e intersetorialidade.....	90
3.6. Orçamento e remuneração.....	91
IV - DEVOLUTIVAS DO GOVERNO DISTRITAL.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
ANEXOS.....	110

AGRADECIMENTOS

Membros da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

Pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS

- João Paulo de Faria Santos, Coordenador da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
- Érica Feitosa Coêlho Marinho de Andrade, Coordenadora Suplente da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
- Clara Carolina de Sá, Secretária Nacional de Assistência Social – SNAS (Titular)
- Elias de Souza Oliveira, Secretária Nacional de Assistência Social – SNAS (suplente)
- Márcio Fernandes Maurício, Secretária Nacional de Renda de Cidadania – SENARC (titular)
- Edson Moreira Lima, Secretária Nacional de Renda de Cidadania – SENARC (suplente)
- Tallyta de Oliveira Pereira Cardoso Drummond, Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD (titular)
- Andrei Suarez Dillon Soares, Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD (suplente)

Pela Controladoria-Geral da União - CGU

- Eliane Viegas Mota – Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios na Secretaria Federal de Controle Interno – SFC (titular)
- Elias Fernandes de Oliveira – Gerente de Projetos na SFC (suplente)

Pela Advocacia-Geral da União - AGU

- André Augusto Dantas Motta Amaral – Consultor-Geral da União (titular)
- Raphael Ramos Monteiro de Souza – Procurador Nacional da União de Defesa da Democracia – PNDD/PGU (suplente)

Pela Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR

- Tatiana de Souza Santos – Chefe da Assessoria Especial de Economia Solidária (titular)
- Fátima Cleide Rodrigues da Silva – Assessora Técnica (suplente)

Pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI

- Norberto Montani Martins – Assessor Especial da Ministra (titular)
- Marcelo Dias da Costa – Gerente de Projetos – SEGES/MGI (suplente)

Agradecimentos especiais

- Adelina Almeida Moreira de Araújo - Secretária de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR)
- Andréia Fernandes Teixeira – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
- Ana Carine do Nascimento Feitosa – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)
- Bernardo Barbosa Matos - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)
- Caio Legay Vermelho - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)
- Carla Gisele dos Santos Mota - Secretária Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS)
- Mariana Lelis Moreira Catarina - Secretária Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS)
- Cláudio João Medeiros Miyagwa Freire - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)
- Clayton de Souza Avelar - Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal (SINDSASC/DF)
- Coracy Chavante - Secretária de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF)
- Fábio Félix - Deputado Distrital
- Max Maciel – Deputado Distrital
- Gabriel Magno - Deputado Distrital
- Francis Silva Magalhães - Secretária de Avaliação, Gestão e Cadastro Único do MDS (SAGICAD/MDS)
- Gustavo Alves de Sousa – Secretária-Executiva do MDS (SE/MDS)

- Inayara Veloso dos Santos - Advocacia-Geral da União (AGU)
- Ivan Tuyoshi Mori Kakimoto - Ouvidoria-Geral do MDS (OV/MDS)
- Jackeline Canhedo - Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF)
- Jéssica Leite Silva - Assessoria de Participação Social e Diversidade do MDS - (APSD/MDS)
- Luiza Rodrigues de Souza - Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Sol Nascente (SEDES/DF)
- Marcia Pádua Viana - Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS)
- Marcílo Marquesine Ferrari - Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS)
- Miriam Barbuda Fernandes Chaves - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)
- Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)
- Sergio Lopes Bezerra - Ouvidoria-Geral - (OG/MDS)
- Solange Bueno - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
- Thiago Bazi Brandão - Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)
- Werner Rech - Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF)
- Yasmin de Moura Dias - Advocacia-Geral da União (AGU)



Parcerias

- Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SE-DES/DF)
- Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF)
- Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal (SINDSASC/GDF)
- Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CAS/CLDF)
- Comissão de Educação e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CEC/CLDF)
- Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CDDHCLP/CLDF)
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)
- Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF)
- Defensoria Pública da União (DPU)
- Fórum Nacional de usuárias/os do Sistema Único de Assistência Social (FNUSUAS)
- Fórum de Usuários/as do Sistema Único de Assistência Social do Distrito Federal (FUSUAS/DF)
- Movimentos sociais
- Usuários(as) da Assistência Social do Distrito Federal
- Trabalhadores(as) da Assistência Social do Distrito Federal

SIGLAS

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

ADM Estrutural - Administração Estrutural

AGU – Advocacia-Geral da União

Aprimora Rede+ - Programa Nacional de Articulação e Fortalecimento da Rede Socioassistencial do SUAS

ASPD - Assessoria de Participação Social e Diversidade

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CapacitaSUAS – Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAS/CLDF - Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa do Distrito Federal

CAS/DF - Conselho de Assistência Social do Distrito Federal

CDDHCLP/CLDF - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal

CEC/CLDF - Comissão de Educação e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal

CECON – Centros de Convivência

Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CEP - Código de Endereçamento Postal

CGU – Controladoria-Geral da União

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social



CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSEA/DF - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPSM - Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Implementação

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado

CRESS/DF - Conselho Regional do Serviço Social do Distrito Federal

DECOR – Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado

DF – Distrito Federal

DGCAD – Departamento de Gestão do Cadastro Único

DGSUAS – Departamento de Gestão do SUAS

DIPOP – Diretoria de Atenção à População em Situação de Rua

DPDF – Defensoria Pública do Distrito Federal

DRCC - Delegacia Especial de Repressão aos Crimes Cibernéticos

EaD - Ensino à Distância

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEED - Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNUSUAS – Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social

FUNAP/DF - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso no Distrito Federal

FUSUAS - Fórum Distrital de Usuários do SUAS

GDF – Governo do Distrito Federal

GPTE - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

GT – Grupo Técnico

IFB – Instituto Federal de Brasília

IGD/PBF - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família

IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

LBV - Legião da Boa Vontade

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MF - Ministério da Fazenda

MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MPO - Ministério de Planejamento e Orçamento

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

OSC - Organizações da Sociedade Civil

OUV - Ouvidoria-Geral

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF - Programa Bolsa Família

PCD - Pessoa com deficiência

PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PF - Polícia Federal

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNEP/SUAS - Política Nacional de Educação Permanente

PPA - Plano Plurianual

PROCAD/SUAS - Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social

RA - Regiões Administrativas

RDS - Regiões de Desenvolvimento Social

RFBC - Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

SAGICAD/MDS - Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SE - Secretaria Executiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

SEDES/DF - Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal

SENARC/MDS - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SGPR – Secretaria-Geral da Presidência da República

SigPBF – Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família

SINDSASC – Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultura do GDF

SIRC – Sistema Nacional de Informações de Registro Civil

SNAS/MDS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SP - São Paulo

SPOG/MDS - Secretaria de Planejamento Orçamento e Governança do MDS

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCU – Tribunal de Contas da União

TRIA – Triagem para Risco de Insegurança Alimentar

UNE - União Nacional do Estudantes

VIS DATA – Visualizador de Dados Sociais

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório é fruto de uma atividade desenvolvida no âmbito da **Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC)**, instituída pela Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, e regulamentada pelo Decreto nº 11.762, de 30 de outubro de 2023. A RFBC, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), desde então, organiza sua atuação no desempenho de ações voltadas para a qualificação e otimização dos processos de prevenção e de fiscalização, tendo como estratégia o diálogo e a colaboração de diferentes órgãos que a compõem, a saber:

- Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/ MDS)
- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS)
- Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS)
- Controladoria-Geral da União (CGU)
- Advocacia-Geral da União (AGU)
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)
- Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR).

Para tanto, a atividade em destaque neste Relatório, denominada de Missão Institucional Brasília, representou uma importante ação no âmbito da RFBC no ano de 2025. Destaca-se que sua finalidade principal seria acompanhar, qualificar e fortalecer a execução da Política de Assistência Social no Distrito Federal, com especial atenção ao Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF) e ao Cadastro Único (CadÚnico), oportunizando conseqüentemente o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A iniciativa integra o Plano de Ação 2025 da RFBC, estruturado nos eixos prevenção, fiscalização e qualificação. Esses eixos se desdobram em seis ações estratégicas e três grupos técnicos voltados para gestão de riscos, enfrentamento à desinformação, controle social, estruturação do SUAS e aprimoramento do BPC. A Missão Institucional Brasília está no escopo da **Ação 1 – Organização das Missões Institucionais**, e representa o instrumento de articulação territorial e de escuta, visando a aproximação com os territórios, buscando elencar elementos voltados para a melhoria da gestão pública e a ampliação da transparência das políticas sociais.

Destaca-se que a Missão Brasília foi motivada pelo recebimento de uma denúncia, em anexo neste documento (Ofício nº 415/2025), encaminhado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CDDHCLP/CLDF), que relatou 126 denúncias sobre o acesso e operacionalização da Política de Assistência Social no DF. Logo, Brasília foi vista pelo colegiado da RFBC como campo prioritário para realização desse trabalho e deliberado o início desse trabalho em reunião interna.

Assim, a Missão teve como **objetivos principais**:

1. Identificar desafios e boas práticas na gestão e na execução da Política de Assistência Social no Distrito Federal;
2. Promover o **diálogo interinstitucional e interfederativo** entre Governo Federal, Governo Distrital, órgãos de controle, conjunto de trabalhadores(as) e sociedade civil;
3. **Fortalecer o controle social** e a participação do público usuário do SUAS;
4. **Aprimorar a gestão e a fiscalização** do PBF e do CadÚnico;
5. Fomentar diálogos analíticos sobre a Política Pública de Assistência Social no Distrito Federal;

6. Construir subsídios que colaborem no **fortalecimento do SUAS** no DF;
7. Fortalecer a **presença da RFBC** nos territórios e no SUAS.

Metodologicamente, a Missão Brasília ocorreu mediante a realização de um conjunto de reuniões em diferentes espaços, tais como Câmara Legislativa do DF, ministérios e CRAS Sol Nascente. A sua distribuição deu-se entre os meses de julho e setembro de 2025, abrangendo os **seguintes segmentos**:

1. Controle Social;
2. Movimentos Sociais;
3. Parlamento e Órgãos de Controle;
4. Trabalhadores(as) do SUAS, Sindicato da pasta e representação da academia;
5. Usuários(as) do SUAS;
6. Gestão do SUAS no Distrito Federal;
7. Devolutiva pública da Missão Brasília.

As reuniões foram conduzidas a partir de metodologias participativas, propiciando diálogos plurais e que convergiam no fortalecimento da referida política pública no que diz respeito ao mapeamento de suas demandas, **principais dificuldades de materialização**, levantamento de propostas com foco no aprimoramento e na avaliação, visando o monitoramento contínuo do SUAS.

Com base nas deliberações das reuniões, foram consolidadas as seguintes **demandas e encaminhamentos** presentes nesses pontos síntese:

- Necessidade da realização de **concurso público** visando a recomposição do quadro técnico da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes/DF);
- **Revisão do modelo de terceirização** presente nos serviços socioassistenciais do DF e fortalecimento da gestão pública direta;
- **Ampliação da rede socioassistencial** para contemplar territórios que apresentam fragilidades de atendimento e de acompanhamento e aprimoramento do CRAS Móvel;
- Melhoria dos fluxos de agendamento e de atendimento, com a devida atenção e resposta para os **casos de vendas de senhas** para atendimentos nas unidades da Assistência Social, principalmente aqueles vinculados à Proteção Social Básica;
- Criação do **Observatório de Assistência Social do DF**;
- Fortalecimento do **Núcleo de Educação Permanente**;
- Integração das bases de dados (CadÚnico, Dataprev, IPEDF);
- Aprimoramento da gestão orçamentária e da transparência nos repasses do Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS);
- Fortalecimento do CapacitaSUAS e **ampliação da educação permanente** para todos os segmentos que compõem o SUAS;
- Promoção de campanhas de comunicação e de **enfrentamento à desinformação** sobre o PBF e o CadÚnico;
- Articulação entre o MDS e os órgãos de controle com foco no monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social no DF.

No escopo das escutas realizadas e com o objetivo de melhor subsidiar a apreciação coletiva, as demandas foram **categorizadas e direcionadas conforme sua natureza**, da seguinte forma:

- 1. Formação e capacitação:** entendimento da qualificação permanente junto ao conjunto de trabalhadores(as) do SUAS e alinhada com os princípios da Política de Assistência Social. Considera-se, portanto, que a **Política Nacional de Educação Permanente (PNEP/SUAS)** configura-se como um caminho fundamental para essa demanda frente aos entes federativos.
- 2. Fortalecimento do Controle Social:** observou-se a necessidade do fortalecimento dos espaços de participação social, levando em consideração esta instância como um dos pilares centrais para os processos de acompanhamento e de monitoramento das políticas públicas. No âmbito da Assistência Social, o horizonte foi direcionado para o fortalecimento do **Conselho de Assistência Social do DF**, ponderando espaços com maior tempo de debate, formação para o conjunto de conselheiros(as) e criação de estratégias que possam fortalecer o maior diálogo com a população atendida.
- 3. Acesso à Informação:** as informações produzidas e o acesso a elas são de fundamental importância para o SUAS, sobretudo como estratégia de rompimento de futuras narrativas que colaborem para a ampliação de desinformações no âmbito desta política. Para tanto, observa-se que a Missão Institucional Brasília caracterizou esse ponto pautando a necessidade de integração dos sistemas de informação e no foco no **combate às Fake News**.
- 4. Acesso e obstáculos aos Serviços e Benefícios:** essa categoria sinalizou a necessidade de reconhecimento das barreiras burocráticas enfrentadas pela população usuária dos serviços socioassistenciais. **O levantamento de irregularidades**, atrasos no pagamento de benefícios eventuais, demora no agendamento

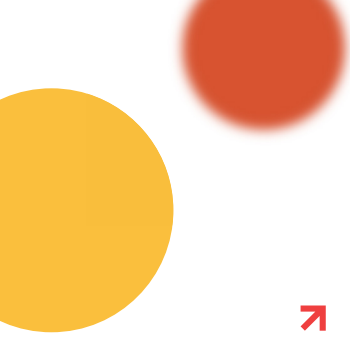
de atendimentos, intensa terceirização dos serviços, denúncias com ênfase para a **venda de senhas** e a necessidade de maior cobertura realizada pelas unidades da rede, bem como necessidade de ampliação do quadro de profissionais que atuam no SUAS.

- 5. Condicionalidades do Bolsa Família e Intersetorialidade:** conforme preconiza a lei que institui o Programa Bolsa Família, Lei nº 14.601 de junho de 2023, as condicionalidades colaboram para a manutenção da família no programa e na expansão do acesso a outros direitos sociais. Portanto, a Missão Institucional Brasília sinaliza a **importância do fortalecimento da articulação intersetorial** entre as pastas da saúde, educação e assistência social.
- 6. Orçamento e remuneração:** referente à continuidade dos serviços, bem como ao seu aprimoramento, também se dá mediante a necessidade de recursos investidos para tal. Desse modo, a recomposição orçamentária do SUAS entrou como ponto relevante nos diálogos feitos com os segmentos, sobretudo junto aos trabalhadores(as) do SUAS e com a gestão local.

O relatório detalha ainda as respostas da União e do GDF, com base em suas competências administrativas, e os compromissos para aprimoramento da política, gerando assim, o estabelecimento de providências.

O MDS se comprometeu com medidas de apoio técnico, normatização e fiscalização no âmbito da União:

- 7** Aprimoramento do CadÚnico: Lançamento do **Novo Sistema do Cadastro Único** (março/2025) com integração de bases de dados (CNIS, SIRC, CPF etc), visando maior agilidade e segurança.

- 
- Combate a Fraudes: Encaminhamento de Ofício nº 621/2025/SE/RFBC à Polícia Federal (PF) para apurar a denúncia de venda de senhas e agendamentos, devido ao uso de recursos federais (PBF e BPC). Atuação conjunta com a AGU resultou em **remoção de perfis de venda de senhas**;
 - Fortalecimento do Controle Social: A partir do **aumento da destinação mínima do IGD** para os Conselhos de Assistência Social de 3% para 10%;
 - Exigência de apoio pelos entes à construção de **Planos de Fiscalização Anual** pelos Conselhos no novo Termo de Adesão ao PBF/CadÚnico;
 - Educação Permanente: Apoio à reestruturação dos Núcleos de Educação Permanente do GDF e à oferta do CapacitaSUAS. Instituição da **Escola do SUAS Simone Albuquerque** para formação de profissionais e de usuários;
 - Financiamento do SUAS (GT2): Articulação com o Congresso Nacional e órgãos de planejamento (MPO) para impulsionar a **aprovação da PEC 387/2017**, que busca garantir recursos mínimos para o SUAS.

Devolutivas e Compromissos do Governo Distrital (GDF) - a SEDES/DF apresentou o cenário atual e compromissos futuros:

- Concurso Público: O GDF reafirma o interesse na realização de concurso público e possui o termo de referência pronto, mas aguarda a liberação orçamentária para avançar. A falta de pessoal impede a abertura de novas unidades;
- Fraudes: Já há **inquérito de investigação** em andamento pela Polícia Civil do DF, que resultou na prisão de dois servidores;

- Novas Unidades e Expansão: há planos de construção de 16 novas unidades de CRAS (3 em fase de construção) e 3 novos Centros Pop;
- Ampliação **da cobertura do CRAS Móvel** (16 núcleos de atendimento);
- Meta de ampliar a capacidade de realização de visitas domiciliares de 11,76% para 70% das unidades;
- Agendamento: Adoção de envio de mensagens via *WhatsApp* na véspera do agendamento para confirmar o comparecimento, o que resultou na redução de 15% nas abstenções.

Desse modo, a Missão Brasília colaborou para a construção de agendas cooperativas voltadas ao fortalecimento da política de Assistência Social do DF, bem como no aprimoramento dos instrumentos de controle e de gestão.

Entre os **resultados esperados** destacam-se:

- Melhoria na focalização e integridade dos dados do CadÚnico e do PBF;
- Aprimoramento da transparência e da gestão participativa;
- Fortalecimento do controle social e das instâncias colegiadas;
- Valorização dos trabalhadores(as) do SUAS e da qualificação permanente;
- Garantia de respostas às demandas manifestadas pelas populações.

Assim, o relatório demonstra que, embora o Distrito Federal disponha de uma estrutura institucional para materialização do SUAS, persistem entraves estruturais, orçamentários e operacionais que comprometem a efetividade da política de Assistência Social. Den-



tre os pontos, chama atenção a defasagem de servidores(as), necessidade de **ampliação de equipamentos**, denúncias referentes **às dificuldades de acesso aos serviços socioassistenciais**.

Como fruto desse trabalho foi possível desenvolver uma síntese frente aos principais desafios identificados, a saber:

- 1. Fragilidade estrutural na capacitação dos(as) trabalhadores(as) do SUAS no DF:** ausência de informações qualificadas, por parte do GDF, a respeito das ações de capacitação e de formação para o conjunto de profissionais que compõem a SEDES/DF;
- 2. Falta de apoio à participação social:** identifica-se um baixo número de ações no campo do controle social, com quantitativo baixo de reuniões e baixa frequência de encontros com a gestão distrital. Ausência de transparência no uso dos recursos do IGD-PBF;
- 3. Baixa efetividade na implementação da Vigilância Socioassistencial:** apresenta fragilidade na consolidação como instrumento efetivo de gestão estratégica, contando com apenas dois profissionais para acompanhamento de todo o território do DF;
- 4. Desafios no enfrentamento à desinformação:** evidencia-se a necessidade de fortalecimento de práticas que colaborem para a socialização de informações corretas como responsabilidade compartilhada entre os entes;
- 5. Cobertura de serviços e benefícios insuficientes:** o GDF não consegue responder à demanda cotidiana da população usuária das políticas de Assistência Social. Tal contexto ocasiona o cenário de desproteção social e a necessidade de ampliação urgente do alcance da referida política. Estudo do MPDFT aponta a necessidade de 56 Cras para atender a demanda do DF, frente a uma realidade de 31 unidades em funcionamento;

6. **Fragilidade na supervisão da Rede Socioassistencial:** o avanço da terceirização via contratação e/ou estabelecimentos de parcerias com organizações da sociedade civil fomentou um debate sobre a precarização dos serviços, que traz inúmeras consequências, entre elas, a qualidade dos serviços prestados.
7. **Avanços e dificuldades na intersetorialidade do Programa Bolsa Família:** SEDES/DF constituiu um Comitê Intersectorial para articular as políticas setoriais, buscando a integração com as pastas de saúde e educação e o fortalecimento da gestão compartilhada, mas ainda com dificuldades estruturais para consolidar a intersectorialidade;
8. **Cooperação federativa para recomposição orçamentária do SUAS:** sinaliza-se a necessidade de regularidade e de previsibilidade orçamentária com foco na melhor efetivação do SUAS, que exige colaboração entre os entes.

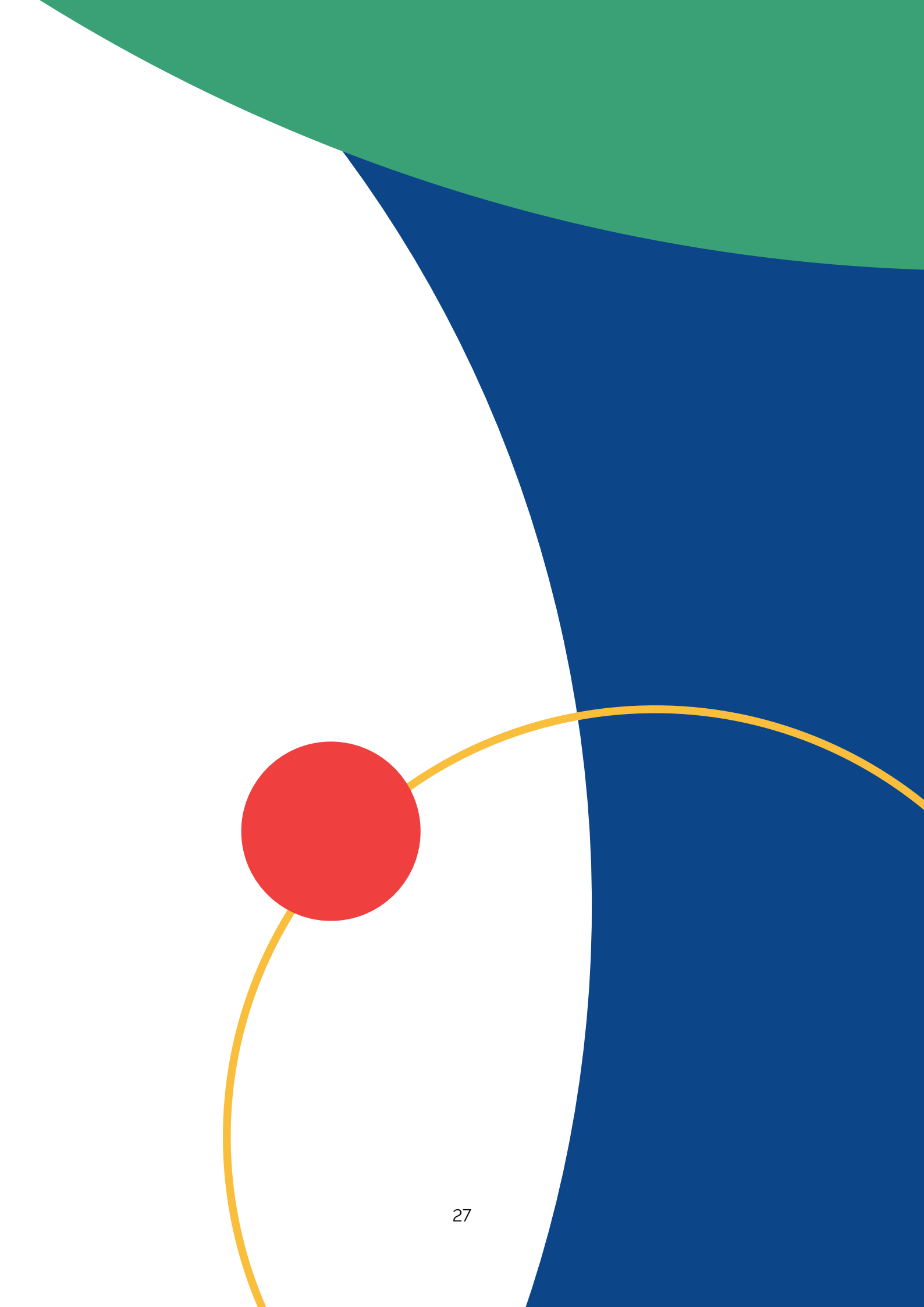
A Missão Institucional reafirmou a importância da articulação federativa e da participação social como pilares da governança pública, ao mesmo tempo em que possibilitou a construção de um diagnóstico aprofundado. Todavia, destacou ser fundamental reconhecer que a Política de Assistência Social no Distrito Federal atravessa um **cenário de significativa fragilidade**, o que reforça ainda mais a relevância de espaços de diálogo como esse.

O processo de escuta e devolutiva estabeleceu bases concretas para a implementação de medidas voltadas para o aprimoramento da gestão do SUAS e a consolidação de uma Política de Assistência Social que corresponda às demandas da população usuária.

As denúncias de venda ilegal de senhas podem ser vistas como uma das mais **representativas violações aos princípios do SUAS** no que tange a sua universalidade e equidade, exigindo uma resposta integrada da União e do GDF, como se observou na experiência em questão.

A RFBC conclui que existe uma discrepância evidente entre os esforços relatados pela gestão e a **realidade de precarização observada**, especialmente nas dimensões de recursos humanos, infraestrutura e acesso aos serviços.

O acompanhamento contínuo e o monitoramento sistemático das proposições apresentadas neste relatório, a partir da cooperação federativa, são essenciais para promover a qualificação permanente do SUAS e garantir a efetividade do PBF e do CadÚnico no DF. Por fim, a RFBC agradece a participação de todos os atores envolvidos.



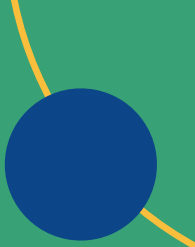
I - APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como finalidade a divulgação ampla dos trabalhos realizados na Missão Institucional em Brasília – Distrito Federal, desenvolvida no âmbito de atuação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único (RFBC).

Tendo como foco o acompanhamento, a qualificação, a fiscalização e o aprimoramento do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único (CadÚnico), assim como, o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a RFBC considera o monitoramento e a avaliação das políticas públicas como funções permanentes da ação do Estado, sempre com foco no cidadão, e inseridas em realidades sociais diversas.

Para tanto, a Assistência Social, conforme o disposto no art. 203 da Constituição Federal de 1988, destina-se a atender aqueles(as) que dela necessitam, atuando em contextos marcados pela desigualdade social. Nesse sentido, sua efetividade requer a articulação com outras políticas públicas, de modo a promover respostas integradas e abrangentes às demandas sociais.

Vislumbrando a proteção social e a cidadania como horizontes, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) contribui para o desenvolvimento de estratégias que promovam a emancipação e o desenvolvimento de potencialidades das populações atendidas. Ademais, o PBF, articulado ao CadÚnico, alcança milhares de famílias na garantia da proteção social e da inclusão socioeconômica. De forma intersetorial, em diálogo com as demais políticas sociais, especialmente as políticas de educação e de saúde, contribui para o desenvolvimento e a superação das vulnerabilidades sociais.

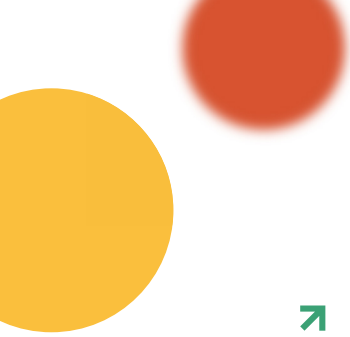


Dessa forma, o acompanhamento do PBF configura-se como uma atribuição essencial do Governo Federal, articulada à qualificação e ao uso estratégico das informações do CadÚnico. Assim, a RFBC, regulamentada pelo Decreto nº 11.762 de 30 de outubro de 2023, foi implementada com a tarefa de:

- I. Melhorar a qualificação das informações constantes do CadÚnico e daquelas relacionadas à gestão do Programa Bolsa Família;
- II. Aprimorar a fiscalização do CadÚnico e do Programa Bolsa Família; e
- III. Prevenir fraudes no CadÚnico e no Programa Bolsa Família.

Partindo do seu conjunto de atuações, descritas em seu Plano de Ação direcionado para o ano de 2025 e aprovado por meio da Portaria nº 1.066, de 18 de março de 2025, a RFBC destaca três eixos norteadores: prevenção, fiscalização e qualificação, estruturados a partir de seis ações estratégicas e três grupos técnicos:

- **Ação 1 - Organização das Missões Institucionais:** fortalecer a presença da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico (RFBC) nos territórios, promovendo diálogos interinstitucionais, interfederativos e com a sociedade civil, com o objetivo de orientar a correta aplicação de recursos federais repassados, em especial aqueles referentes ao Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD/PBF) e ao Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD/SUAS), assegurando a integridade dos dados e a adequada focalização do PBF e do CadÚnico.

- 
- **Ação 2 - Consolidação da Unidade de Gestão de Riscos e Pesquisa Estratégica do Cadastro Único:** consolidar as diretrizes de gestão de riscos e de fiscalização, com foco na prevenção, detecção precoce e na mitigação de irregularidades e fraudes no CadÚnico, bem como aprimorar continuamente os processos de qualificação dos dados;
 - **Ação 3 - Enfrentamento à Desinformação:** enfrentar a propagação de informações falsas sobre o Programa Bolsa Família (PBF) e o CadÚnico, por meio de respostas rápidas e da divulgação de conteúdos precisos, a fim de fortalecer a confiança pública nos programas sociais;
 - **Ação 4 - Alinhamento Estratégico do Controle e da Fiscalização:** possibilitar a cooperação da Rede Federal de Fiscalização e Controle do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC) com as instituições de controle e fiscalização, de modo a identificar sinergias e promover complementaridades que otimizem os processos de gestão, auditoria e fiscalização, bem como implementar o fluxo integrado de denúncias do Governo Federal para o tratamento de irregularidades e fraudes no CadÚnico e no PBF;
 - **Ação 5 - Promoção de Boas Práticas de Gestão e Controle Social:** avaliar e divulgar boas práticas de gestão e de controle social, de modo a promover sua disseminação nos territórios, com base no desenvolvimento dos planos de acompanhamento, fiscalização, avaliação da gestão e operacionalização do PBF e do CadÚnico, conforme disposto na Portaria MDS nº 1.030, de 7 de novembro de 2024;
 - **Ação 6 - Fortalecimento da Participação Social nos Programas Usuários do CadÚnico e das Condicionalidades do Programa Bolsa Família:** fortalecer as entidades de controle social relacionadas aos programas usuários do CadÚnico e aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), com foco nas políticas públicas vinculadas às condicionalidades do PBF,

a partir da escuta de suas demandas e dos diferentes saberes oriundos das práticas nos territórios, visando à qualificação das informações e da gestão;

- **Grupo Técnico 1 - Redução de Litigiosidade:** consolidar uma mesa permanente de diálogo e de negociação, com o objetivo de reduzir prazos e evitar o ajuizamento de demandas desnecessárias;
- **Grupo Técnico 2 - Orçamento, Fiscalização e Estruturação do SUAS:** promover estratégias que impulsionem o investimento público em assistência social nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com vista ao fortalecimento do sistema de seguridade social brasileiro e ao consequente aprimoramento nas ações de monitoramento;
- **Grupo Técnico 3 - Aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC):** promover estratégias para o aperfeiçoamento do BPC e o alinhamento contínuo entre as instituições operadoras e o grupo gestor, com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de atualização cadastral, acompanhamento de benefícios e controle, a fim de endereçar os problemas identificados em diálogo permanente com o Comitê Gestor do BPC.

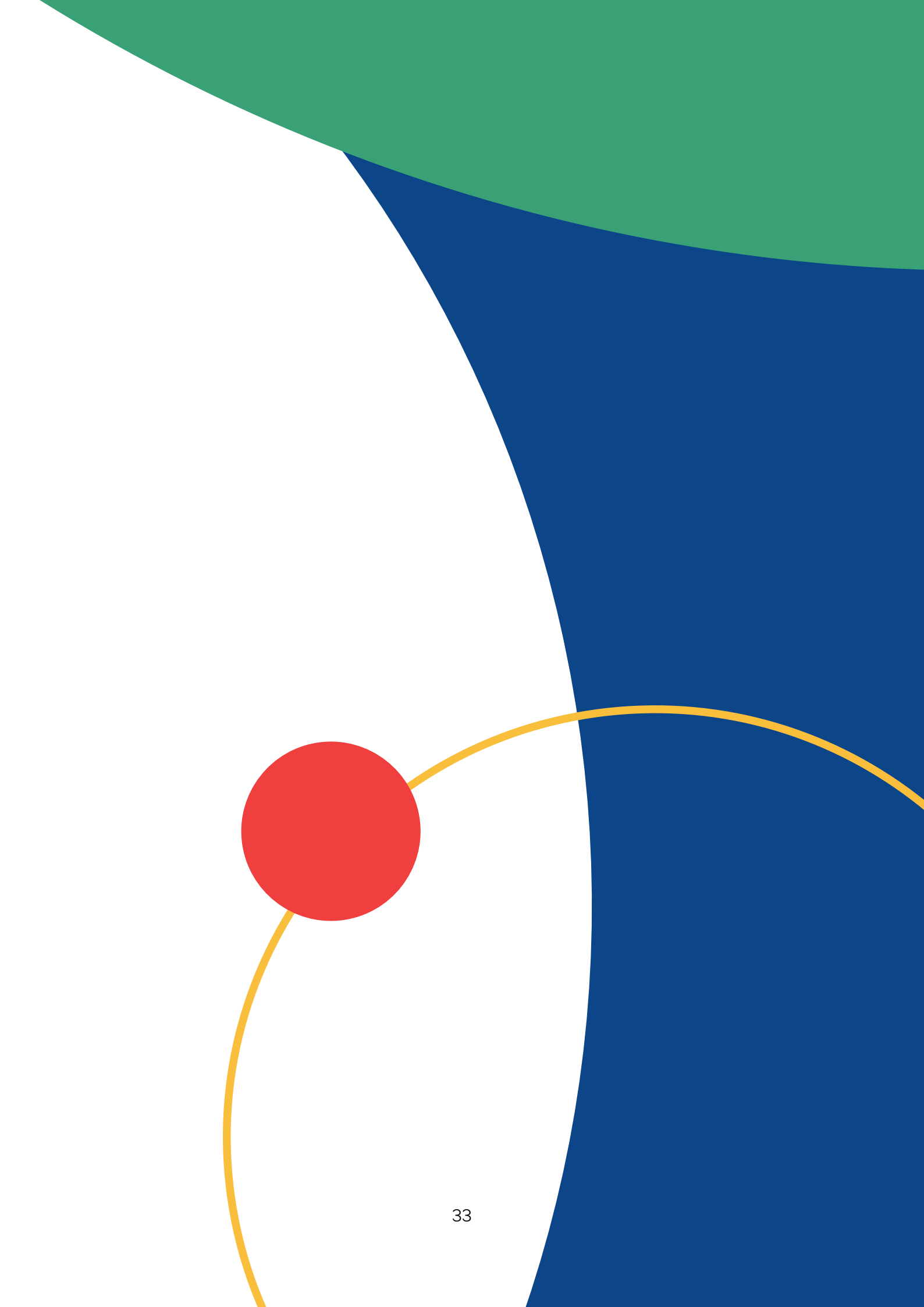
A Ação 1 do Plano de 2025 prevê a realização de Missões Institucionais voltadas à análise da Política de Assistência Social, por meio da escuta dos segmentos envolvidos, visando ao fortalecimento da rede socioassistencial local e dos programas sociais. A iniciativa é coordenada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SENARC/MDS) no âmbito da RFBC.

Em discussão, a cidade de Brasília foi reconhecida pelo colegiado da RFBC como campo prioritário de atuação no ano de 2025. A realização desta Missão Institucional teve início a partir do recebimen-

to de ofício encaminhado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CDDHCLP/CLDF), no qual foram relatadas denúncias referentes ao acesso e à operacionalização da Política de Assistência Social no Distrito Federal.

Como consequência do recebimento desse ofício, realizou-se, no dia 30 de junho do corrente ano, uma reunião na sala da Presidência da CLDF, a qual teve como desdobramento o início das atividades referentes à Missão Brasília, com a realização de um conjunto de reuniões envolvendo diversos segmentos fundamentais nesse debate, a saber: movimentos sociais, parlamento, órgãos de controle, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, gestão do SUAS/DF, pessoas usuárias do SUAS, além de órgãos de pesquisa e instituições acadêmicas.

Desse modo, o presente relatório busca dar visibilidade à Missão Brasília, apresentando os resultados das escutas realizadas e seus respectivos encaminhamentos. Sua estrutura está organizada em sessões temáticas correspondentes a cada reunião realizada, acompanhadas das devolutivas do Governo Federal e do Governo Distrital.



II - MISSÃO DISTRITO FEDERAL

2.1. Etapas Preparatórias - Escuta dos Segmentos

Por meio da Missão Brasília, foram realizados diálogos com diversos segmentos que integram ou são impactados pela Política de Assistência Social, incluindo pessoas usuárias e trabalhadoras do SUAS, representantes do controle social, movimentos sociais e instituições de pesquisa.

Desse modo, a Ação 1, vinculada ao Plano de Ação 2025 da RFBC, que corresponde à realização das Missões Institucionais, reconheceu o território de Brasília como campo prioritário para a execução desta Missão no corrente ano.

Assim, foi construído um cronograma de reuniões, aprovado pelo colegiado que compõe a RFBC, no qual foram definidas as seguintes agendas:

- Diálogo com representações do Controle Social – 28 de julho de 2025;
- Diálogo com representações dos Movimentos Sociais – 05 de agosto de 2025;
- Diálogo com o Parlamento e Órgãos de Controle – 11 de agosto de 2025;
- Diálogo com as pessoas trabalhadoras do SUAS, representações dos sindicatos da pasta e entes da academia – 18 de agosto de 2025;
- Diálogos com as pessoas usuárias do SUAS – 25 de agosto de 2025;

- Diálogos com a Gestão do SUAS no Distrito Federal – 01 de setembro de 2025;
- Devolutiva da Missão Brasília - 25 de setembro de 2025;

As reuniões, aqui denominadas de diálogos, foram previamente organizadas pela equipe do Departamento de Apoio à RFBC (DARE/MDS), a partir da elaboração das metodologias de trabalho, da construção e do envio de ofícios de convite aos segmentos e membros da RFBC, bem como da mobilização e mapeamento de parceiros, da reserva de espaços para as atividades e da elaboração de material técnico contendo subsídios e estudos analíticos sobre a Política de Assistência Social no DF.

A saber, as reuniões ocorreram em diferentes espaços institucionais, tais como a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), auditórios e salas de reunião de Ministérios situados na Esplanada dos Ministérios e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Sol Nascente, em Ceilândia.

2.2 - Diálogos com o Controle Social do Distrito Federal

A participação popular é essencial para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, conferindo caráter coletivo às ações do Estado. O diálogo com o controle social reforça a importância dos conselhos e o papel de destaque da Assistência Social nesse processo.

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais. (PNAS, 2004, p.51)

Em relação à realidade do Distrito Federal, destaca-se a existência do Conselho de Assistência Social (CAS/DF), que atua como órgão deliberativo na materialização do SUAS, conforme estabelece o artigo 1º da Lei Distrital nº 997/1995. O CAS/DF é composto por vinte e quatro membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados por órgãos governamentais e por representantes da sociedade civil, com mandatos de três anos. Atualmente, a presidência do Conselho é exercida pelo Subsecretário Coracy Coelho Chavante, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF).

A reunião com o controle social foi realizada no dia 28 de julho, tendo como objetivos apresentar a Ação 1 e a atuação da RFBC às pessoas presentes, e coletar manifestações referentes à Política de Assistência Social, a partir das contribuições elencadas pelos representantes do controle social.

Representando o CAS/DF, estiveram presentes as conselheiras Gislaine Andrea Almeida Medeiros, vice-presidente do Conselho Regional do Serviço Social do Distrito Federal (CRESS/DF) e conselheira do CAS/DF, e Ana Luiza Ribeiro Câmara, primeira secretária do CRESS/DF e suplente do CAS/DF. Além dessas representações, participaram também representantes da RFBC, da CLDF e da Sedes/DF. Durante a reunião, destacam-se os seguintes apontamentos:

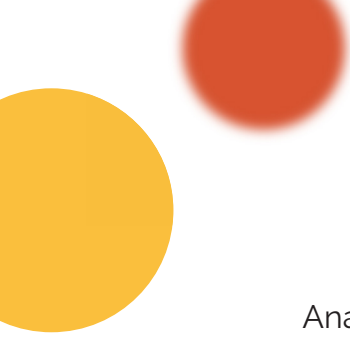
Jaira Magalhães, Coordenadora-Geral de Articulação Intersetorial da RFBC, realizou uma breve apresentação sobre a RFBC, com o foco na contextualização de suas demandas e, principalmente, daquelas relacionadas à Ação 1. Na ocasião, fez um resgate da Missão Institucional que aconteceu em São Paulo, no ano de 2024, com o intuito de exemplificar o processo metodológico e seus desdobramentos. Após esse momento, a Coordenadora-Geral informou que a RFBC foi oficiada pela CLDF, solicitando apoio em razão da cons-

tatação de 126 denúncias referentes à materialização dos serviços socioassistenciais no Distrito Federal. Como estratégia para fomentar o diálogo e promover a escuta das pessoas presentes, foi destacada a Resolução CNAS/MDS nº 202, de 25 de julho de 2025, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos conselhos, nas três esferas de gestão, enquanto instâncias de participação e controle social do PBF e do CadÚnico.

Márcio Maurício, membro da RFBC e Diretor da SENARC/MDS, ressaltou a importância do diálogo em questão e complementou sua fala com dados quantitativos sobre o acesso ao PBF, bem como sobre a importância do uso dos recursos do índice de Gestão Descentralizada (IGD-PBF), com foco no fortalecimento das ações voltadas ao controle social local.

Thiago Bazi, membro da CLDF, apresentou uma análise das denúncias coletadas, destacando que, em sua maioria, tratam das dificuldades de acesso aos serviços socioassistenciais. Sinalizou, ainda, que cerca de 95% do orçamento da pasta é destinado ao pagamento de benefícios, o que tem provocado o sucateamento dos serviços e, conseqüentemente, a fragilização do SUAS. Em sua fala, ressaltou também que a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) desempenhou papel importante como medida emergencial, contudo não deve ser compreendida como um direcionamento estrutural da política.

Fernanda Granja, assistente social e assessora parlamentar do Deputado Distrital Fábio Felix, compartilhou, durante a reunião, uma listagem contendo as tipologias das denúncias que motivaram a reunião. Informou, ainda, que os atrasos no pagamento dos benefícios decorrem do caráter limitado do orçamento e da necessidade de suplementação para ampliação de alcance. Sua fala concentrou-se na realidade do Distrito Federal, com destaque para a importância da realização de concurso público voltado ao ingresso de novos(as) servidores(as) na pasta.



Ana Luíza Câmara, secretária do CRESS/DF e conselheira do CAS/DF, informou que o CAS/DF não é reconhecido como uma instituição de recebimento de denúncias e pontuou que o segmento de usuários(as) do referido conselho precisa ser fortalecido, mencionando a eleição pendente, a ser realizada nos dias seguintes, com o objetivo de concluir a composição desse quadro. Destacou, ainda, a necessidade da realização de visitas domiciliares como extensão do trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas dos equipamentos, reforçando a necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos, com foco na garantia do atendimento à população usuária. No tocante às atividades do CAS/DF, enquanto conselheira, mencionou a necessidade de formação continuada sobre contas públicas, além de capacitações permanentes voltadas à qualificação do conjunto de conselheiros(as). Informou, também, sobre a importância de ampliar o número de reuniões com a gestão da Sedes/DF e sinalizou a problemática das reuniões com tempo reduzido, o que tem ocasionado pendências nos debates e deliberações.

Após a reunião foi possível extrair as seguintes observações:

- a).** A necessidade de realização de concurso público para recomposição do quadro de servidores(as) da SEDES/DF;
- b).** Número de equipamentos limitados para a demanda apresentada pela população usuária;
- c).** Atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) como medida emergencial e não como solução para as demandas reprimidas no cenário do SUAS no Distrito Federal;
- d).** Demora no acesso aos agendamentos para atendimento junto aos equipamentos socioassistenciais;
- e).** Necessidade de fortalecimento da acolhida nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) com foco no encaminhamento de um conjunto de atendimentos;

- f). Fortalecimento da atuação do CAS/DF no que corresponde a sua estrutura, capacitação e participação das representações do segmento usuário(a) no CAS/DF, visto as demandas que são necessárias para garantia dessa participação, tais como deslocamento e alimentação.

Como encaminhamentos, a reunião definiu os seguintes pontos:

- Participação da equipe do DARE/MDS na reunião do CAS/DF, no dia 31 de julho, destinada à eleição dos membros faltantes para compor o segmento de usuários(as);
- O CAS/DF utilizará como base os subsídios construídos neste encontro, com foco na elaboração de propostas a serem dialogadas durante a Missão Brasília, prevista para o mês de setembro/2025;
- O CAS/DF organizará suas demandas prioritárias para envio formal à Comissão de Direitos Humanos da CLDF no sentido de viabilizar o apoio para garantir a participação dos(as) usuários(as) e outras ações conjuntas;
- Proposta de que o CAS/DF leve à Sedes/DF a demanda de multiplicar a iniciativa "GDF próximo ao cidadão"¹ para todas as Regiões Administrativas.

¹ Programa local que reúne, em um espaço previamente escolhido, serviços diversos com foco no fortalecimento da cidadania, acesso a assistência social, capacitação e cuidado com a população usuária.

2.3. Diálogos com os Movimentos Sociais

Os movimentos sociais, historicamente, apresentam papel fundamental na mobilização da sociedade civil e no registro das pautas que emergem da realidade individual e coletiva, a partir da identificação das demandas articuladas às singularidades das populações.

É importante destacar ainda que os movimentos sociais apresentam contribuição efetiva no campo das políticas públicas, sobretudo diante do seu papel relevante no monitoramento e acompanhamento das demandas sociais e suas respostas via políticas públicas e sociais.

Nesse contexto, no dia 06 de agosto de 2025, aconteceu no auditório térreo do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), uma reunião com o conjunto de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam, ou são perpassados, pela Política Pública de Assistência Social.

Na ocasião, destacou-se a presença de 59 participantes, entre os quais profissionais representando a RFBC, a CLDF e as diversas organizações e/ou movimentos sociais/coletivos/sindicatos. Os movimentos sociais presentes acumulavam representações diversas e plurais, desde o trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes, juventudes, mulheres e mulheres negras, arte e cultura, geração, educação, cultura e sindicatos de diversas categorias.

João Paulo, Coordenador da RFBC, fez uso de um material audiovisual com o intuito de subsidiar o debate inicial e fomentar as falas. Foram apresentadas as diretrizes da RFBC, destacando-se o espaço como um momento de escuta qualificada com a sociedade civil. Em sua fala, João Paulo também mencionou a vinculação direta

da RFBC com o novo PBF e compartilhou a experiência da Missão Institucional ocorrida em São Paulo/SP em 2024. O Coordenador enfatizou que a escuta dos territórios favorece o planejamento de estratégias que atendam à diversidade da realidade brasileira, com foco na não criminalização da pobreza. Após essa exposição inicial, as pessoas puderam compartilhar suas avaliações e percepções sobre a pauta proposta.

Elizabeth Trindade, profissional atuante no CRAS Gama, apontou gargalos no atendimento, como a venda de senhas para acesso aos serviços do SUAS, situação agravada pela insuficiência de servidores, o que compromete a qualidade e a equidade no atendimento à população. Sugeriu a realização de visitas aos territórios e destacou o perfil das pessoas usuárias, composto majoritariamente por mães solas. Também defendeu a valorização dos(as) servidores(as) e, como pessoa que atuou diretamente no Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultura (SINDSASC), ressaltou a fragilidade dos espaços do CRAS móvel e a necessidade de articulação e pressão institucional junto ao governo por melhores condições de trabalho.

Lopes, trabalhador do SUAS, destacou que, para compor efetivamente a rede de proteção social, é necessário "voltar algumas casas", ou seja, retomar aspectos estruturantes que foram deixados de lado. Ressaltou a ausência do Ministério da Fazenda (MF) nas discussões, apontando que essa lacuna compromete a articulação intersetorial necessária para o avanço das políticas públicas. Lopes também sinalizou o desconhecimento generalizado sobre os critérios de acesso aos programas sociais, o que dificulta tanto o atendimento pelas equipes quanto a compreensão por parte da população. Por fim, sugeriu a qualificação contínua dos agentes que atuam no SUAS, como medida essencial para fortalecer a rede de proteção e garantir um atendimento mais eficiente e humanizado.

Afonso Magalhães, representante da Central dos Movimentos Populares, apontou problemas enfrentados no DF, especialmente relacionados à burocratização dos cadastros, agravada no governo anterior. Questionou a natureza da RFBC e defendeu a necessidade de maior nitidez sobre seu papel.

Kleidson Oliveira, representante do Movimento das Pessoas em Situação de Rua, apresentou críticas à terceirização no campo da Assistência Social e ao avanço do terceiro setor, ressaltando que tais práticas despersonalizam o atendimento. Apontou o sucateamento dos serviços socioassistenciais, a existência de práticas assistencialistas religiosas e desvio de recursos públicos. Alertou, ainda, para os encaminhamentos de pessoas usuárias para casas terapêuticas sem o devido fortalecimento da assistência social, sugerindo um olhar mais atento e sensível à população em situação de rua, que permanece em contexto de extrema vulnerabilidade.

Telma Sousa, representante do Lar Fabiano de Cristo, destacou as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quanto à compreensão dos serviços socioassistenciais e do papel do controle social. Informou sobre a Conferência de Assistência Social da Região Norte, prevista para o dia 14 de setembro, e abordou sobre a precarização dos serviços e o aumento das situações de insegurança alimentar, propondo uma articulação conjunta voltada ao fortalecimento do controle social.

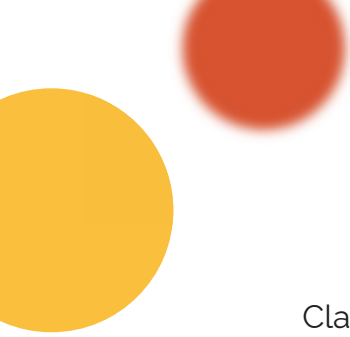
Quintino Rodrigues, representante do Movimento Evangélico Progressista, pediu o reconhecimento da complexidade do cenário relacionado ao uso de substâncias psicoativas, compartilhando a experiência de uma família que buscou apoio em comunidade terapêutica.

Rita de Cássia, representante da Amarevita, relatou que o CRAS móvel perdeu presença nas comunidades. No entanto, apontou que atualmente essas áreas vêm sendo classificadas como zonas de risco, o que tem dificultado o acesso dos(as) servidores(as) e comprometido a continuidade dos atendimentos. Destacou, ainda, a necessidade de maior estrutura para garantir a presença dos serviços nessas localidades e defendeu um diálogo mais efetivo com os sindicatos, visando fortalecer as condições de trabalho e ampliar o alcance da política de assistência social.

Marly Conceição, representante do Coletivo Mulheres do Sol Nascente, elogiou o fato de o Brasil ter saído do mapa da fome e reconheceu o trabalho desenvolvido pela RFBC. Denunciou a venda de vagas no CRAS, defendeu a realização de atendimento *in loco* e sugeriu substituir o termo "fiscalização" por "cooperação".

Laura Gisler, integrante da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Conselheira de Juventude, destacou a importância de formular políticas públicas assertivas voltadas à juventude, com diálogo permanente com os movimentos sociais. Enfatizou a necessidade de centralizar o debate sobre o enfraquecimento da rede intersetorial, o desmonte e a precarização dos serviços. Ressaltou, ainda, o papel estratégico da juventude como agente de transformação e defendeu o fortalecimento de uma formação crítica, além da ampliação dos projetos de extensão e de pesquisa com foco na leitura da realidade social dos territórios.

Keila Ferreira, representante da Comunhão Espírita, destacou que a atuação da instituição vai além de uma prática assistencialista. Abordou a desinformação relacionada ao PBF, a escassez de servidores(as) e o uso de substâncias psicoativas, reforçando a necessidade de atenção integrada.



Clara de Sá, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (DGSUAS), destacou a relevância das discussões para o fortalecimento da rede de proteção social. Mencionou a recomposição orçamentária, o fortalecimento do pacto federativo, o combate às *fake news* no SUAS, e a valorização da micropolítica. Apresentou a agenda de capacitação (Capacita SUAS²), defendeu o diálogo sobre prioridades estratégicas e reconheceu as lutas históricas por direitos sociais.

Jéssica Leite, representante da Assessoria de Participação Social e Diversidade, ressaltou a escuta qualificada como uma ferramenta de aproximação entre a sociedade civil e o Governo Federal. Enfatizou o empoderamento das comunidades como estratégia fundamental para o fortalecimento da participação social e para a construção conjunta de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Jaira Magalhães, Coordenadora Geral de Articulação Intersetorial da RFBC, informou que as demandas apresentadas serão sistematizadas para socialização junto à gestão. Apresentou o levantamento dos recursos repassados ao GDF, incluindo o IGD, e destacou o empenho do MDS no diálogo com os territórios. Pontuou temas como a PEC 387, a terceirização da assistência no DF, e a importância da fiscalização como instrumento de aprimoramento do SUAS. Informou sobre a reunião geral da Missão Brasília prevista para setembro de 2025.

Lucia Bessa, representante do Instituto Viva Mulher, Direitos e Cidadania, destacou a situação da ocupação na Região Administrativa Furnas e apresentou o projeto Mulher Segura. Apontou a falta de informação sobre os direitos sociais e a ausência do Estado nas

² Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) tem o objetivo de garantir oferta de formação e capacitação permanente para profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS para a implementação das ações dos Planos de Educação Permanente, aprimorando a gestão do SUAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

comunidades em situação de vulnerabilidade. Enfatizou a importância do combate à desinformação sobre o PBF, especialmente quanto à permanência dos beneficiários, e alertou para a fragilidade dos conselhos de direitos, defendendo seu fortalecimento.

André Júnior, representante do Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), compartilhou dificuldades na articulação com o GDF, especialmente no acesso à rede de serviços públicos. Reforçou a prioridade da saúde mental e mencionou os despejos nas regiões da Fazendinha e Samambaia, defendendo ações intersetoriais.

Leovane Gregório, representante da SEDES/DF e Vice-presidente do CAS/DF, destacou a importância dos planos dos conselhos de assistência social. Apontou o aumento da população em situação de rua e defendeu o conhecimento e informação como ferramentas fundamentais. Sugeriu a criação de um núcleo de educação permanente, a cobrança de planos de ação dos municípios, e um edital para organizar frentes de trabalho no SUAS.

Adenilce Silva, representante do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno, destacou a fragilidade do campo social, a ausência de oportunidades e a perda de espaços e direitos conquistados. Defendeu a fiscalização, a formação política e a participação social como formas de enfrentamento à exploração.

Ismael Lopes, representante da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), reforçou a importância do diálogo entre a União e o GDF. Sugeriu capacitação das entidades para acesso ao Fundo de Assistência Social e propôs a criação de um grupo de trabalho com os participantes presentes.

Encaminhamentos:

- Visita aos territórios e equipamentos (acompanhamento dos serviços socioassistenciais, tendo em vista a denúncia de venda de senhas para acesso aos serviços);
- Agentes de Território (fomento a presença de profissionais que atuariam no processo de diálogo direto entre a população atendida e os equipamentos da Assistência Social. Projeto baseado na experiência ocorrida no México com os(as) servidores(as) do povo);
- Casas Terapêuticas (garantir atendimento e revisão de encaminhamentos diretos para CTs; fortalecimento do trabalho intersetorial para garantir a efetiva articulação com a Rede de Atenção Psicossocial);
- CRAS Móvel (fomento a permanência e ao trabalho desenvolvido pelas unidades do CRAS Móvel com intuito de garantir acesso as realidades periféricas e atendimento in loco, bem como fortalecer o mapeamento prévio das realidades familiares);
- Projetos de Extensão e de Pesquisa (necessidade de ampliação/fomento de projetos de extensão e de pesquisa sobre a Assistência Social);
- Comunicação (ampliar as estratégias para melhoria no acesso à informação, com linguagem acessível, e combate às fake news sobre o acesso e permanência junto ao programa de transferência de renda Bolsa Família; divulgação sobre o uso e acompanhamento do IGD);
- CAPACITA SUAS (fomentar cursos com foco na gestão do trabalho e trabalho em rede);
- Educação Permanente (acompanhar os planos dos conselhos de Assistência Social dos municípios e fomentar a inclusão da educação permanente no território).

2.4. Diálogos com o parlamento e órgãos de controle

No dia 11 de agosto de 2025, aconteceu uma reunião com os órgãos de controle e o parlamento com o objetivo de promover alinhamento e, assim como as demais reuniões, coletar insumos para a Missão Institucional Brasília. O encontro ocorreu na sala da Presidência da CLDF e contou com a presença de 19 participantes, entre os quais representantes da RFBC, da CLDF, promotores de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e defensor público da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF).

Enquanto pontos críticos identificados, registra-se os seguintes:

- Sistema digital da Secretaria de Educação do Distrito Federal em processo de transição, cujas alterações afetam o acompanhamento das condicionalidades do PBF;
- Fragmentação do prontuário único;
- Falta de parametrização da assistência social nacionalmente, dificultando políticas no DF;
- Baixo número de servidores(as), abaixo do previsto em lei;
- Planejamento de longo prazo inexistente ou fraco, prevalecendo ações emergenciais ("apagar incêndios");
- Menos de um CRAS por Região Administrativa, criando demandas reprimidas e fragilizando o acesso aos serviços socioassistenciais;
- Tempo de espera longo para acessar os benefícios eventuais e emergenciais;
- Agendamentos de atendimento para os equipamentos da rede socioassistencial, via disque 156, apresentando fragilização e sem êxito;
- Carta de benefícios desatualizada desde 2013;

- Atuação do DF Legal contrária à proteção social, inclusive com uso de profissionais das equipes técnicas em operações repressivas;
- Divergência entre dados do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) e CadÚnico sobre população em situação de rua, impactando políticas;
- Existência de inquérito policial aberto sobre fraudes;
- Necessidade de alinhamento e validação de pesquisas para dimensionamento real das demandas que envolvem a Assistência Social do Distrito Federal;
- Atuação por meio de ACT com baixa adesão de servidores às visitas itinerantes;
- Falta de integração entre atores e políticas;
- Fragilização no acompanhamento e fiscalização das condicionalidades do PBF e CadÚnico.

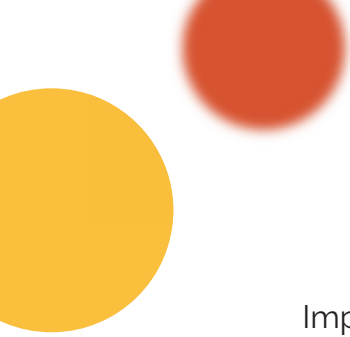
Enquanto encaminhamentos, definiu-se a suspensão imediata das interrupções de benefícios por condicionalidades de educação, até a resolução do problema; a formalização da denúncia por meio da Comissão de Educação e Cultura da CLDF; a intensificação da atuação do Ministério Público junto à Secretaria de Educação do DF; sob responsabilidade do Procurador Bernardo Matos; a realização de diálogos com o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) sobre as divergências de dados e pesquisas; a realização de reunião bilateral com o MPDFT, no escopo da Ação 1 da RFBC; a articulação de parceria com o Ministério Público Nacional para contribuir com os planos de fiscalização do PBF e CadÚnico; o estabelecimento de troca de contatos com fóruns de participação social de outros estados, com proposta de regionalização e articulação; o agendamento de reunião com o MPDFT para apresentação de estudo e painéis de dados; a solicitação ao MPDFT do relatório

de recomendação à gestão da SEDES/DF; o início de cooperação com a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), a partir da atuação itinerante; a sistematização, pela DPDF, das informações levantadas, com posterior envio de ofício à RFBC; a utilização do mapeamento das demandas reprimidas para orientação das ações da RFBC; a realização de uma reunião com o conjunto de usuários/as no CRAS Sol Nascente, no dia 25 de agosto, com apoio de mobilização do mandato do Deputado Max Maciel, bem como a consideração de visita a um Centro POP e a um CRAS no mesmo território; a criação de um Observatório da Assistência Social no DF; o fomento à rearticulação dos fóruns regionais de Assistência Social e à elaboração de um mapa das unidades de CRAS e CREAS em conjunto com o MPDFT.

2.5. Diálogos com o conjunto de trabalhadores(as) do SUAS, Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do Distrito Federal

A escuta com o conjunto de trabalhadores(as) do SUAS do DF buscou observar a gestão dos serviços socioassistenciais sob a ótica dos(as) servidores(as). A reunião aconteceu no dia 18 de agosto, no auditório térreo do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e contou com a participação de 27 pessoas, entre as quais representantes da RFBC, CLDF, Sindicato e profissionais vinculados aos equipamentos da proteção social básica e especial da SEDES/DF.

A reunião apresentou um aspecto importante no tocante ao processo de escuta do conjunto de trabalhadores(as) da Assistência Social. Metodologicamente, teve início com a fala da Coordenadora-Geral Jaira Magalhães, que apresentou a RFBC, utilizando uma apresentação em slides. Após sua exposição, ela abriu o espaço para manifestação das pessoas presentes.



Importante destacar a presença de profissionais de vários equipamentos da rede socioassistencial nesta reunião, alguns dos quais ocupam espaço junto ao CAS/DF e no Sindicato de Servidores(as) da Assistência Social do Distrito Federal.

Leovane Gregório, representante do CAS/DF, sinalizou a importância de apreciar o plano de ação do DF com foco no acompanhamento das ações voltadas ao CadÚnico e no respectivo planejamento no campo do monitoramento da política pública de Assistência Social local. Ele ressaltou ainda que o cenário local é de terceirização do CadÚnico, através das contratações das OSC, pontuando que o seu acompanhamento é um gargalo no DF. Outra ponderação apresentada foi a ausência de execução do Núcleo de Educação Permanente. O orçamento também foi destacado em sua fala como ponto de atenção, no sentido de garantir que este recurso não seja limitado a ponto de acarretar atrasos ou penalidades na execução dos serviços e dispensação de benefícios. Por fim, foi destacada a necessidade de fomentar ações de capacitação, tanto aos trabalhadores(as) como aos conselheiros(as).

Elizabeth Trindade, assistente social do CRAS Gama, solicitou a palavra e iniciou sua intervenção mencionando o aniversário de 20 anos do SUAS. Para ela, este é um momento importante para se somar nas conferências distritais, de modo a garantir um acúmulo de propostas a serem levadas à Conferência Nacional da Assistência Social, que acontecerá em dezembro, em Brasília. Ela lembrou o trabalho árduo desenvolvido pelo Sindsasc para reestruturar a carreira da Assistência Social no DF e mencionou que, hoje, a Política de Assistência Social é operacionalizada por um contingente inferior a três mil servidores(as), demonstrando preocupação diante das inúmeras situações que atravessam o seu exercício profissional. Elizabeth ressaltou que a luta pelo aumento de salário é uma das principais pautas da classe trabalhadora da Assistência Social. Em sua fala, ela solicitou que a equipe técnica do MDS visite as uni-

dades da rede socioassistencial, a fim de evidenciar as fragilidades das unidades, visto que algumas não apresentam condições mínimas para o atendimento adequado à população, citando, como exemplo, o uso de automóveis em condições de insegurança para realização das visitas domiciliares, além da falta de segurança nas unidades. Segundo ela, as paralisações acontecem com frequência como forma de traduzir a necessidade do básico para a execução das atividades. A ausência de servidores(as) ocasiona a descontinuação das atividades, o que compromete diretamente o atendimento às famílias. Enfatizou dizendo: *"não é luxo, é necessidade, por que para concluir nosso trabalho é preciso fazer visita, a visita é fundamental para conhecer a realidade da família"* Beth/ *"Outra coisa, quando a gente reivindica melhores condições de trabalho, não é luxo, nem vaidade é para que a gente possa ter segurança"* Beth Trindade/ *"então infelizmente a capital do país está com a assistência social na UTI"*.

Em seguida, Karine Cardoso pontuou sobre a situação dos restaurantes comunitários, sobretudo quanto a logística da entrega do benefício eventual cesta básica. Segundo ela, o valor do traslado para entrega da cesta seca equivale ao mesmo valor da cesta em si, o que sinaliza a necessidade de revisão desse fluxo, principalmente pelo uso de recursos expressivos, que poderiam ser revertidos na aquisição de novas cestas, ampliando assim a cobertura junto às famílias. Ressaltou a necessidade de descentralização da administração da SEDES/DF, de modo a garantir uma melhor capilaridade e alcance junto aos públicos dos serviços socioassistenciais.

José Antônio, do CRAS Gama, começou sua fala pontuando que a Política de Assistência Social ao longo do tempo melhorou bastante, embora ainda precise de avanços. Ele registrou que durante a pandemia houve uma intensificação nos atendimentos realizados pela Assistência Social. O participante enfatizou, também, a importância das visitas domiciliares e da busca ativa, bem como a falta de

suporte adequada por parte dos equipamentos socioassistenciais, em razão de suas fragilidades estruturais e institucionais.

Flávia Gonçalves, servidora da SEDES/DF, e cuidadora social, mencionou os desafios enfrentados no trabalho de acolhimento de adolescentes, especialmente na ausência de itens básicos, como roupas por exemplo. Informou ainda que as profissionais vinculadas às OSC, que atuam como mães sociais, recebem salários baixos e cumprem cargas horárias extensas. Segundo ela, atualmente apenas uma casa é vinculada ao GDF, enquanto as demais são mantidas via oficialização de parcerias com OSC. Ressaltou que a principal luta da categoria é pelo aumento dos acolhimentos realizados por meio do Estado, que confira a execução da política pública. Disse que: *"A segurança hoje nas unidades é muito adoeceadora, porque nós não temos pessoas suficientes para atendimento, a população se revolta e quem paga o pato é o servidor, é a pessoa que está ali na linha de frente atendendo. Então, se você abre o equipamento e não tem pessoas para trabalhar, você coloca uma ou duas pessoas para atender várias pessoas, essa pessoa chega lá e não consegue atendimento, ela se enfurece e vai para cima de quem está mais perto dela que é o servidor"*. Ainda pontuou que o conjunto de servidores(as) também acumula a função de motorista. Destacou também que o relacionamento com as demais políticas públicas se encontra desarticulado, o que requer um alinhamento e diálogo intersetorial. Finalizou sua fala fazendo um convite para a participação na Conferência Livre dos(as) Trabalhadores(as), a ser realizada às 14 horas, no dia 02 de setembro, no auditório da Legião da Boa Vontade (LBV).

Igor Chianca, diretor do SINDSASC e conselheiro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/DF), destacou a importância de fomentar o debate sobre as condições de trabalho. Afirmou que a carreira está distribuída entre a Secretaria de Justiça e de Mulheres, o que exige melhor articulação administrativa.

Segundo ele, o Ministério Público tem sinalizado que o número de unidades deveria dobrar de acordo com o número atual de equipamentos, o que torna indispensável a ampliação do quadro de servidores(as). Em suas palavras: *"Acho legal que o Ministério esteja aqui, mas se não tiver vontade política de nada vai adiantar"*. Igor pontuou ainda que há um desconhecimento sobre a materialização dos serviços, ainda mais quando se exige que os atendimentos aconteçam de modo presencial, quando a sua viabilidade é dificultada diante do baixo número de servidores(as). Afirmou que hoje o Centro Pop funciona com base nos servidores da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP/DF), e que *"hoje o Distrito Federal está em colapso, devido a irresponsabilidade do GDF que se nega a fazer concurso que foi acordo de greve"*. Chamou atenção para o contexto de insegurança alimentar, mencionando que cerca de 130 mil pessoas se encontram nessa situação no DF, maior percentual entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. E apontou que a falta de estrutura é um outro ponto crítico que dificulta o desenvolvimento do trabalho, relatando inclusive situações de violência nos atendimentos realizados nos restaurantes comunitários. Questionou o dado da existência dos Centros Dia e informou que hoje o CAS/DF colabora diretamente na execução dos serviços do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), afirmando que *"enquanto não tiver vontade política aqui no Distrito Federal, a gente não vai conseguir avançar"*. Reforçou ainda a falta de valorização para continuidade dos estudos diante da ausência de incentivos à continuidade dos estudos e a falta de reconhecimento de cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado. Por fim, observou que a precariedade da materialização dos serviços interfere na execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Um representante da Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CAS/CLDF), reconheceu os avanços e pontuou que a Política de Assistência precisa avançar junto com as normativas que estruturam essa política.

Cleiton da Silva, da gerência de acompanhamento e fiscalização da SEDES/DF, questionou se as pessoas presentes saberiam como atua a gerência de acompanhamento e fiscalização e informou que a equipe é pequena, e não possui carro para deslocamento e acompanhamento das denúncias. Informou, ainda, que embora a equipe seja empenhada, suas funções são acumuladas na ausência de motoristas.

Camila Inácio, do CREAS Brasília relatou a falta de condições de trabalho, sem carro, sem motoristas, visitas sendo feitas com carro próprio afim de garantir o atendimento a família. Disse: "*Tudo isso, as questões de segurança, violência contra os servidores no CRAS, no CREAS. Essas questões de violências que os servidores sofrem nas unidades, elas estão ligadas a falta de condição de trabalho*". Pontuou que o agendamento para atendimento é problemático, visto que o número de vagas é baixo e as pessoas não conseguem realizar os agendamentos, sinalizando a importância da realização de concurso público como forma de minimizar questões como adoecimento no trabalho, sobrecarga no processo de trabalho e redução de afastamentos do conjunto de profissionais por conta da precarização do trabalho. Afirmou, também, que a valorização dos trabalhadores(as) do SUAS deve estar no horizonte da análise e agenda de avaliação das políticas públicas, frisando que "*se não valoriza o trabalhador, não valoriza a política pública*".

Fabiola de Toledo, profissional do CREAS, apontou a necessidade de um sistema integrado a fim de identificar possíveis fraudes, e chamou atenção maior para as mães solas. Citou que o desbloqueio em contexto de condicionalidades demora.

O Coordenador João Faria Santos apresentou a agenda das próximas atividades, incluindo reuniões voltadas ao conjunto de usuários e usuárias, bem como a reunião geral da Missão Institucional, que acontecerá no dia 25 de setembro, em local a definir. Fomen-

tou a importância do plano de fiscalização, a ser conduzido pelo Conselho, com o apoio da RFBC.


2.6. Diálogos com usuários(as) da Política de Assistência Social e Usuários(as) que compõem o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal

Conforme sinaliza a PNAS (2004), usuários são:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (p.33)

Como deliberação da reunião ocorrida com o parlamento e órgãos de controle, foi encaminhada a realização de um encontro no CRAS Sol Nascente, voltado ao público usuário da Assistência Social. Destaca-se que este equipamento está localizado na Estação da Cidadania, QNR 02, Ceilândia. Na ocasião, 46 pessoas estiveram presentes.

A reunião teve início com a fala da Coordenadora Geral de Articulação Intersetorial, Jaira Magalhães. Na ocasião, ela ocupou o lugar de cerimonialista e apresentou-se dando boas-vindas às pessoas presentes, pedindo que as pessoas por ela destacadas tomassem seus assentos com a intenção de compor a mesa de abertura. A saber, a mesa foi composta por João Paulo de Faria Santos (Coordenador da RFBC), Solange Bueno (Secretária Executiva do Fórum Nacional de Usuários(as) do SUAS), Ângela Maria da Silva (repre-



sentante do Segmento de Usuários(as) no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal) e Luiza Rodrigues (Gerente do CRAS Sol Nascente).

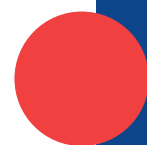
Após esse momento, cada pessoa convidada a compor a mesa de abertura realizou uma fala inicial, com a intenção de dar as boas-vindas e falar sobre a importância da atividade, levando em consideração o local de realização, uma unidade da rede socioassistencial situada em um território visto como periférico. João Paulo ressaltou que a Rede representa o fortalecimento dos programas sociais, com foco no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. Ele mencionou que a escuta é um ponto central para as missões e reforçou que contar com a experiência dos usuários fomenta a melhoria da qualidade dos programas e serviços, afirmando que: *"estamos aqui para falar pouco e ouvir muito"*. Solange Bueno destacou que a reunião configura um momento importante para o Distrito Federal por focar principalmente na escuta daqueles que por algum motivo se sentiam-se acuados(as). Incentivou o diálogo dizendo que falar das dificuldades pode qualificar os programas sociais, acrescentando que a devida atenção aos pontos críticos deve estar no radar das gestões e do controle social. Ângela Maria iniciou sua fala agradecendo a presença das pessoas e manifestando esperança ao observar os avanços no acesso aos serviços socioassistenciais, mesmo reconhecendo que os desafios persistem. Em sua fala, Ângela mencionou como ponto de atenção a criação dos fóruns distritais com o objetivo de fomento ao controle social territorializado.

Ao findar as falas da mesa de abertura, Jaira Magalhães solicitou que as pessoas apresentassem de forma breve seus nomes, endereços e qual vinculação com os programas e benefícios do SUAS. Destaca-se que a reunião foi composta por diversas representações, a saber: coletivos de mulheres, usuários(as) do CRAS Sol Nascente e de outros CRAS de outros territórios, representações de

mandatos de deputados distritais, lideranças comunitárias, representantes da RFBC e profissionais do SUAS, Coletivo Mulheres do Sol, Conselho Regional de Saúde do Gama, líderes comunitários do bairro Samambaia Norte, assessoria do gabinete do Deputado Distrital Ricardo Vale, assessoria do gabinete do Deputado Distrital Fábio Félix, Conselho de Segurança do Sol Nascente, Ouvidoria Geral do MDS, Assessoria de participação social e diversidade do MDS, SENARC/MDS, SNAS/MDS, Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.

Dado início às falas do público presente, Lucimar, líder comunitária do bairro Samambaia Norte, chama atenção para a dificuldade de atendimento do público usuário do seu território, que precisam se deslocar até o CRAS Samambaia Sul para conseguir atendimento. Além de relatar um tempo de espera de pelo menos 15 dias para conseguir atendimento na estrutura, a usuária destacou a dificuldade no acesso ao atendimento, tendo em vista que as famílias, principalmente as mães solas, não possuem recursos financeiros para custear o deslocamento até o bairro mais próximo, onde há estrutura de atendimento. Disse, por fim: *“que esse governo tenha sensibilidade”*. Lucimar apontou, ainda, que já houve liberação de emenda parlamentar junto ao Dep. Distrital Fábio Félix para a construção de um CRAS no bairro Samambaia Norte, contudo não tem conseguido apoio para o início das obras.

Larissa Figueiredo, representante dos usuários(as) do SUAS no DF, informou que o acesso ao CRAS é difícil e descobriu que existe um movimento estruturado de venda de vagas para acesso aos serviços socioassistenciais, chegando a citar o caso do CRAS L2 SUL. Sugeriu que fosse realizado o cruzamento de dados com outros sistemas que possam identificar possíveis fraudes e mencionou que em relação ao auxílio vulnerabilidade, as pessoas apresen-



tam dificuldade de acessar visto as condições financeiras para se deslocar até o local, por estarem em situação de vulnerabilidade social extrema.

Ângela Maria, representante do segmento de usuários do CAS/DF, pediu a fala e tratou sobre o acesso aos serviços socioassistenciais, reforçando que é um direito alcançar as unidades e receber os devidos atendimentos. Colaborou com as seguintes ponderações: realização de concurso público para recomposição do quadro de servidores(as); ampliação de transporte para deslocamento da equipe e atividades dos serviços; cessação de pagamento para agendamentos de atendimento; fortalecimento do CRAS Móvel para atendimento das comunidades rurais e ciganas; revisão das identificações das famílias para acesso aos benefícios e programas sociais; visão de projetos de fomento e reestruturação econômica para as mães solas, como a capacitação para a produção de hortas comunitárias/domiciliares, ou ainda cursos de reaproveitamento de alimentos. Ângela Maria finalizou sua intervenção dizendo: *“não queremos favor, queremos dizer para essa nação que as mulheres podem [...]”*.

Marly Conceição, usuária do SUAS do DF, iniciou sua fala, em nome do coletivo de mulheres a qual faz parte, Coletivo Mulheres do Sol, relatando que a unidade de CRAS encontra-se distante do território, e sinaliza que a venda de vagas é uma realidade e acontece com valores diferenciados para cada serviço ou necessidade. Informou, ainda, que é preciso repor o quadro de servidores(as) em razão da dificuldade que as famílias apresentam de acesso aos serviços. Ela apontou que existe muita desinformação quanto à possibilidade de acumular alguns benefícios, o que faz com que algumas mães não tenham segurança de pleitear outros benefícios por medo de serem desvinculadas do Bolsa Família. Em seu relato pessoal, Marly acrescentou possuir uma doença rara, e que tem tentado dar entrada no seu Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre-

gando laudos médicos a cada 3 meses, mas, até o momento, não foi contemplada.

Ivone Silva, Assessora do gabinete do Deputado Distrital Ricardo Vale e membra do Conselho de Segurança do Sol Nascente e Pôr do Sol, pontuou que é importante levar informação sobre fluxos dos serviços e suas devidas alterações; mencionou sobre a necessidade de construção de um CRAS no território com foco na garantia da sua aproximação com a comunidade; prioridade para atualização do cadastro único para pessoas contempladas pelo BPC; atualização do agendamento eletrônico, de forma que seja possível registrar qual o passivo que aguarda ter acesso ao CadÚnico e seus respectivos programas e políticas sociais, e, de forma que seja possível reorganizar a ordem de atendimento, levando em consideração os casos prioritários, combatendo assim a venda de vagas na fila; rever a terceirização do acesso ao CadÚnico, no qual encontra-se centralizada na OSC Mãos Solidárias. Tratou, ainda, sobre as visitas técnicas ou visitas domiciliares não apresentarem um caráter policialesco, devendo se basear em critérios de avaliação verdadeiramente técnicos. A participante denunciou o fechamento de dois restaurantes populares, em Planaltina e em São Sebastião. Informa que o processo de cadastro para acesso aos restaurantes comunitários tem se mostrado problemático, uma vez que atualmente é realizado apenas em Taguatinga, o que inviabiliza o acesso de muitas pessoas, sobretudo aquelas em situação de rua. Sugeriu que o cadastro seja feito dentro dos próprios restaurantes populares, de forma a viabilizar o acesso do público atendido pela rede socioassistencial.

Ana Lúcia, líder comunitária da QNR, fala sobre o agendamento via 156 e das suas fragilidades. Informou ainda que as vagas disponíveis não contemplam a realidade da demanda reprimida. A usuária falou sobre a necessidade de ampliação de vagas para agendamento, relatando que as(os) profissionais sofrem violências quando

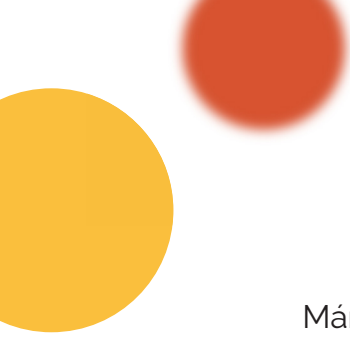
chegam a informar sobre a realidade das agendas cheias. Afirmou que as famílias apresentam contexto de vulnerabilidade social extremo sendo inaceitável, conforme a usuária, a cobrança de valores (cerca de 30 reais) para acessar senhas. Mencionou sobre a importância do repasse de informação, visto que, segundo ela, o contexto territorial apresenta falta de conhecimento sobre a política pública em destaque. Nesse momento, Ana Lucia apontou a dificuldade de a comunidade acessar programas como o Prato Cheio e o Mãos Solidárias. Em seu relato pessoal, Ana Lúcia disse ter muitas inseguranças e dúvidas sobre a possibilidade de ela acionar o BPC e acabar sendo excluída do PBF, e encerrou sua fala: *“eu tinha que vir, porque é a uma oportunidade de falar”*.

Jessika Walter, moradora do bairro Sol Nascente, trecho O3, sinalizou que a nível nacional os critérios de avaliação pontuam seletividade no acesso aos programas sociais. A usuária, durante a sua fala, apresentou a necessidade de fomento a capacitações voltadas às pessoas beneficiárias com foco nas mulheres e jovens (jovens contemplados pelo Programa Pé de Meia); revisão do fluxo de acesso as unidades socioassistenciais quando as demandas são, aparentemente, de fácil resolução e que não demandariam necessariamente agendamento; ampliação do CRAS móvel nos finais de semana e ampliação das unidades dos CRAS nos espaços onde os territórios demandam. Apontou ainda que há uma insuficiência de médicos especializados no diagnóstico de determinadas doenças neurológicas que atendam na rede pública (cita o total de 8 neurologistas no DF), o que vem dificultando algumas crianças PCD de acessar benefícios.

Maria Socorro, assessora parlamentar do Deputado Distrital Gabriel Magno, relatou que a população em situação de rua não tem acesso a pernoite e as unidades dos Centros Pop apresentam condições precárias. Informou, ainda, que percebe uma prática de higienização da população em destaque, por meio do Plano Acolhe DF,

ao passo que é possível evidenciar o aumento da população popular. Acerca desse público, observa-se um fluxo, segundo a usuária, de encaminhamento para comunidades terapêuticas, devido a incapacidade de atendimento das estruturas de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e que não solucionam a questão. Socorro pontuou sobre a necessidade de concurso público e relatou que a derrubada de moradias, que acontecem via Secretaria de Segurança, acontece sem aviso prévio e que o auxílio aluguel, em sua atual disposição financeira (valor de R\$ 600,00), não contempla os aluguéis no Distrito Federal. Por fim, aponta a necessidade de se pensar na saúde mental dos(as) profissionais da rede de saúde e assistência social.

Após as exposições, João Paulo retomou a palavra, pontuando elementos decorrentes de algumas falas apresentadas, tais como a necessidade de reunir informações sobre a venda de senhas com intuito de oficiar a Polícia Federal (PF), considerando a relação dessa prática com o PBF e CadÚnico; de intensificar o conjunto de divulgação referente as informações dos programas sociais; de observar com atenção as situações de insegurança enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as) que atuam nos equipamentos. Ele apontou que, ao assinarem o Termo de Adesão ao Bolsa Família, os municípios, bem como o Governo do Distrito Federal (GDF) passam a se obrigar a uma série de requisitos. Nesse momento, ressaltou a necessidade de elaboração e cumprimento do Plano de Fiscalização Anual, por meio da entrega de relatórios, alertando que o descumprimento dessas obrigações pode ensejar sanções. Informou também que os Gabinetes dos Deputados Distritais presentes na reunião se comprometeram a apresentar denúncia sobre o suposto caso de venda de vagas. Ao final, João Paulo convidou outros membros do Governo Federal presentes no espaço a dialogarem com os pontos trazidos pelo público.



Márcio Maurício, membro do MDS, trouxe alguns dados sobre o PBF. Apontou que no Distrito Federal, mais de 100.000 famílias são atendidas pelo PBF, e explicou aos(as) usuários(as) que a regra de proteção foi criada levando em consideração a volatilidade da renda das pessoas, vez que, caso a pessoa perca a renda antes declarada, o retorno ao programa se dá de maneira automática. Marcio afirmou ainda que segundo os dados oficiais, mais de 1 milhão de usuários foram desligados do PBF por serem inseridos no mercado de trabalho. Por fim, ele apontou que existe dentro do programa, públicos considerados prioritários, a exemplo da população em situação de rua e em insegurança alimentar, e que esses têm entrada imediata no programa.

Edson Moreira, representante da SENARC/DF, dialoga com alguns pontos de dúvida dos(as) usuários(as) presentes no espaço no que se refere a possibilidade de cumular benefícios. Apontou que no caso do PBF a regra geral é de renda per capita de até R\$ 218,00 por membro da família. Nesse sentido, caso algum membro da família consiga acessar uma renda nova, é necessário analisar cada caso para identificar a possibilidade de cumular os benefícios, sem que possa infringir a regra geral.

Marcílio Ferrari, da SNAS/MDS, iniciou sua fala apontando concordância com a necessidade de recomposição do corpo técnico do SUAS por meio da realização de concurso público e não por empresas terceirizadas. Nesse sentido, trouxe um recorte sobre o debate nacional que vem acontecendo em torno do aumento do piso salarial dos assistentes sociais, o qual tem posição favorável do MDS. Por fim, apontou a necessidade de a SNAS dialogar com o GDF para pensar uma agenda de capacitação e de qualificação do corpo técnico do SUAS. Nesse sentido, informou acerca da recente criação da Escola do SUAS Simone Albuquerque, que, embora esteja em processo de consolidação, tem dentro de suas atribuições momentos de formação e qualificação com os usuários do SUAS.

Tallyta Drummond, representante da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do CadÚnico (SAGICAD/MDS), trouxe a informação de que o atendimento prioritário para usuários(as) contemplados pelo BPC já existe e consta em lei. Nesse viés, afirmou que, caso os usuários estejam encontrando dificuldade em acessar o atendimento prioritário para a renovação dos benefícios, é possível abrir uma reclamação na Ouvidoria do MDS, por meio do site Fala.br, bem como na ouvidoria do GDF. Por fim, trouxe um dado que confirma a percepção do público usuário, vez que aponta que o CRAS Sol Nascente foi inaugurado há 4 anos, com capacidade de atendimento de 5000 pessoas, contudo, nos dados atuais a estrutura já atende mais de 7500 usuários, sem que haja aumento do corpo técnico, o que caracteriza a sobrecarga da estrutura e dos(as) seus(suas) funcionários(as).

Ana Karine, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), tratou de algumas informações sobre os valores que foram repassados e gastos pelo GDF. Destacou que, referente ao mês de julho de 2025, contando com os valores repassados via emendas parlamentares, PAIF, serviços de convivência de média e alta complexidade etc., o GDF possui 40 milhões de reais em conta. Esses valores podem ser acompanhados por meio do painel de repasses e gastos que se encontra no site do FNAS. A população deve participar e provocar o planejamento da execução financeira desses recursos.

Sérgio Lopes, da Ouvidoria Geral do MDS, narrou que estão com várias reclamações relacionadas às visitas técnicas domiciliares, o que corrobora as reclamações dos usuários presentes. Reforçou a importância da segurança e, se necessário, o anonimato dos denunciantes, deixando algumas cartilhas sobre a Ouvidoria junto dos(as) funcionários(as) do CRAS.

Jaira Magalhães, representante da equipe de apoio RFBC, afirmou que já existe uma preocupação do Governo Federal em avançar no processo de cruzamento das bases de dados existentes. Nesse sentido, no último período houve a atualização do CadÚnico que passa a ser vinculado à Dataprev, local que reúne todas as bases de dados do governo federal.

Luiza Rodrigues, Gerente do CRAS Sol Nascente, fez alerta quanto aos casos de atualização dos beneficiários do BPC, que não necessitam de agendamento, por se tratar de grupo prioritário. Assim, BPC, idosos acima de 60 anos, LOAS e PCD são considerados grupos prioritários e, portanto, não necessitam de agendamento prévio no 156. Da mesma forma, informou que não é necessário agendamento prévio para a atualização dos prontuários eletrônicos.

João Paulo então retomou a fala, agradecendo a presença e participação de todos e todas no espaço e reforçou o convite para o espaço da reunião geral da Missão Brasília junto ao GDF, que acontecerá no dia 25 de setembro de 2025, na Esplanada dos Ministérios.

2.7. Diálogos com a gestão do SUAS no Distrito Federal

A reunião teve como objetivo fomentar o debate sobre a estruturação da Missão Brasília em articulação com a gestão do SUAS no Distrito Federal. Os insumos que orientaram a discussão foram as demandas coletadas nas escutas com os diferentes segmentos. A partir da apresentação do relatório preliminar (anexo), foi possível expor os principais achados e definir estratégias de apresentação e consolidação das ações, com base na cooperação entre os Governos Federal e Distrital e na participação dos segmentos envolvidos nas reuniões preparatórias.

Assim, o Coordenador João Paulo deu início à reunião apresentando os objetivos previstos, como a apresentação da RFBC, e das experiências das Missões Institucionais, com foco no DF. Na sequência, ele convidou as pessoas presentes para uma rodada de apresentações individuais. Após a rodada de apresentações, o coordenador da RFBC retomou a fala apresentando o que é a RFBC, indicando que ela foi criada a partir do novo Bolsa Família. Seguiu com a apresentação dos órgãos que compõem a RFBC, citando as secretarias do MDS, CGU, MGI, AGU e SG/PR. Apresentou ainda os objetivos da RFBC como a qualificação das informações, aprimoramento do sistema e fiscalização e prevenção de fraudes.

João Paulo seguiu com a apresentação das diretrizes da RFBC, sendo elas: 1) não criminalização da pobreza; 2) cruzamento e ampliação das bases de dados; 3) ações estruturantes contra fraudes; 4) estruturação do SUAS; 5) transparência e comunicação. Guiado por essas diretrizes, apresentou o Plano de Ação de 2025, que estrutura suas ações em 3 eixos, que são a) qualificação: vinculada às ações sobre orçamento, fiscalização e estruturação do SUAS, promoção de boas práticas de gestão e controle social e fortalecimento da participação social nos programas usuários do Cadastro Único e das condicionalidades do PBF; b) prevenção: tem como objetivo a redução da litigiosidade. Está vinculada a ações de Organização das missões Institucionais, consolidação da unidade de gestão de risco e pesquisas estratégicas do Cadastro Único; c) fiscalização: foco no enfrentamento à desinformação, alinhamento estratégico do controle e da fiscalização e aperfeiçoamento do BPC.

Após breve apresentação da RFBC, João Paulo apresentou uma série de dados oficiais do DF como a quantidade de denúncias recebidas e quais principais tipos de incidência, a quantidade de famílias, famílias unipessoais e famílias de Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE) atualmente inseridas no CadÚnico, como está o IGD-PBF e a vinculação de repasses do Fundo Distrital, a quantidade de equipamentos públicos como CRAS, CREAS etc.

Houve também um breve resgate das agendas e diálogos institucionais, que foram realizados entre julho e agosto do presente ano, fundamentais para o levantamento de tipologias e eixos temáticos que irão subsidiar o diálogo entre as gestões do suas e os usuários. A partir desses diálogos houve a consolidação de 6 eixos temáticos que necessitam de diálogo e alinhamento prévio para que sejam apresentados retornos aos(as) usuários(as) e partes que estiveram presentes durante os diálogos institucionais, sendo eles: Eixo 1 - formação e capacitação; Eixo 2 - Fortalecimento do controle social; Eixo 3 - Acesso à informação; Eixo 4 - Acesso à serviços e benefícios; Eixo 5 - Condicionalidades do PBF e Eixo 6 - Orçamento e remuneração no SUAS.

Nesse sentido, foram apresentadas as principais demandas de cada eixo temático, formuladas a partir dos diálogos institucionais traçados:

Eixo 1 - Formação e capacitação:

- 1.** Formação continuada para o conjunto de profissionais que atuam na gestão e execução dos programas sociais;
- 2.** Educação permanente voltada para o acompanhamento dos planos de trabalho do Conselho de Assistência Social e territórios;
- 3.** Criação ou ampliação de fomentos para projetos de extensão e pesquisa no campo da Assistência Social;
- 4.** Fomento a cursos de qualificação com foco na gestão do trabalho e trabalho em rede a partir do Capacita SUAS;
- 5.** Estruturação/Reestruturação do Núcleo de educação permanente da Assistência Social no Distrito Federal em diálogo com as normativas estabelecidas pelo MDS.

Eixo 2 - Fortalecimento do controle social:

1. Diálogo e transparência entre governo, sociedade civil e controle;
2. Conselho fortalecido com estrutura física, financeira e organizacional;
3. Capacitação em contas públicas, Bolsa Família, Cadastro Único e IGD;
4. Reuniões ampliadas e maior aproximação com a gestão do GDF;
5. Agentes territoriais para diálogo direto com a população;
6. Fóruns regionais reativados e fortalecidos.

Eixo 3 - Acesso à informação

1. Cadastro Único e PBF: melhorar gestão e integração dos sistemas;
2. Vigilância Socioassistencial: efetivar análises, mapeamento e acompanhamento das vulnerabilidades;
3. Acesso à informação: linguagem acessível e combate a *fake news*;
4. Observatório da Assistência Social: criação no DF;
5. Dados divergentes: diferenças entre IPEDF e CadÚnico sobre população em situação de rua;
6. Acúmulo de benefícios: dúvidas sobre PBF e Pé de Meia;
7. Transparência: necessidade de maior clareza das ações do GDF.

Eixo 4 - Acesso à Serviços e Benefícios

1. Fraudes e denúncias: venda ilegal de senhas e agendamentos;
2. Disque 156: falhas, burocracia e falta de transparência;
3. Benefícios sociais: valores desatualizados, atrasos e pendências nas concessões;
4. Atuação do DF Legal: contrária à proteção social;
5. Fiscalização: restaurantes comunitários e distribuição de cestas;
6. Acolhimento: apenas uma casa funcionando, falta de Centros-dia e poucos Centros-Pop;
7. Serviços prioritários: fortalecer convivência, evitar institucionalização;
8. Mães solo: políticas de inclusão para beneficiárias do BPC e PBF;
9. Cadastro Único/BPC: prioridade em agendamento e diagnóstico de autismo;
10. Atendimento: garantir demanda espontânea e encaminhamentos;
11. Novos CRAS: demanda no Sol Nascente, Pôr do Sol e Samambaia Norte;
12. População em situação de rua: falta de pernoite, higiene e políticas adequadas. Auxílio Aluguel: necessidade de atualização do valor (R\$600).
13. Concursos: déficit de servidores (2.070 ativos x 5.500 necessários);
14. Remuneração: atrasos e salários baixos (R\$ 1.485 a R\$ 3.586);
15. Equipe insuficiente: falta de visitas domiciliares e busca ativa;
16. Acúmulo de funções: servidores atuam até como motoristas -> adoecimento;
17. Segurança: servidores agredidos pela falta de serviços;

18. Terceirização: substituição de serviços estatais por organizações, com baixa qualidade;
19. Mães sociais: baixa remuneração e jornada exaustiva (4x1, integral);
20. Gratificação: valores irrisórios (Mestrado + R\$100,00);
21. Fiscalização: apenas 4 servidores para todo o DF;
22. Violência no CRAS: agressões a servidoras pela falta de vagas.
23. Expansão do CRAS Móvel. Ampliar a atuação em áreas periféricas, rurais, e fortalecer o mapeamento das famílias;
24. Transparência na agenda: divulgação antecipada do cronograma de atividades do CRAS Móvel;
25. Infraestrutura precária: falta de espaços adequados para sigilo, ausência de mobília e não execução de emendas parlamentares;
26. Limitações logísticas: ausência de veículos para visitas, especialmente nas áreas rurais;
27. Gestão descentralizada: proposta de criação de superintendências regionais da SEDES, a exemplo da saúde;
28. Integração federativa: necessidade de mecanismos de pactuação entre GDF e Governo Federal;
29. Proximidade com a comunidade: unidades distantes dificultam acesso; necessidade de construção de CRAS dentro dos territórios.

Eixo 5 – Condicionalidades do Programa Bolsa Família

- 1.** Ausência de articulação intersetorial efetiva, a partir da comissão de acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família;
- 2.** Problema no sistema digital de educação e acompanhamento das condicionalidades do PBF;
- 3.** Garantir atendimento e revisão de encaminhamentos de forma direta para comunidades terapêuticas e fortalecimento do trabalho intersetorial para garantir a efetiva articulação com a Rede de Atenção psicossocial.

Eixo 6 - Orçamento e remuneração no SUAS

- 1.** Aperfeiçoamento do planejamento e da execução orçamentária, em consonância com os princípios do Pacto Federativo, buscando integrar as políticas de assistência em diferentes níveis de governo;
- 2.** Utilização e transparência do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os serviços e fortalecimento do Controle Social;
- 3.** Utilização de recursos próprios por parte dos servidores para atividades. Descentralização dos recursos.

Após a apresentação da RFBC e das demandas identificadas a partir dos diálogos da Missão Institucional DF, os representantes do GDF apresentaram os elementos que dialogam com os pontos apresentados.

Jackeline Canhedo, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social do GDF, iniciou sua fala agradecendo a apresentação e indicando que ainda existem muitos avanços a serem construídos. Solicitou também acesso às demandas e diálogos que foram realizados em

outros estados, como a Missão Institucional SP. Apontou que também é interesse da Secretaria de Assistência Social do DF (SEDES/DF), a realização de concurso público para recomposição do quadro de servidores(as), e, que já estão com o termo de referência para realização do concurso pronto. Contudo, em diálogo com a Secretaria de Economia do GDF, estão com dificuldade de avançar com a pauta, tendo em vista o plano de contingência em vigor no GDF. Nesse sentido, não havendo recomposição do quadro de trabalhadores(as), também tratou da impossibilidade de abertura de novas estruturas/unidades de atendimento. Da mesma forma, informou que, em caso de não recomposição do quadro de trabalhadores, também não será possível fornecer aumento de vagas via 156.

Acerca da denúncia de venda de vagas nos agendamentos, a Secretária Adjunta esclareceu que já foi instaurado inquérito de investigação, que culminou na prisão de dois servidores. Em diálogo com a Polícia Civil, por meio do departamento de crimes cibernéticos, ainda existem denúncias sendo registradas, o que faz com que a investigação tenha um caráter continuado. Contudo, segundo a Polícia Civil, o esquema de venda de vagas existente atualmente não configura crime, vez que pessoas tem atuado na condição de despachantes, ficando à disposição e entrando em contato com o Disque 156 até o agendamento do atendimento e, cobrando por este serviço. Por fim, sobre esse assunto, apontou como positiva a proposta de notificação também da Polícia Federal quando do recebimento destas denúncias.

Jackeline Canhedo informou que passou a dialogar com o fechamento das unidades dos Restaurantes Populares, indicando que as estruturas estão com a manutenção em atraso, chegando, em alguns casos, a mais de 20 anos sem qualquer reparo. Citou como exemplo o restaurante do território Samambaia, que foi interditado pela vigilância sanitária. Afirmou ainda que houve uma ampliação

no fornecimento do serviço, que agora, além de café da manhã e almoço, passa a fornecer também jantar. Para dar conta do aumento da demanda, foram necessárias a instalação de novas câmaras frias, o que tem fechado temporariamente algumas estruturas. Para as estruturas que estão fechadas, é fornecido transporte público gratuito, saindo da estrutura fechada até a unidade mais próxima. Por fim, afirmou que as unidades que estão temporariamente fechadas, têm prazo de 3 meses para reabertura.

Sobre o acesso da população em situação de rua aos restaurantes populares, Jaqueline indicou que não há necessidade de cadastramento no bairro de Taguatinga, uma vez que é realizado por meio do atendimento de Equipes de Abordagem (26 para atender os territórios do DF).

Passando a dialogar também com os pontos apresentados, Coracy Chavante, Subsecretário de Assistência Social e presidente do CAS/DF, afirmou que o GDF está em fase de aprimorar o processo de agendamento do CadÚnico. Relatou que, com o objetivo de reduzir os índices de abstenções dos agendamentos, o GDF passou a disparar mensagens via *whatsapp*, para realizar a confirmação de comparecimento ao agendamento, na véspera da data agendada. Com isso, o Subsecretário apontou que houve redução de 15% nas abstenções.

Coracy Chavante destacou, ainda, as especificidades do Distrito Federal, que acumula características de Estado e Município, o que implica a ausência de autonomia nas regiões administrativas e a inexistência de conselhos representativos nesses territórios.


Sobre o encaminhamento de usuários(as) para comunidades terapêuticas, Coracy Chavante apontou que o GDF não reconhece esse tipo de encaminhamentos, e quanto a educação permanente levantada como questão, disse que a SEDES/DF possui um Núcleo de Educação Permanente ativo.

Sobre a necessidade de ampliação das estruturas para aumento da cobertura de atendimento, Coracy Chavante concordou que a quantidade de CRAS no DF é insuficiente, mas que a secretaria já tem desenhado, a partir dos dados georreferenciados do CadÚnico, 16 novas unidades no DF. Dessas 16 unidades, 3 estão em fase de construção, as demais aguardam a realização de concurso público para iniciar as obras. Ainda no tema da construção de novas estruturas, Coracy Chavante afirmou que estão em processo de abertura de 3 novos Centros Pop.

Acerca da ampliação do atendimento por meio do CRAS Móvel, Coracy Chavante apontou que atualmente existem 16 núcleos de atendimento, e que aqueles realizados nas zonas rurais ocorrem em conjunto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater/DF), existindo, ainda, outras parcerias estabelecidas, como por exemplo com a Defensoria Pública do DF.

Sobre o processo de contratação de serviços terceirizados no agendamento do CadÚnico, o Subsecretário afirmou que a Lei Orgânica do DF prevê essa possibilidade, e, que o processo de terceirização em análise é fruto de recomendação dada pela procuradoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Trouxe ainda o dado de que o DF possui hoje 50 pontos de atendimento do CadÚnico e que 47% da sua base de dados encontra-se atualizada.

Coracy Chavante retratou, ainda, que houve um aumento exponencial do registro de famílias unipessoais, o que agrava ainda mais a capacidade de realização das visitas domiciliares, destacando que a aquisição de veículos, para a realização das visitas, é realizada por outra secretaria, a de economia, o que também atrasa o processo. Quanto à intersetorialidade do PBF, Coracy Chavante apontou que o DF criou o Comitê Intersetorial do PBF (articulando as políticas de educação, assistência social e saúde), que tem realizado encontros



regionais de diálogo, responsáveis pela criação de regiões de desenvolvimento social, e que já aconteceram 5 encontros, o que tem aumentado a taxa de acompanhamento da saúde e da educação. Já quanto a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras, Coracy declarou que realizaram cursos de capacitação junto aos conselheiros, custeados pelos recursos viabilizados através do IGD, informando que entre os dias 18 e 19 de setembro haverá a apresentação do planejamento estratégico do conselho.

Por fim, quanto ao acolhimento/moradias de população em situação de rua, o Subsecretário afirmou que o DF calcula a quantidade demandada a partir de pesquisa do IPEDF, e que, atualmente, segundo os dados oficiais, o DF possui cobertura para 60% das demandas registradas.

João Paulo relatou que a ideia da reunião no fim do mês é realmente dialogar com as partes a partir dos pontos apresentados, compartilhando as informações e as próximas etapas planejadas. Que outro ponto importante é dialogar sobre o que é possível construir em conjunto, indicando que esse é apenas um primeiro diálogo, que pretende ser contínuo.

Gustavo Alves, chefe de gabinete da Secretaria-Executiva do MDS, agradecendo a reunião e possibilidade de diálogo com o GDF, afirmou que o objetivo da próxima reunião é apresentar as soluções coordenadas entre União e GDF. Disse: *"Em São Paulo foi muito frutífero por não ser um diálogo hierarquizado e por ser um diálogo permanente"*. Apontou que houve um salto de cadastros unipessoais, que triplicaram nos últimos 6 meses, o que não acontece por acaso (possibilidade de duplicação da renda por família), e que na reunião que irá acontecer no dia 25/09, a sociedade civil e os Governos precisam se apresentar lado a lado, com ações em conjunto e alinhadas.

Márcio Fernandes, Diretor do Departamento de Operação na SE-NARC/MDS, esclareceu que era rotineiro o diálogo com o GDF por conta da execução dos recursos do IGD, mencionando a construção do Comitê Intersetorial como um ponto positivo. Afirmou que podem pensar em incentivo financeiro para o fortalecimento desse comitê intersetorial visto que hoje cerca de 100 mil famílias que precisam de atualização de cadastro no GDF. Márcio Fernandes apontou que os agendamentos agora não são mais nas unidades dos CRAS, e sim nos pontos de atendimento terceirizados, através de parcerias realizadas. Questionou sobre como o GDF está se organizando para atender esse passivo de 100 mil famílias que precisam atualizar o cadastro e se o GDF tem participado do fórum de Metrôpoles.

Sergio Lopes, da ouvidoria geral do MDS, tratou sobre criação de um fluxo de denúncias que chega via o Fala BR.

Clara de Sá, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (DGSUAS), informou que a agenda de capacitação e de formação dos conselheiros pode ser algo pensado em conjunto com o GDF. Disse acreditar que possa haver uma conversa pensando materiais mais específicos de demanda de formação, através de um momento de levantamento das demandas de formação com os(as) trabalhadores e trabalhadoras; que podem apoiar na elaboração de materiais informativos de comunicação para os profissionais e para os usuários. Sugeriu uma reunião com a gestão da SEDES/DF para realização de trocas e alinhamento sobre o Capacita SUAS e Prontuário SUAS.

João Paulo retomou então os eixos temáticos, afirmando, para concordância dos demais presentes, os pontos que podem ser apresentados na reunião do dia 25 de setembro de 2025, sendo então:

Eixo 1 - Formação e capacitação:

1. Abordar o ponto da formação e capacitação dos trabalhadores e trabalhadores;
2. Capacita SUAS e Prontuário SUAS – Apresentar as agendas de formação do Núcleo de educação permanente que aconteceram e as que irão acontecer, voltadas aos conselheiros.

Eixo 2 - Organização do sistema e estrutura das unidades:

1. Apresentação do detalhamento das construções e diagnóstico de ampliação das unidades com a demanda de concurso para composição do quadro de servidores(as);
2. Apresentação de estudos oriundos da vigilância socioassistencial sobre a descentralização da gestão da Sedes/DF;
3. Apresentação das unidades em processo de abertura como as unidades do CREAS, bem como apresentação do cenário de composição das equipes técnicas dos equipamentos;

Eixo 3 - Fortalecimento do controle social:

1. Reunião bilateral com a RFBC sobre a construção do Plano de fiscalização;
2. Apresentação do Plano de execução orçamentária;
3. Apresentação do fórum regional e uso do repasse do IGD;

Eixo 4 – Condicionalidades do Programa Bolsa Família e interse- torialidade:

1. Apresentação das denúncias e interlocuções realizadas junto à Polícia Civil e Polícia Federal;

Eixo 5 - Informação e vigilância socioassistencial:

1. Apresentação de como se dá o acompanhamento/monitoramento da população em situação de rua;

Eixo 6 – Intersetorialidade do Bolsa Família

1. Apresentação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento do Programa Bolsa Família (Ações, planejamentos, cronograma de atividades);

Eixo 7- Recursos humanos e parcerias:

1. Apresentação da situação de recomposição das vagas por meio da realização de concurso público;
2. Apresentação da justificativa de contratação e serviços terceirizados (serviços não essenciais/caráter de apoio);
3. Apresentação das parcerias (IFB/Fiocruz);

Eixo 8- Orçamento:

1. Apresentação das emendas parlamentares em execução e que serão executadas;
2. Apresentação da relação do GDF com o IGD;
3. Apresentação do Planejamento de execução orçamentária.

III - DEVOLUTIVAS DO GOVERNO FEDERAL

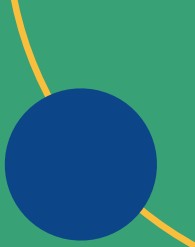
A Missão Institucional visa o fortalecimento dos programas sociais, tendo como foco o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único. Em Brasília, Distrito Federal, a Missão ocupou-se em obter informações qualitativas sobre a materialização do Sistema Único de Assistência Social, conforme informado na sessão anterior.

Para tanto, esta sessão que se inicia dedica-se ao conjunto de demandas oriundas das escutas realizadas por segmentos ao longo dos meses de julho a setembro de 2025. Sua estruturação se dará nas devolutivas correspondentes aos entes federativos, seja o governo federal e/ou governo distrital, de acordo com suas competências administrativas. Assim, seguem as devidas respostas/providências no que compete ao Governo Federal.

3.1. Formação e Capacitação

A qualificação contínua do conjunto de profissionais do SUAS é essencial para garantir atendimentos humanizados, eficientes e alinhados às diretrizes nacionais, assim como, a capacitação da sociedade civil e dos movimentos sociais é fundamental para a atuação qualificada do controle social. Destaca-se, portanto, que a educação permanente está prevista na Política Nacional de Educação Permanente (PNEP/SUAS/2013) e representa o investimento de estratégias e ferramentas que visam a formação e capacitação no campo do SUAS.

Assim, as demandas reunidas neste eixo apontam para a necessidade de investimentos em educação permanente, fomento à pesquisa e à extensão. Nesse sentido, as demandas apresentadas foram:

- 
1. Reestruturação do Núcleo de Educação Permanente da Assistência Social no Distrito Federal em diálogo com as normativas estabelecidas pelo MDS;
 2. Fomento a projetos de extensão e de pesquisa no campo da Assistência Social.

Em relação ao primeiro ponto, cabe destacar a existência do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS), instituído pela Resolução CNAS nº 08/2012, que tem como objetivo garantir a oferta de formação e de capacitação permanente para profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS para a implementação das ações dos Planos de Educação Permanente, aprimorando a gestão do SUAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

No âmbito do CapacitaSUAS, o MDS está em diálogo com o GDF para a construção de ações conjuntas, buscando apoiá-lo no processo de oferta das formações. Como resultado dessa parceria, destaca-se a realização do 1º Encontro Regional de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), voltado para a região Centro-Oeste, entre os dias 20 e 22 de agosto, na Sedes/DF. Além disso, o MDS se compromete em estabelecer relações bilaterais com a pasta de educação permanente do GDF, a partir da retomada dos Núcleos de Educação Permanente, no que se refere aos processos de implementação dos núcleos, bem como no desenvolvimento de suas ações.

Ademais, a Escola do SUAS Simone Albuquerque foi instituída no dia 17 de fevereiro de 2025, a partir da Resolução CNAS/MDS no 184, e será responsável pela construção e pela oferta das ações de formação e de capacitação previstas na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS), além de cursos para os(as) usuários(as) do sistema.

A Escola tem como um de seus públicos centrais as conselheiras e os conselheiros dos Conselhos de Assistência Social, buscando potencializar a capacitação para o exercício do controle social, assim como a formação das usuárias e dos usuários do SUAS. A demanda por formações voltadas ao acompanhamento dos planos dos Conselhos de Assistência Social e dos territórios será levada em consideração no planejamento da Escola do SUAS Simone Albuquerque.

Além disso, o Governo Federal, apoiado institucionalmente pela Escola Nacional de Assistência Social – Escola do SUAS Simone Albuquerque, passa a disponibilizar, de maneira gratuita, todos os cursos presentes na plataforma de educação à distância (mais de 62 cursos) a todos(as) os(as) conselheiros(as) e gestores(as).

O MDS também firma compromisso de estabelecer ações de educação permanente, como seminários, webinários e oficinas, a serem elaboradas e realizadas em parceria com o GDF. Nessa mesma linha o Governo Federal, em negociação com o GDF, pretende avaliar a possibilidade de realização do curso de controle social da política de assistência social, a partir da utilização de recursos de saldos remanescentes repassados em conta ao GDF.

Em relação à segunda demanda, destaca-se a publicação da Chamada Pública CNPq/FNDCT/SGPR/MDS nº 17/2025 - Extensão e Pesquisa em Participação Social nos Territórios, que apresenta, em sua Linha 3, o tema: Projetos de extensão em participação social para subsidiar o Programa de Fortalecimento, Participação Social e Garantia de Direitos na Assistência Social (Aprimora Rede+).

Com isso, busca-se incentivar ações de extensão universitária voltadas para a Assistência Social, desenvolvidas de forma indissociável com a pesquisa e o ensino, a serem implementadas nos territórios.

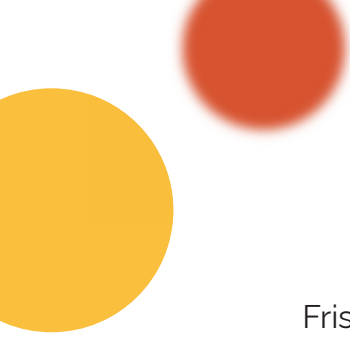
3.2. Fortalecimento do Controle Social

O controle social é um dos pilares da Política de Assistência Social, também estabelecido como diretriz na Constituição Federal e, posteriormente, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). As demandas deste eixo destacam a importância de espaços de participação, capacitação dos conselhos e maior articulação entre sociedade civil e gestão pública:

1. Necessidade do fortalecimento do Conselho Distrital com estrutura física, financeira e organizacional;
2. Fomento de capacitações de Conselheiros em contas públicas, Bolsa Família, Cadastro Único e IGD;
3. Possibilitar a criação de agentes territoriais para diálogo direto com a população;

Em relação ao primeiro ponto, ressalta-se a existência do recurso transferido pela União para Estados e Municípios, previsto no art. 14, § 2º, da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que consiste em incentivo financeiro derivado do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do CadÚnico (IGD-PBF), como instrumento de apoio à gestão e à execução descentralizada e de fortalecimento da gestão intersetorial do Programa.

Ademais, parte dessa transferência deve ser destinada aos conselhos de Assistência Social estaduais e municipais, incluindo o Distrito Federal, conforme Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024. A partir da Resolução CNAS/MDS nº 202, de 25 de julho de 2025, o recurso mínimo a ser repassado passa de 3% para 10% do valor repassado mensalmente pelo Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social (IGD/SUAS) e do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD/PBF), destinados a atividades de apoio técnico e operacional ao Conselho de Assistência Social do respectivo ente federativo.



Frisa-se que tal recurso está sendo repassado regularmente pela União ao Distrito Federal. Ressalta-se também a publicação da Portaria MDS Nº 1.041 de 23 de dezembro de 2024, que traz de forma mais detalhada e didática como o recurso do IGD pode ser utilizado, destacando-se no seu art. 11, inciso XIII, o fomento à participação social, com o apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social. Nesse sentido, um dos pontos abordados pelo MDS é a elaboração de uma cartilha que aborde o IGD no Programa Bolsa Família contendo informações qualificadas em linguagem acessível.

Outra iniciativa do Governo Federal que dialoga com as demandas apresentadas neste eixo é a incorporação da obrigatoriedade das gestões estaduais, municipais e distrital de apoio técnico e financeiro aos conselhos para que inclua nos seus planos de ação, as atividades de acompanhamento, de fiscalização, de avaliação da gestão e da operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Essa atribuição foi estabelecida no novo Termo de Adesão ao PBF e ao CadÚnico, conforme a Portaria MDS nº 1.030, de 7 de novembro de 2024.

Os planos de fiscalização têm como propósito fortalecer a cooperação interinstitucional com órgãos de controle e fiscalização. A meta é identificar sinergias e complementariedades que aprimorem os processos de gestão, auditoria e fiscalização, além de viabilizar o fluxo integrado de denúncias do Governo Federal para tratamento de irregularidades e fraudes. A Rede Federal está trabalhando nessa iniciativa no seu Plano de Ação 2025.

A atuação busca ampliar a presença da RFBC nos territórios, promovendo diálogos interfederativos, interinstitucionais e com a sociedade civil, de forma a assegurar a correta aplicação dos recursos federais repassados, com destaque para o IGD-PBF e o Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único

no SUAS (PROCAD-SUAS). Além disso, objetiva-se garantir a integridade dos dados e a adequada focalização dos benefícios. Em relação à proposta de agentes territoriais, uma importante iniciativa no sentido de contribuir com a capacitação da sociedade civil e dos movimentos sociais, a partir do fomento da pesquisa e da extensão, foi a criação do Programa Nacional de Articulação e Fortalecimento da Rede Socioassistencial do SUAS (Aprimora Rede+), aprovada pela Resolução CNAS/MDS n° 205, de 16 de setembro de 2025.

Ademais, a Rede Federal realizará agenda bilateral com o GDF sobre a construção do plano de fiscalização, junto ao controle social. Em relação a este eixo de fortalecimento do controle social, o GDF se comprometeu a realizar apresentação sobre o uso do IGD, assim como, sobre o funcionamento dos fóruns regionais no DF, na reunião geral do dia 25 de setembro.

3.3. Acesso à Informação

A produção e uso estratégico de informações são fundamentais para o planejamento e monitoramento da Política de Assistência Social, a partir da Vigilância Socioassistencial. As demandas apontam para a necessidade de integração de sistemas, combate à desinformação e criação de mecanismos de análise territorial, como se segue:

1. Melhoria na gestão e na integração dos sistemas de informação do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, garantindo maior confiabilidade e rapidez no atendimento às famílias beneficiárias;
2. Combate às *Fakes News* sobre o acesso e permanência junto ao programa de transferência de renda Bolsa Família;

O Cadastro Único é a principal ferramenta do Governo Federal para identificar as famílias brasileiras de baixa renda e saber suas condições de vida. Ele dá visibilidade às famílias e permite o seu acesso aos programas, serviços e benefícios sociais. É constituído por sua base de dados, instrumentos e procedimentos e sistemas eletrônicos. Dessa forma, possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas, auxiliando o poder público na formulação e na gestão das políticas públicas voltadas a esse segmento da população.

Nesse sentido, buscando garantir mais agilidade, segurança e eficiência para programas sociais, órgãos gestores e cidadãos, a partir de março de 2025, entrou em operação o novo Sistema do Cadastro Único, que conta com uma nova plataforma e informações mais atualizadas e qualificadas, providas por meio da integração com outros registros administrativos, que simplificam o processo de cadastramento das famílias, tanto para a população como para a gestão municipal e os operadores do sistema. A plataforma permite a interligação online de diferentes bases de dados do Governo Federal e a automatização de processos, agilizando a inserção de informações e a atualização dos dados das famílias.

Atualmente, o sistema realiza cruzamentos automáticos com bases estratégicas, tais como: CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) – para verificação de vínculos e rendimentos; SIRC (Sistema Nacional de Registro Civil) – para atualização automática de registros de óbitos; Base do CPF (Receita Federal) – para validação da situação cadastral de CPF; Base da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) para identificação de situações de insegurança alimentar; Prontuário SUAS – para sinalização de famílias com restrição de direitos ou em situação de violência; Sistema Presença – para atualização dos dados de escolaridade e frequência escolar. Com essa arquitetura mais moderna, o Novo Cadastro Único está preparado para ampliar gradativamente a integração com outras

plataformas e bases de dados, por isso estão sendo conduzidas consultorias para evoluções na interoperabilidade com outros dados governamentais.

Em relação ao combate à *fake news*, a RFBC possui uma atividade específica para esse tema. A Ação 3 - Enfrentamento à Desinformação integra o Plano de Ação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único 2025. Seu objetivo principal é combater a propagação de desinformação relacionada aos programas sociais, por meio de respostas rápidas a notícias falsas e da promoção de conteúdos precisos, fortalecendo a confiança da população nas políticas públicas de transferência de renda. Entre os resultados esperados, destaca-se a criação de uma infraestrutura informacional que permita o recebimento de denúncias e a veiculação de informações retificadoras, além do desenvolvimento de estratégias institucionais para compreender e enfrentar o fenômeno da desinformação, como a constituição de um Comitê Interministerial (MDS, SECOM e AGU).

Por fim, está em desenvolvimento um sítio eletrônico integrado às redes sociais, com informações seguras sobre o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único. Além da publicação de cartilhas informativas de Enfrentamento à Desinformação no SUAS, destinadas gestores(as), beneficiários(as) e trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social.

3.4. Acesso e obstáculos aos Serviços e Benefícios

Garantir o acesso pleno aos serviços e benefícios é um desafio constante, todavia, consiste em um direito garantido constitucionalmente. Esse eixo evidencia barreiras burocráticas, denúncias de irregularidades, atrasos e lacunas na cobertura dos serviços, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, as demandas apresentadas pelos diversos segmentos foram:

1. Fraudes e denúncias: venda ilegal de senhas e de agendamentos;
2. Disque 156: falhas, burocracia e falta de transparência;
3. Benefícios eventuais: valores desatualizados, atrasos e pendências nas concessões (restaurantes comunitários, distribuição de cestas e acesso ao Prato Cheio);
4. Garantir atendimento à demanda espontânea e encaminhamentos ao CRAS sem necessidade de Cadastro Único;
5. Pendência das visitas domiciliares em caso de famílias unipessoais e atraso na concessão dos benefícios;
6. Falta de qualidade dos serviços prestados pelas OSC;
7. Infraestrutura precária: falta de espaços adequados para sigilo, ausência de mobília, não execução de emendas parlamentares e ausência de veículos para visitas, especialmente nas áreas rurais.

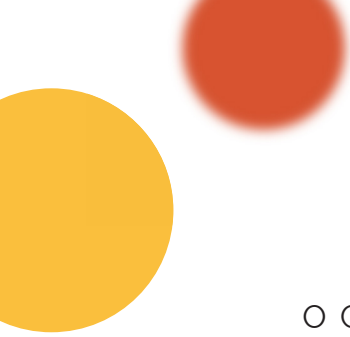
Primeiramente, faz-se necessário pontuar que, na divisão de competências estabelecida na Lei Orgânica de Assistência Social, os benefícios eventuais, como auxílio-aluguel e benefício natalidade, são de competência dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Todavia, compete à União realizar o monitoramento e a avaliação da política de Assistência Social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento. Nesse sentido, a RFBC realizou reunião com o GDF e apresentou as demandas acima citadas. Referente às denúncias de suposta venda de senhas para atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Distrito Federal, a Rede Federal encaminhou Ofício nº 621/2025/SE/RFBC à Polícia Federal, em que apresenta imagens contendo a divulgação de anúncios e perfis, que atuam para violar o direito do acesso de pessoas e de famílias aos serviços socioassistenciais na capital do País. A Rede Federal solicitou a apuração pela Polícia Federal, de modo a identificar e responsabilizar eventuais envolvidos, bem como prevenir a continuidade dessas irregularidades.

Nesses casos, a atuação da Polícia Federal é de suma importância, de acordo com art. 144, § 1º, da Constituição Federal, considerando que se trata de políticas públicas financiadas com recursos orçamentários federais, conforme art. 11 da Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, que institui o Programa Bolsa Família, e Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Assim, o Estado brasileiro tem papel fundamental no fortalecimento da proteção social e na garantia de que práticas ilícitas não comprometam a efetividade e a credibilidade da Política de Assistência Social.

Ademais, tais denúncias já se encontram sob apuração pela Polícia Civil do Distrito Federal, no âmbito do Inquérito Policial nº 027/2025-DRCC/DECOR/PCDF – PJe 0700586-50.2025.8.07.0001, o qual trata de suposta fraude relacionada ao agendamento dos serviços prestados pelos CRAS.

Sobre a demanda referente às famílias unipessoais, atualmente a Taxa do Distrito Federal está acima dos 16%. Ou seja, em agosto de 2025 está em 16,73, conforme informação retirada do VIS DATA. Além disso, conforme disposto na Lei 15.077 de 12 de dezembro de 2024, disciplinado pela Portaria MDS Nº 897, de 7 de julho de 2023 art. 10 §1º "Estarão impedidas de ingresso no Programa Bolsa Família (PBF) as famílias unipessoais sem inscrição ou atualização cadastral realizada por meio de entrevista em domicílio".

Dessa forma, todas as famílias unipessoais que não tiverem a visita domiciliar indicada no Cadastro Único ficarão impedidas de ingressar no Programa Bolsa Família (PBF) até que seja realizada a devida visita domiciliar com registro no sistema, o que independe da taxa de 16%. Ou seja, mesmo que o município esteja com a taxa abaixo dos 16%, a família deverá ter passado por visita domiciliar.



O Cadastro Único mantém, na Portaria nº 810, de 14 de setembro de 2022, a possibilidade de um cadastramento nos postos de atendimento fixos, geralmente dentro dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), em postos itinerantes (é comum que municípios organizem mutirões) ou ainda o cadastro realizado no domicílio da família. Essa forma de cadastramento já existe desde antes do procedimento específico para unipessoais e, inclusive, é prioritária (Artigo 15).

Ocorre que, em 2023, a Portaria nº 810 passou a prever procedimentos específicos para famílias unipessoais. Esses procedimentos valem para o cadastro em qualquer modalidade (domicílio, posto itinerante ou posto fixo). Incluem-se dentre esses procedimentos o recolhimento de um termo de responsabilidade específico e o *upload* desse termo e do documento de identificação com foto no Sistema de Cadastro Único. Tudo isso foi divulgado para estados e municípios por meio de Informe e Instrução Normativa. Ainda em 2023, a ação de Qualificação Cadastral exigiu que as famílias unipessoais que foram alvo dessa ação tivessem a entrevista feita no domicílio. A divulgação para municípios e estados também foi por meio de Informe e Instrução Normativa específica.

Com a Lei nº 15.077/2024, a concessão e manutenção de determinados benefícios passou a exigir o cadastro em domicílio para famílias unipessoais. Isso significa que essa modalidade, já prioritária, tende a aumentar, devido a essa exigência legal. O Departamento de Gestão do Cadastro Único (DGCAD) tem trabalhado em orientações mais específicas, ainda a serem publicadas, sobre como o(a) entrevistador(a) deve proceder nesses momentos e sobre como a gestão municipal deve lidar com esses processos. Independente disso, permanece a responsabilidade da gestão municipal (e do Distrito Federal) em gerenciar essa demanda de cadastramento, que agora é prevista em lei.

Cabe lembrar que a gestão do Cadastro Único não se confunde com a gestão dos benefícios que o utilizam, sendo que a gestão do Bolsa Família cabe à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). Por fim, registra-se que incumbe à gestão distrital do Programa manter atualizados os cadastros e orientar as famílias que se enquadram no perfil do Programa a aguardar a concessão. Sobre os trabalhos prestados pelas OSC, destaca-se, no âmbito do Aprimora Rede +, os Núcleos de Apoio às Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social, que são unidades articuladoras de extensão e pesquisa a serem instituídas em parceria com Instituições de Ensino Superior, visando diagnóstico, assessoramento, orientação, capacitação, apoio técnico e acompanhamento contínuo às entidades e Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social.

Em relação às demandas de infraestrutura das Unidades, tais pontos foram tratados em reunião com a gestão do GDF, tendo em vista as competências compartilhadas entre os entes federativos na estruturação do SUAS. De acordo com art. 204, inciso I, é estabelecido como diretriz a "descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal" (em que o DF se enquadra).

Como providências a serem tomadas, o GDF comprometeu-se a apresentar, em reunião geral da Missão DF, no dia 25 de setembro: diagnóstico da demanda por construção de unidades; estudos sobre a descentralização da gestão da SEDES/DF; relatório das unidades em processo de abertura, bem como, o cenário de composição das equipes técnicas dos equipamentos.

3.5. Condicionalidades do Bolsa Família e Intersectorialidade

O acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família exige articulação entre setores como Saúde, Educação e Assistência Social. Este eixo reúne demandas sobre falhas nos sistemas, ausência de comissões e necessidade de integração com redes de cuidado, lê-se:

1. Não funcionamento da efetivo da comissão de acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família;
2. Problema no sistema digital de educação e acompanhamento das condicionalidades do PBF.

A Portaria MDS nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024, estabelece incentivo financeiro para os municípios e para o Distrito Federal que instituírem comissão intersectorial do PBF, composta, pelo menos, por representantes das áreas de assistência social, saúde e educação, e estiverem com as informações devidamente atualizadas no SigPBF.

Informa-se também que o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família está em fase de atualização, com temas como: Gestão de benefícios, Condicionalidades, Gestão descentralizada, Transparência e Controle, dentre outros.

Ademais, destaca-se o apoio técnico a partir do Bolsa Família em Ação, que busca o aprimoramento da capacidade de gestão e de execução do Programa, que incluem Realização de Lives Temáticas; Produção de materiais para Ensino à Distância (EaD); Elaboração de um Caderno de Gestão do PBF; Promoção de Seminários Estaduais (disponibilidade de diálogo com o GDF); e Ações de comunicação voltadas diretamente aos beneficiários.

3.6. Orçamento e remuneração

A recomposição orçamentária do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma medida urgente e imprescindível para garantir a continuidade e a efetividade das políticas públicas voltadas às populações em situação de vulnerabilidade no Brasil. O SUAS tem enfrentado sucessivos desafios orçamentários que comprometem sua capacidade de atuação. Frente a isso, foram apresentadas as seguintes demandas:

1. Aperfeiçoamento do planejamento e da execução orçamentária, em consonância com os princípios do Pacto Federativo, buscando integrar as políticas de assistência em diferentes níveis de governo;
2. Orçamento destinado à Assistência Social insuficiente. Foi aprovado 120 milhões de 200 milhões necessários;
3. Baixa remuneração das(os) trabalhadoras(es) do SUAS.

Diante dos desafios orçamentários, a Rede Federal estabeleceu desde sua criação, em 2023, um Grupo Técnico voltado para a discussão da temática do orçamento, fiscalização e estruturação do SUAS (GT2), destinado à promoção de estratégias para impulsionar o investimento público na Assistência Social nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, com fins a ampliar o monitoramento dos programas e do próprio Cadastro Único. O grupo é coordenado pela SNAS/MDS e conta com o apoio da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Governança (SPOG/MDS), do Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO) e da SAGICAD/MDS.

Uma das principais pautas tratadas no GT2 é a necessidade de articulação e de mobilização federativa para aprovação da PEC 387/2017, que busca alterar a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do SUAS.

É importante ressaltar que a assistência social não se resume à transferência de renda. Ela envolve a garantia de Unidades e equipamentos públicos, acolhimento e proteção. Sem uma rede de serviços estruturada, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e programas como o Bolsa Família perdem sua efetividade, pois dependem do acompanhamento e do suporte oferecido pelo SUAS. Neste contexto, as equipes do SUAS desempenham um papel fundamental no acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e na gestão do Cadastro Único para Acesso aos Programas Sociais do Governo Federal.

Outro trabalho realizado pelo GT2 trata dos impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destacando os entraves legais e orçamentários que comprometem a continuidade e a efetividade da Política Nacional de Assistência Social.

Para isso, evidencia que o enquadramento atual das transferências da União para o SUAS como "voluntárias" limita a previsibilidade, a estabilidade financeira e a autonomia dos entes federados na gestão da assistência social. Além disso, a contabilização dos profissionais das equipes de referência no limite de despesa com pessoal previsto no art. 19 da LRF dificulta a contratação e a permanência de trabalhadores qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade.

Diante desse cenário, propõe-se a reclassificação das transferências ao SUAS como transferências obrigatórias, a exemplo do tratamento conferido ao Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando maior estabilidade jurídica e financeira. Também se recomenda a exclusão das despesas com pessoal das equipes de referência do cálculo dos limites da LRF, medida que permitiria aos entes subnacionais contratarem profissionais com recursos federais sem comprometer os seus limites fiscais.

A RFBC e o FNAS elaboraram Notas Técnicas com a fundamentação técnica e jurídica, análises, dados e histórico acerca de cada tema, com o intuito de subsidiar as discussões das pastas e apresentá-las em agendas institucionais com outras áreas do Governo Federal e com o Congresso Nacional.

Acerca da recomposição do orçamento evidencia-se que o SUAS vai muito além da política de garantia de renda, permitindo compreender os impactos que o subfinanciamento pode causar à população mais vulnerável – como a sobrecarga das redes locais, a interrupção de serviços, a descontinuidade de atendimentos e o aumento da judicialização da proteção social.

Nessa direção, o GT 2 segue na agenda de articulação com órgãos de Planejamento e Orçamento, Legislativo, Conselhos de Assistência Social e outros espaços, a fim de garantir os recursos para o fortalecimento da política de Assistência Social.

Em relação à baixa remuneração das(os) trabalhadoras(es) do SUAS, uma importante discussão é o piso salarial de assistente social. Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados e que conta com o apoio do Governo Federal. Recentemente, A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que fixa em R\$ 5.500 mensais piso salarial nacional dos profissionais de nível superior das equipes de referência do SUAS.

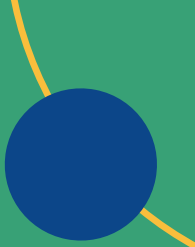
IV - DEVOLUTIVAS DO GOVERNO DISTRITAL

Após envio do Relatório Preliminar em anexo à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes/DF), órgão responsável pela Política de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal (GDF) apresentou devolutiva sobre as demandas encaminhadas na reunião realizada no dia 25 de setembro de 2025.

A fim de contextualizar, a Sedes/DF explicou que o Distrito Federal é formado por 35 Regiões Administrativas (RA), que correspondem a subdivisões administrativas com foco na descentralização da gestão pública. Atualmente estima-se que a população do Distrito Federal seja de aproximadamente 3.010.881 habitantes, sendo 52,1% desse montante formado por mulheres. No que diz respeito a caracterização de moradias, 97% dessa população reside em área urbana e apresentam idade média de 34 anos de idade.

Atualmente, a rede de equipamentos socioassistenciais da SEDES/DF é organizada entre proteções sociais básica e especial, sendo esta última classificada por média e alta complexidade. Referente à proteção social básica, de acordo com a Sedes/DF, sua composição é feita com 32 unidades de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 16 Centros de Convivência (CECON).

Já a proteção social especial de média complexidade é formada por 14 unidades de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e 2 unidades de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). No que diz respeito a proteção social especial de alta complexidade, segundo a Sedes/DF, sua composição é feita por 6 unidades de acolhimento com vagas destinadas para adultos, famílias, mulheres, pessoas idosas, juventudes, crianças e adolescentes e 1 Unidade de Proteção Social .

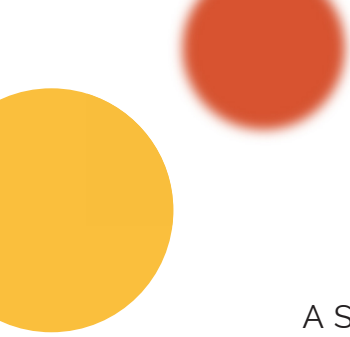


Referente à rede socioassistencial parceira no Distrito Federal, O GDF apresentou que é composta por 16 organizações da sociedade civil, 18 unidades, 25 termos de colaboração com vagas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas. A proteção social especial de média complexidade é dividida entre habilitação e reabilitação com 7 parcerias, 10 unidades e 7 termos de colaboração e o Serviço de Abordagem Social é formado por 1 parceria e 26 equipes. No tocante à proteção social especial de alta complexidade, os Serviços de Acolhimento são formados por 24 termos de colaboração, 22 Organizações da Sociedade Civil (OSC) com vagas para adultos, famílias, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, de acordo com dados apresentados pela SEDES/DF.

No que diz respeito ao Cadastro Único (CadÚnico), 408.848 famílias são cadastradas, 927.971 pessoas possuem cadastro em um cenário de 80,64% com atualização feita. Em relação a população em situação de rua, os dados de agosto de 2025 revelam um número de 8.840 pessoas e os grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE) são formados por um montante de 18.027. Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), 39.268 pessoas são contempladas.

Em relação ao contingente de benefícios de transferência de renda, 154.573 famílias são contempladas pelo Programa Bolsa Família (PBF), 69.115 com valor médio de R\$ 673,63; famílias no DF Social com valor do benefício de R\$ 150,00; e 69.995 famílias no Cartão Gás, cujo valor do benefício é de R\$ 100,00.

Referente aos benefícios eventuais e excepcionais concedidos durante o primeiro semestre de 2025, a SEDES/DF informou que foram repassados 6.804 auxílios natalidade (pecúnia), 3.433 auxílios natalidade (bens de consumo), 432 auxílios calamidade, 19.752 auxílios vulnerabilidade, 6.526 auxílios excepcionais, 85 auxílios por morte (pecúnia) e 883 auxílios por morte (bens de consumo).



A SEDES/DF, conforme a Portaria nº 58/2022, instituiu 8 Regiões de Desenvolvimento Social (RDS) com a intenção de agrupar as RA e integrar as ações voltadas à proteção social, vigilância socioassistencial e à defesa de direitos. As Regiões de Desenvolvimento Social são distribuídas da seguinte forma:

- **Central:** Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Sul, Lago Norte e Varjão.
- **Leste:** São Sebastião, Jardim Botânico, Itapoã e Paranoá.
- **Norte:** Sobradinho, Sobradinho II, Fercal e Planaltina.
- **Centro Sul:** SIA, SCIA Estrutural, Núcleo Bandeirante, Park Way, Guará e Candangolândia.
- **Centro-Oeste:** Vicente Pires, Taguatinga, Águas Claras e Arniqueira.
- **Sudoeste:** Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II e Água Quente.
- **Oeste:** Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Brazlândia.
- **Sul:** Gama e Santa Maria.

Enquanto instrumento normativo de acompanhamento e materialização do planejamento da Política de Assistência Social no Distrito Federal, a SEDES/DF informou que suas ações estão pautadas nos seguintes documentos: Plano de Assistência Social do Distrito Federal (2024-2027), Eixo Desenvolvimento Social presente no Plano Plurianual (2024-2027); Plano Plurianual do Distrito Federal PPA (2024-2027); Plano Estratégico do Distrito Federal (2019-2060) e Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social (2024-2027).

Desse modo, enquanto planejamento de novas unidades de CRAS, segundo a SEDES/DF, entre 2018 e 2024, foram implementadas 6 novas unidades (CRAS Sol Nascente, CRAS Recanto das Emas, Reabertura do CRAS Samambaia Expansão, Criação de equipe de proteção social móvel com 22 servidores, CRAS Móvel, CRAS Porto Rico e CRAS Itapoã Parque). Estima-se, conforme o planejamento, que sejam entregues 6 outras unidades de CRAS entre os anos 2025-2026, a saber: CRAS Santa Luzia (ADM Estrutural), CRAS São Sebastião (Morro da Cruz), CRAS Pôr do Sol, CRAS Água Quente, CRAS Ceilândia Norte e CRAS Paranoá Parque.

No que diz respeito às novas unidades do CREAS, de acordo com a SEDES/DF, entre os anos de 2018 e 2024 foram implementadas 3 instalações, a saber: CREAS São Sebastião, CREAS Recanto das Emas e CREAS Migrantes. A previsão para os anos de 2025 e 2026 é a implementação de 4 novas unidades, CREAS Itapoã Parque, CREAS Ceilândia Norte, CREAS Santa Maria e CREAS Sol Nascente.

A SEDES/DF informou as seguintes ações em andamento:

- 1.** Implementação de uma metodologia georreferenciada utilizando a localização dos CEP fornecidas pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF);
- 2.** Mapa das áreas de abrangência dos CRAS e CREAS que possibilita visualizar a distribuição espacial das famílias e indicadores de vulnerabilidade social;
- 3.** Redução sustentada na taxa de abstenção nos atendimentos dos CRAS agendados via 156 e site. A redução é notável, de acordo com a SEDES/DF, a partir de janeiro de 2025, mês de início do uso de lembretes e da possibilidade de cancelamento via *WhatsApp* ou ligação automática;
- 4.** Inauguração do módulo de atendimento na recepção no SIDS em janeiro de 2025;

5. Instituído o formato padrão de registro das demandas e atendimentos nos CREAS, com utilização do *Microsoft Forms* e *Excel Online*. Estão registradas atualmente 8.300 demandas sendo atendidas ou aguardando atendimento;
6. Encontra-se em processo de validação o relatório automatizado sobre as demandas e atendimentos nos CREAS que irá permitir aferir a quantidade de casos aguardando, fluxo de novos casos por mês, quantidade de atendimentos iniciados por mês, duração dos acompanhamentos, resultado dos acompanhamentos, distribuição espacial dos casos. Segundo a Sedes/DF, todos os indicadores poderão ser segmentados por público, região e tipo de violação de direito;
7. Consolidação organizacional e mapeamento de processos com foco na melhoria da experiência do público usuário;
8. Estruturação institucional com a criação da Coordenação de Proteção Social Especial de Média Complexidade e implementação (CPSM) da Diretoria de Atenção à População em Situação de Rua (DIPOP);
9. Ações no campo da formação e da capacitação do conjunto de servidores(as) da SEDES/DF através do Capacita SUAS, Escola virtual, supervisão técnica e capacitações diversas promovidas por coordenações e parceiros;
10. Execução de emendas parlamentares, 43 ao todo destinadas às Organizações da Sociedade Civil (OSC) por meio de termos de colaboração e fomento. Bem com ampliação de vagas em serviços socioassistenciais como serviço de acolhimento para adultos e famílias, residência inclusiva, família acolhedora, serviço de acolhimento para crianças e adolescentes e serviço de pernoite;
11. Criação do Comitê Intersetorial do Programa Bolsa Família através da Portaria Conjunta nº 01, de 14 de fevereiro de 2024, envolvendo as pastas da educação, saúde e assistência social

com agenda previamente estabelecida para os anos de 2024 e 2025.

A SEDES/DF informou que no âmbito do controle social aconteceram diversas reuniões das comissões e plenárias do Conselho de Assistência Social do DF, com frequência mínima mensal de encontros. Como estratégia de articulação com grupos e movimentos sociais, realizou-se diálogo com o Fórum Distrital de Usuários do SUAS (FUSUAS/DF), oficinas da Secretaria Executiva do CAS/DF com foco nas competências do conselho, atribuições e funções dos(as) conselheiros(as), bem como as normativas e resoluções sobre a Política de Assistência Social. Para abordar o tema do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizaram-se oficinas teórico-práticas.

Enquanto entregas, de acordo com a SEDES/DF, o CAS/DF construiu o seu Planejamento Estratégico Institucional, aprovou seu cronograma anual ajustado mensalmente às necessidades, representantes das secretarias da Sedes/DF participaram das reuniões quando solicitado e foram direcionadas respostas institucionais diante das solicitações das informações das comissões da plenária.

A SEDES/DF apontou alguns avanços no que corresponde a materialização da Assistência Social, tais como:

1. Implementação da Central do Cadastro Único com 2.136 cadastros realizados em domicílio em 2025;
2. Implementação do Programa Agentes da Cidadania^[1] com 569 bolsas pagas em 2025;
3. Instalação dos CRAS Itapoã Parque, Porto Rico (Santa Maria) e CRAS Móvel;
4. Inauguração do Hotel Social com 200 vagas diárias;


5. Implementação do Programa Incentiva DF com 5.756 bolsas pagas em 2025;
6. Instalação dos CREAS Recanto das Emas e Migrantes.

No que corresponde às metas a serem alcançadas, a Sedes/DF apresentou:

1. Implementação de 12 novos CRAS;
2. Implementação de 9 programas socioassistenciais;
3. Implementação de 5 novos CREAS;
4. Ampliação de vagas de acolhimento para pessoas idosas de 245 para 495;
5. Ampliação de vagas do Família acolhedora de 45 para 90;
6. Implementação de 2 novos Centros Pop;
7. Adequação de 100% dos espaços físicos conforme os parâmetros normativos vigentes;
8. Consolidação da Vigilância Socioassistencial na Gestão do SUAS no DF;
9. Implementação de Serviço para PCD na modalidade Centro Dia;
10. Ampliação de 11,76% para 70% o número de unidades com condições de realizar visitas domiciliares.

Em relação aos desafios a serem enfrentados pela referida secretaria, pontuam-se os seguintes:

1. Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais nos territórios mais vulneráveis e distantes ou nas áreas com acesso facilitado;
2. Reduzir o tempo de espera para acesso ao atendimento;

- 
3. Adequar e modernizar a infraestrutura dos equipamentos de assistência e incorporar recursos tecnológicos para promover inovação nos serviços oferecidos;
 4. Implementar ações complementares como a concessão de bolsas sociais;
 5. Qualificar a oferta de serviços socioassistenciais e aperfeiçoar a integração dos serviços e a continuidade da proteção social;
 6. Elaboração de proposta para estabelecer parâmetros para acompanhamento familiar;
 7. Consolidar a Vigilância Socioassistencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Missão Institucional em Brasília teve origem a partir de **denúncia encaminhada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Cidadania e Legislação Participativa (CDDHCLP)** da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), por meio do Ofício nº 415/2025 – CDDHCLP. Conforme documentação anexa, a CDDHCLP relatou **diversas irregularidades** referentes à execução da Política de Assistência Social do Distrito Federal, registrando 126 denúncias relacionadas ao PBF e ao Cadastro Único.

Durante o processo de escuta dos segmentos, que envolveu controle social, trabalhadores(as) do SUAS, usuários(as), órgãos de controle e gestores(as), identificou-se um conjunto ampliado de reivindicações associadas ao SUAS no DF. Com base nesse levantamento, o Governo Federal organizou as **demandas em eixos temáticos**, como apresentados anteriormente, a saber: 1) Formação e Capacitação; 2) Fortalecimento do Controle Social; 3) Acesso à informação; 4) Acesso e obstáculos aos Serviços e Benefícios; 5) Condicionais do Bolsa Família e Intersetorialidade; 6) Orçamento e remuneração.

Diante desse cenário, **a RFBC empenhou-se na elaboração de respostas técnicas e no desenvolvimento de estratégias de cooperação federativa junto ao GDF**, com vistas a subsidiar a qualificação da gestão e o aprimoramento da Política de Assistência Social no território. Isso resultou em um momento de **devolutiva pública**, realizado no dia 25 de setembro de 2025, voltada à apresentação de resultados preliminares e à construção coletiva de propostas de melhoria para o SUAS no DF.

Com base nas análises realizadas e nas informações levantadas ao longo do processo de acompanhamento, as conclusões a seguir estão organizadas em pontos-chave que sintetizam os **principais desafios** identificados.

1) Fragilidade estrutural na capacitação dos trabalhadores do SUAS/DF

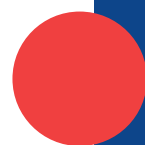
Observou-se que a SEDES/DF não apresentou informações quantitativas, qualitativas ou avaliativas acerca das ações de capacitação e de formação de seus(as) trabalhadores(as). Essa ausência de detalhamento revela uma **fragilidade estrutural na dimensão formativa da gestão do SUAS no DF**, evidenciando a inexistência de um planejamento sistematizado de educação permanente.

Nesse sentido, o Governo Federal, por meio da **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS, 2013)**, orienta que a qualificação dos/as profissionais deve ser um processo contínuo, participativo e articulado à prática cotidiana, e agora apoiado institucionalmente pela Escola Nacional de Assistência Social – Escola do SUAS Simone Albuquerque. **O fortalecimento dessa dimensão é essencial para valorizar os(as) trabalhadores(as) e garantir a qualidade dos serviços ofertados à população.**

2) Falta de apoio à participação social

Percebeu-se certa discrepância entre os esforços relatados pelo GDF e a realidade de participação social no SUAS no DF, conforme exposto pelos movimentos sociais e pela sociedade civil nos espaços de escuta da Missão. Foram relatados o baixo número de reuniões dos conselhos e instâncias participativas e a pouca frequência de encontros diretos com a gestão do GDF, **o que tem limitado o exercício pleno do controle social.**

Outro ponto crítico é a **estruturação física, financeira e organizacional** do Conselho Distrital de Assistência Social. Ademais, na devolutiva apresentada pela SEDES/DF, **não houve menção ao repasse de recursos do IGD-PBF** voltados ao apoio técnico e operacional do Conselho, o que reforça a necessidade de aprimorar os



mecanismos de financiamento e de suporte institucional voltados ao fortalecimento do controle social.

O último repasse realizado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao GDF foi de R\$ 696.081,25, com base no índice 0,87 do IGD-M referente ao mês de setembro de 2025. Em 2024, os valores repassados somaram R\$ 7.204.798,29, **e em setembro de 2025 o saldo da conta corrente do município de Brasília/DF era de R\$ 574.791,96.**

3) Baixa efetividade na implementação da Vigilância Socioassistencial

Constata-se que a Vigilância Socioassistencial ainda não se consolidou como instrumento efetivo de gestão estratégica e monitoramento do SUAS no DF, apesar da existência de um plano distrital anunciado pela SEDES/DF. **A equipe atualmente responsável por essa área é composta por apenas dois servidores para todo o território do DF**, condição que restringe severamente a capacidade de produção sistemática de diagnósticos, indicadores e análises territoriais, essenciais ao planejamento e à avaliação da política de Assistência Social.

A Vigilância Socioassistencial deve ser um núcleo estratégico e estruturante da gestão do SUAS, responsável por produzir evidências, orientar decisões e garantir informações qualificadas sobre vulnerabilidades, serviços e resultados, para isso precisa ser concretizada na prática de gestão. Para tanto, é essencial que sua implementação se concretize efetivamente na prática de gestão.

4) Desafios no enfrentamento à desinformação

Como boa prática, destaca-se a atuação comunicativa da Vice-Governadoria do Distrito Federal, que vem utilizando suas redes sociais como instrumento de divulgação dos serviços socioassistenciais. Um exemplo é a campanha "Sem agendamento? Pode entrar!", que apresenta de forma objetiva e acessível os atendimentos disponíveis sem necessidade de hora marcada nos Cras, Creas e Centros Pop, ampliando a visibilidade das ações do SUAS.

No que se refere ao enfrentamento à desinformação relacionada aos programas e serviços da Assistência Social de forma mais ampla, **ressalta-se que cabe aos entes federativos assegurarem a disseminação de informações corretas**, de modo a preservar a credibilidade das políticas sociais e garantir o acesso da sociedade a dados oficiais e verificáveis.

5) Cobertura de serviços e benefícios insuficiente

Sobre o acesso a serviços e benefícios, a situação se apresenta crítica, sobretudo diante das **denúncias relativas à venda ilegal de senhas e agendamentos para atendimento nos serviços da rede socioassistencial**. Tais práticas configuram grave violação aos princípios da universalidade e equidade que regem o SUAS. Além disso, observa-se fragilidade na transparência e na publicidade dos procedimentos de acesso aos serviços e benefícios, a partir de canais oficiais de comunicação.

Ainda nesse eixo, no que se refere aos recursos humanos, observa-se uma **defasagem significativa de servidores(as) da Assistência Social, resultando em equipes incompletas, sobrecarregadas e no comprometimento da qualidade dos serviços**. Nesse ponto, a SEDES/DF manifestou compromisso com a realização de concurso

público como medida para suprir as lacunas e reforçar o quadro técnico, mas ainda sem prazo definido.

Persiste o desafio de ampliar a cobertura territorial e a capilaridade dos serviços socioassistenciais, **garantindo que as unidades atendam com qualidade a população assistida** e garantam a proteção social devida. Além disso, é necessário promover **a melhoria da infraestrutura física das unidades de Assistência Social**, de modo a assegurar condições adequadas de atendimento e operação da rede SUAS.

Segundo estudo publicado pelo MPDFT, com base em dados do Cadastro Único, mais de 370 mil famílias estavam registradas no sistema, das quais 76% viviam em condições de pobreza ou baixa renda. Esse percentual equivale a 282.225 famílias referenciadas, o que, conforme o mesmo estudo, justificaria a necessidade de 56 unidades do Cras. **Caso todas as famílias cadastradas fossem consideradas referenciadas, o número ideal de Cras no DF subiria para 74. Todavia, atualmente, o DF conta apenas com 31 unidades.**

6) Fragilidade na supervisão da Rede Socioassistencial

Foi relatada a **substituição de serviços de responsabilidade estatal por organizações terceirizadas**, bem como a oferta de serviços considerados de baixa qualidade por parte dessas entidades. Esse cenário gera preocupação quanto à continuidade, à padronização e à qualidade do atendimento prestado à população. Observa-se que, na devolutiva pública apresentada pelo GDF, não houve posicionamento específico sobre essa questão.

Destaca-se que o **Instituto Mãos Solidárias** é atualmente a principal entidade responsável pela execução de serviços de Assistência Social no DF, atendendo a um número expressivo de famílias em

situação de vulnerabilidade, em atividades que vão desde o cadastramento e acompanhamento familiar até o acolhimento institucional. Embora faltem informações consolidadas sobre os repasses financeiros, **verifica-se, a partir do Termo de Colaboração nº 002/2023, um repasse global de R\$ 11 milhões até o presente aditivo em andamento.**

No âmbito federal, foi criado o Programa Aprimora Rede+, que tem como objetivo fortalecer entidades, organizações da sociedade civil de assistência social e movimentos sociais enquanto coprodutores da política pública. O funcionamento do Programa se dará por meio de Núcleos de Apoio, promovendo capacitação, articulação técnica e qualificação das parcerias.

7) Avanços e dificuldades na intersetorialidade do Programa Bolsa Família

Em relação às condicionalidades do PBF, a SEDES/DF apresentou avanços positivos no acompanhamento das famílias beneficiárias, destacando a atividade contínua do Comitê Intersetorial, bem como a realização de reuniões e articulações permanentes entre as áreas de assistência social, educação e saúde. Tais iniciativas refletem esforço de integração entre políticas sociais e de aprimoramento da gestão das condicionalidades.

Entretanto, essa perspectiva institucional contrasta com os relatos de trabalhadores do SUAS, que apontam a **insuficiência de profissionais dedicados especificamente à articulação intersetorial e ao acompanhamento das famílias**. Ademais, o MPDFT, em sua Análise da Política de Assistência Social do DF, destaca a "dificuldade de articulação com outras políticas sociais", evidenciando que, apesar dos avanços formais, ainda persistem desafios estruturais e operacionais para consolidar a intersetorialidade como prática efetiva no âmbito do PBF.

8) Cooperação federativa para recomposição orçamentária do SUAS

A questão orçamentária no SUAS constitui um desafio transversal a todos os níveis de gestão federativa, impactando diretamente a capacidade de planejamento, execução e ampliação dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. A **ausência de regularidade e previsibilidade orçamentária** dificulta, ainda, a manutenção das equipes de referência e a garantia da estrutura física adequada para o atendimento às famílias.

Por essa razão, **são necessários esforços coordenados para assegurar patamares mínimos e adequados de financiamento**, garantindo a continuidade dos programas e a efetividade da proteção social. É imprescindível avançar na construção de um pacto de financiamento que assegure patamares mínimos e adequados de recursos.

Por fim, a RFBC agradece a todos os atores envolvidos na Missão Institucional em Brasília, reconhecendo a importância da participação de cada segmento para a avaliação e o aprimoramento da Política de Assistência Social. **Reafirma-se o compromisso com o acompanhamento contínuo e o monitoramento sistemático das proposições apresentadas neste relatório**, buscando promover a qualificação permanente do SUAS, fortalecer o controle social e garantir a efetividade e o acesso aos serviços, benefícios e programas socioassistenciais.

Considerações finais

- Há descaracterização da política de assistência social pela não implementação integral do PAIF.
- Por isso, é urgente a reconfiguração da política de assistência social no DF, com destaque para:
 - A ampliação do número de unidades de CRAS e CREAS, com base em diagnósticos socioterritoriais;
 - A realização de concursos públicos e a reestruturação das carreiras;
 - O fortalecimento da vigilância socioassistencial (estrutura recente, somente com 2 servidores);
 - A valorização dos trabalhadores e implementação de políticas de cuidado com a saúde mental;
 - A revisão do sistema de agendamento com foco em transparência, equidade e acessibilidade e com múltiplos canais de acesso às vagas;
 - A promoção de ações de educação em controle social para a participação social e escuta qualificada dos usuários;
 - A garantia de investimentos em infraestrutura, manutenção predial, recursos materiais indicados pelas equipes e apoio técnico às unidades.

Contatos

- Para mais informações, por favor, entre em contato com Izis Morais Lopes dos Reis, no e-mail: agip@mpdft.mp.br

ANEXOS





ANEXO 1 - Relatório preliminar Missão DF

RELATÓRIO PRELIMINAR
MISSÃO DF

Brasília, agosto de 2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	116
RESULTADOS DAS REUNIÕES.....	118
2.1. Formação e Capacitação.....	118
2.2. Organização do Sistema e Estrutura das Unidades.....	119
2.3. Fortalecimento do Controle Social.....	121
2.4. Acesso e obstáculos aos Serviços e Benefícios.....	122
2.5. Informação e vigilância Socioassistencial.....	124
2.6. Condicionalidades do Bolsa Família e Intersetorialidade.....	126
2.7. Recursos humanos e parcerias.....	126
2.8. Orçamento.....	128
CONCLUSÃO.....	129

1. APRESENTAÇÃO

A Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC) foi instituída pelo artigo 13 da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e regulamentada pelo Decreto nº 11.762, de 30 de outubro de 2023, com o objetivo de coordenar estratégias para o aprimoramento e qualificação do Cadastro Único e o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização da gestão do Programa Bolsa Família, e com isso, expandir o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos Programas Sociais do Governo Federal.

Desse modo, para o ano de 2025, o trabalho da Rede será pautado conforme [Portaria MDS nº 1.066, de 18 de março de 2025](#), que aprova seu Plano de Ação, e estrutura-se em três eixos: Prevenção: Atuar de forma antecipada na detecção de riscos; Fiscalização: Promover o alinhamento de procedimentos de monitoramento e de fiscalização; Qualificação: Promover a qualificação das bases de dados e da gestão descentralizada a partir do fortalecimento do controle social, seis ações e três grupos técnicos.

Nesse sentido, destaca-se a Ação 1, à qual corresponde a apresentação deste relatório preliminar, coordenada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), com apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), da Controladoria Geral da União (CGU), da Advocacia Geral da União (AGU), da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Conforme deliberado pelo Colegiado da RFBC, esta ação prevê o Distrito Federal como território prioritário para atuação no corrente ano proporcionando diálogos interinstitucionais, interfederativos e com a sociedade civil com objetivo de orientar a correta aplicação de recursos federais repassados, a integridade dos dados e a adequada gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Desse modo, a Missão Brasília foi impulsionada a partir do recebimento do ofício 415/2015 direcionado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa (CDDH-CLP) vinculada a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) que trazia o levantamento de denúncias no campo da Política de Assistência Social do Distrito Federal.

Assim, no dia 30 de junho, portanto, ocorreu a primeira reunião com a mencionada comissão, a partir disso, deliberou-se pela realização de um conjunto de reuniões com grupos estratégicos afim de compilar insumos, considerando diferentes perspectivas, sobre a materialização da Política de Assistência Social no Distrito Federal. Foram mobilizadas seis reuniões com o controle social, movimentos sociais e órgãos de pesquisa, parlamento e órgãos de controle, trabalhadores(as) do SUAS e academia, usuários(as) do SUAS e gestão.

Nesse sentido, conforme calendário aprovado pelo Colegiado da RFBC, em 28 de julho, ocorreu reunião com representantes do Conselho de Assistência Social do DF, em 6 de agosto, a escuta foi realizada com os movimentos sociais que atuam na pauta e compõem o Fórum de Participação Social do DF. No dia 11 de agosto, o diálogo aconteceu com as Comissões de Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, além de representantes da Defensoria Pública do DF, Defensoria Pública da União e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. No dia 18 de agosto a escuta foi realizada com o conjunto de trabalhadores(as) do SUAS e representações do Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do GDF (SINDSASC). Já o diálogo com o conjunto de usuários(as) do SUAS aconteceu no dia 25 de agosto. Como desdobramento, busca-se concretizar a Missão Brasília no mês de setembro de 2025 pautando-se em tipologias que caracte-

rizaram as diversas escutas realizadas durante os meses de junho, julho e agosto do corrente ano.

2. RESULTADO DAS REUNIÕES

A partir das escutas realizadas com diversos segmentos da sociedade civil, órgãos de controle, trabalhadores do SUAS, academia e usuários dos serviços socioassistenciais, foram sistematizadas as principais demandas relacionadas à Política de Assistência Social no Distrito Federal. Essas demandas foram organizadas por tipologias, com o objetivo de facilitar a análise, o encaminhamento e a construção de estratégias intersetoriais e federativas.

Cada tipologia representa um eixo temático que agrupa questões recorrentes e estruturantes, revelando desafios históricos e emergentes enfrentados pelos serviços, pelas gestões e pela população atendida. A sistematização busca subsidiar a atuação da Rede Federal de Fiscalização, promovendo o fortalecimento da política pública, a melhoria da qualidade dos serviços e a garantia de direitos.

2.1. Formação e capacitação

A qualificação contínua dos profissionais do SUAS é essencial para garantir atendimentos humanizados, eficientes e alinhados às diretrizes nacionais. As demandas aqui reunidas apontam para a necessidade de investimentos em educação permanente, fomento à pesquisa e fortalecimento da gestão do trabalho.

Competência	Demanda apresentada
Governo Federal/ MDS/ SNAS Governo Distrital/ SEDES	Formação continuada do conjunto de profissionais que atuam na gestão, controle social e execução dos programas sociais, visando a qualificação dos atendimentos, acompanhamentos, serviços e, consequentemente, fortalecimento do SUAS
Governo Federal/ MDS/ SNAS Governo Distrital/ SEDES	Educação permanente voltada para o acompanhamento dos planos de trabalho do Conselho de Assistência Social e territórios
Governo Federal/ MDS/ SNAS Governo Distrital/ SEDES	Criação ou ampliação de fomentos para projetos de extensão e pesquisa no campo da Assistência Social
Governo Federal/ MDS/ SNAS	Fomento a cursos de qualificação com foco na gestão do trabalho e trabalho em rede a partir do Capacita SUAS
Governo Federal/ MDS/ SNAS Governo Distrital/ SEDES	Estruturação/Reestruturação do Núcleo de educação permanente da Assistência Social no Distrito Federal em diálogo com as normativas estabelecidas pelo MDS

2.2. Organização do sistema e estrutura das unidades

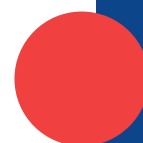
A infraestrutura das unidades socioassistenciais impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados. Esta tipologia reúne demandas relacionadas à expansão territorial, adequação física, logística e descentralização da gestão.

Competência	Demanda apresentada
Governo Distrital/ SEDES	Expansão do trabalho desenvolvido pelas unidades do CRAS Móvel com intuito de garantir acesso às realidades periféricas e atendimento em lócus, bem como fortalecer o mapeamento prévio das famílias
Governo Distrital/ SEDES	Fortalecimento do CRAS Móvel diante da demanda de famílias residentes em áreas rurais do Distrito Federal e demais territórios de difícil acesso
Governo Distrital/ SEDES	Disponibilização com antecedência do cronograma de atividades do CRAS Móvel
Governo Distrital/ SEDES	Unidades sem espaço de atendimento que garanta o sigilo profissional e privacidade durante os atendimentos individualizados. Ausência de mobília para as unidades. Emendas parlamentares enviadas e não executadas
Governo Distrital/ SEDES	Ausência de carro para realização das visitas com destaque para as áreas rurais
Governo Distrital/ SEDES	Descentralização da administração da Secretaria de Desenvolvimento Social de modo a conferir a construção de superintendências nas Regiões Administrativas (RA's) como acontece na área da saúde, por exemplo
Governo Federal/ MDS/ SNAS Governo Distrital/ SEDES	Criação de mecanismo que favoreça a pactuação entre GDF e Governo Federal como as CIB's
Governo Distrital/ SEDES	Unidades da rede socioassistencial localizadas distantes das comunidades e que ocasiona a dificuldade de acesso diante da fragilização da mobilidade urbana via transporte coletivo. Construção de unidades de CRAS dentro dos territórios.

2.3. Fortalecimento do Controle Social

O controle social é um dos pilares da política de assistência. As demandas aqui destacam a importância de espaços de participação, capacitação dos conselhos e maior articulação entre sociedade civil e gestão pública.

Competência	Demanda apresentada
Governo Federal/ MDS/ SENARC (IGD) Governo Distrital/ SEDES	Promoção de espaços de diálogo e deliberação entre os agentes públicos, sociedade civil organizada e órgãos de controle, de forma a aperfeiçoar o processo de fiscalização e a transparência das ações governamentais
Governo Federal/ MDS/ SENARC (IGD) Governo Distrital/ SEDES	Estruturação física, financeira e organizacional do Conselho de Assistência Social
Governo Federal/ MDS/ SENARC Governo Federal/ MDS/ SNAS	Necessidade de capacitação para acompanhamento das contas públicas, monitoramento do Programa Bolsa Família e Cadastro Único e a aplicação dos Recursos do IGD
Governo Distrital/ SEDES	Baixo número de reuniões, tempo insuficiente para garantia das discussões e raras reuniões com a Gestão do GDF
Governo Federal/ RFBC	Fomento à presença de profissionais, como agentes territoriais, que atuam no processo de diálogo direto entre a população atendida e as unidades da Assistência Social
Governo Distrital/ SEDES	Rearticulação dos fóruns regionais de assistência social



2.4. Acesso e obstáculos aos serviços e benefícios

Garantir o acesso pleno aos serviços e benefícios é um desafio constante. Esta tipologia evidencia barreiras burocráticas, denúncias de irregularidades, atrasos e lacunas na cobertura dos serviços, especialmente para populações vulneráveis.

Competência	Demanda apresentada
Rede Federal - MDS (RFBC)	Visita às unidades e acompanhamento dos serviços socioassistenciais, visto a denúncia de venda de senhas para acesso aos serviços. Venda ilegal de agendamentos. Grupos organizados de venda. Sistema de fraude
Governo Distrital/ SEDES	Mal funcionamento e falta de transparência no agendamento pelo Disque 156
Governo Distrital/ SEDES	Excesso de burocracia na atualização do formulário eletrônico para acessar o Disque 156
Governo Distrital/ SEDES	Carta de benefícios da assistência social desatualizada desde 2013 (valores dos benefícios)
Governo Distrital/ SEDES	Atraso dos benefícios eventuais e dos emergenciais
Governo Distrital/ SEDES	Atuação do DF Legal contrária à proteção social, contando com assistentes sociais nas operações
Governo Federal/ MDS/ SNAS	Falta de parametrização da assistência nacionalmente dificulta as políticas
Governo Distrital/ SEDES	Necessidade de fiscalização dos restaurantes comunitários e da distribuição de cestas. 4,1% da população em situação de segurança alimentar no DF

Governo Distrital/ SEDES	Fechamento de restaurantes comunitários e necessidade de cadastro das pessoas em situação de rua para acessar os restaurantes
Governo Distrital/ SEDES	Apenas uma casa de acolhimento funcionando – alta complexidade. Investimento em espaços de acolhimento estatais, não apenas em parcerias
Governo Distrital/ SEDES	2 centros-pop apenas, com poucos servidores, a maioria de funcionários da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP
Governo Distrital/ SEDES	Ausência de Centros-dia no DF
Governo Distrital/ SEDES	Investir nos serviços de convivência em vez da institucionalização
Governo Distrital/ SEDES	Pendência das visitas domiciliares em caso de famílias unipessoais e atraso na concessão dos benefícios
Governo Federal/ MDS/ SENARC (IGD) Governo Distrital/ SEDES	Política de acolhimento e de inclusão socioeconômica para mães solo usuárias do BPC e PBF
Governo Distrital/ SEDES	Prioridade de agendamento referente ao BPC, tendo em vista a perda do benefício por falta de atualização do Cadastro Único
Governo Distrital/ SEDES em articulação com Saúde	Fila para diagnóstico de crianças com autismo para acesso ao BPC
Governo Federal/ MDS/ SNAS Governo Distrital/ SEDES	Garantia do atendimento por demanda espontânea e encaminhamento entre unidades

Governo Distrital/ SEDES	Demanda por criação de CRAS nos 3 Trechos do Sol Nascente, no Pôr do Sol e na Samambaia Norte
Governo Distrital/ SEDES	Falta de lugar para pernoite das pessoas em situação de rua e políticas de higienização
Governo Distrital/ SEDES	Ações de derrubadas ilegais de casas e encaminhamento para abrigos
Governo Distrital/ SEDES	Atualização do valor do Auxílio Aluguel que hoje é 600 reais

2.5. Informação e vigilância socioassistencial

A produção e uso estratégico de informações são fundamentais para o planejamento e monitoramento da política. As demandas apontam para a necessidade de integração de sistemas, combate à desinformação e criação de mecanismos de análise territorial.

Competência	Demanda apresentada
Governo Federal/ MDS/ SAGI-CAD SENARC\SNAS	Melhoria na gestão e na integração dos sistemas de informação do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, garantindo maior confiabilidade e rapidez no atendimento às famílias beneficiárias
Governo Federal/ MDS/ SNAS Governo Distrital/ SEDES	Implementação efetiva da Vigilância Socioassistencial, com a ampliação das análises e mapeamento das situações de vulnerabilidade, acompanhamento social das demandas, subsidiando a tomada de decisão e a priorização de recursos

RFBC (Ação 3)	Ampliar as estratégias para melhoria no acesso à informação, com linguagem acessível, e combate as Fakes News sobre o acesso e permanência junto ao programa de transferência de renda Bolsa Família
RFBC	Proposta de criação de um observatório da assistência social no DF
Governo Distrital/ SEDES	Divergência entre pesquisas do IPEDF e do CadÚnico em números da população em situação de rua. Isso afeta o dimensionamento da política
Governo Federal/ MDS/SENARC	Dúvidas sobre a possibilidade de acúmulo de benefícios. Exemplo: PBF e Pé de Meia
Governo Distrital/ SEDES	Falta de transparência ativa do GDF sobre a assistência social

2.6. Condicionalidades do Programa Bolsa Família e intersectorialidade

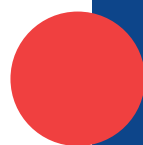
O acompanhamento das condicionalidades exige articulação entre setores como saúde, educação e assistência. Esta tipologia reúne demandas sobre falhas nos sistemas, ausência de comissões e necessidade de integração com redes de cuidado.

Competência	Demanda apresentada
Governo Distrital/ SEDES	Ausência de articulação intersectorial. Não funcionamento da comissão de acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família
Governo Federal/ MDS/SENARC	Problema no sistema digital de educação e acompanhamento das condicionalidades do PBF
Governo Distrital/ SEDES	Garantir atendimento e revisão de encaminhamentos de forma direta para comunidades terapêuticas e fortalecimento do trabalho intersectorial para garantir a efetiva articulação com a Rede de Atenção Psicossocial

2.7. Recursos humanos e parcerias

A valorização dos trabalhadores do SUAS é essencial para a sustentabilidade da política. As demandas aqui tratam da escassez de profissionais, condições de trabalho, remuneração e substituição indevida por serviços terceirizados.

Competência	Demanda apresentada
Governo Distrital/ SEDES	Falta de concursos públicos. GDF possui 2.070 servidores ativos em seu quadro para um total de 5.500 postos. Acordo de greve de janeiro de 2024
Governo Distrital/ SEDES	Atraso no pagamento dos salários e baixa remuneração. Assistentes sociais recebem, em média, R\$ 1.485 a R\$ 3.586 por 30h semanais
Governo Distrital/ SEDES	Falta de profissionais para realizar visitas domiciliares e não realização de busca ativa por falta de condições
Governo Distrital/ SEDES	Servidor absorve a função de motorista, por falta de pessoal. Acúmulo de funções. Adoecimento dos servidores
Governo Distrital/ SEDES	Segurança nas unidades - adoecimento dos trabalhadores. População se revolta com a falta de serviço. Servidores agredidos
Governo Distrital/ SEDES	Substituição de serviços de obrigatoriedade estatal para organizações terceirizadas. Serviços de baixa qualidade
Governo Distrital/ SEDES	Baixa remuneração das mães sociais, que cuidam da alimentação no acolhimento. Jornada de trabalho 4x1, de dia inteiro
Governo Distrital/ SEDES	Aumento da titulação de gratificação. Gratificação de habilitação, já existente em outras categorias. Com Mestrado, ganha-se apenas 100 reais a mais
Governo Distrital/ SEDES	Apenas 4 servidores na gerência de acompanhamento e fiscalização para toda a demanda do DF - denúncias do CadÚnico
Governo Distrital/ SEDES	Violência contra servidores do CRAS por conta da falta de vagas no atendimento, principalmente contra servidoras mulheres



8. Orçamento

O financiamento adequado é condição para a efetividade das ações socioassistenciais. Esta tipologia apresenta demandas sobre insuficiência orçamentária, descentralização de recursos e uso estratégico do IGD.

Demanda apresentada	Competência
Aperfeiçoamento do planejamento e da execução orçamentária, em consonância com os princípios do Pacto Federativo, buscando integrar as políticas de assistência em diferentes níveis de governo	Governo Federal/ MDS/ FNAS Governo Distrital/ SEDES
Orçamento destinado à Assistência Social insuficiente. Foi aprovado 120 milhões de 200 milhões necessários	Governo Distrital/ SEDES
Utilização de recursos próprios por parte dos servidores para atividades. Descentralização dos recursos. Utilização do recurso do IGD para serviços	Governo Distrital/ SEDES

Conclusão

Por meio da Ação 1 - Organização das Missões Institucionais, a Missão Brasília representa um esforço coletivo e interinstitucional para fortalecer a Política de Assistência Social no Distrito Federal, a partir da escuta qualificada de diversos atores sociais e da sistematização de demandas concretas.

As tipologias apresentadas neste relatório revelam desafios estruturais e operacionais que impactam diretamente a efetividade dos serviços, a garantia de direitos e a dignidade das populações atendidas.

A partir das reuniões realizadas, foi possível identificar a necessidade de investimentos em formação, estrutura humana e física, controle social, acesso aos serviços e integração intersetorial.

As demandas apontadas indicam caminhos para o aprimoramento da gestão e para a construção de soluções pactuadas entre os entes federativos.

Este relatório preliminar, portanto, constitui uma base estratégica para o planejamento de ações da Rede Federal de Fiscalização, contribuindo para a qualificação do Programa Bolsa Família, do Cadastro Único e da Política de Assistência Social como um todo.

A expectativa é que os caminhos aqui registrados possam subsidiar decisões, fomentar parcerias e promover transformações efetivas no território do Distrito Federal.





ANEXO 2 - Ofício nº 415/2025 - CDDHCLP

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

OFÍCIO Nº 415/2025-CDDHCLP

Brasília, 14 de abril de 2025.

Assunto: Pedido de cooperação Referência: Demanda

Senhor Coordenador,

- 1.** Cumprimentamos cordialmente Vossa Senhoria, encaminhamos as demandas levantadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) no que se refere à política de Assistência Social, ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único, bem como apresentamos os desafios e a necessidade de maior articulação na perspectiva do Pacto Federativo e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- 2.** Desde o início de 2024, a CDH recebeu um total de 126 demandas relacionadas ao atendimento e à operacionalização do Programa Bolsa Família, Cadastro Único e demais serviços correlatos à política de Assistência Social no Distrito Federal. Essas manifestações abarcam situações de vulnerabilidade, inadequações operacionais, dificuldades de acesso às transferências e aos benefícios, bem como questões de transparência e fiscalização.
- 3.** A partir da análise inicial dessas demandas, evidenciou-se a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial entre os órgãos gestores da política de Assistência Social, de modo a aprimorar a Vigilância Socioassistencial e garantir maior efetividade das ações previstas em lei. Também foi identificada a urgência de se avaliar sistematicamente a política de Assistência Social no DF, de modo a obter um diagnóstico consistente que oriente as estratégias de gestão e fiscalização.

4. Cabe salientar que a construção de um Plano de Ação envolvendo diferentes instâncias (federal e distrital, quando for o caso) é fundamental para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade.
5. Diante do exposto, destacamos os seguintes pontos de atenção:
 - Melhoria na gestão e na integração dos sistemas de informação do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, garantindo maior confiabilidade e rapidez no atendimento às famílias beneficiárias;
 - Formação continuada dos profissionais que atuam na gestão e execução dos programas sociais, visando à qualificação do atendimento e ao fortalecimento do SUAS;
 - Implementação efetiva da Vigilância Socioassistencial, com a ampliação das análises e mapeamento das situações de vulnerabilidade, acompanhamento social das demandas, subsidiando a tomada de decisão e a priorização de recursos;
 - Promoção de espaços de diálogo e deliberação entre os agentes públicos, sociedade civil organizada e órgãos de controle, de forma a aperfeiçoar o processo de Fiscalização e a transparência das ações governamentais;
 - Aperfeiçoamento do planejamento e da execução orçamentária, em consonância com os princípios do Pacto Federativo, buscando integrar as políticas de assistência em diferentes níveis de governo.
6. Reiteramos a relevância de se estabelecer uma maior interlocução entre os órgãos federais, distritais, estaduais e municipais, reconhecendo a transversalidade da política de assistência social.

- 7. Estamos à disposição para contribuir, no que couber, com ações conjuntas e participativas que fortaleçam a execução e o monitoramento das políticas públicas de enfrentamento à pobreza e vulnerabilidade social.
- 8. Contando com a atenção de Vossa Excelência, aguardamos retorno.

Atenciosamente, FÁBIO FELIX
Presidente da Comissão

Ao Senhor

JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS

Coordenador da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único redes.coordenacao@mds.gov.br | (61) 2030-2693

Documento assinado eletronicamente por FABIO FELIX SILVEIRA - Matr. 00146 , Presidente, em 14/04/2025, às 18:58, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: 2100866 Código CRC: 7AECF838.

*Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 1º Andar, Sala 1.39 CEP 70094-902 Brasília-DF
Telefone: (61)3348-8701 www.cl.df.gov.br - cddhcedp@cl.df.gov.br*



ANEXO 3 - Registros fotográficos



Diálogos com o parlamento e órgãos de controle





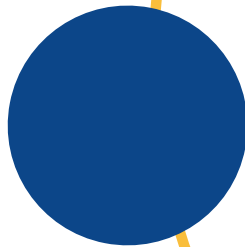
Diálogos com os Movimentos Sociais





Diálogos com o conjunto de trabalhadores(as) do SUAS, Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do Distrito Federal







Diálogos com usuários(as) da Política de Assistência Social e Usuários(as) que compõem o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal

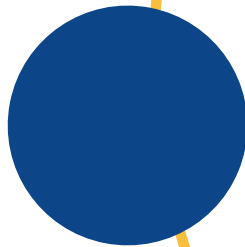




Diálogos com a gestão do SUAS no Distrito Federal







Devolutiva - Missão Brasília











**ANEXO 4 - Matéria do Correio Braziliense
(Relatório do MPDFT expõe desafios no
serviço social público do DF)**

Relatório do MPDFT expõe desafios no serviço social público do DF

Pesquisa do Ministério Público (MPDFT) aponta falta de unidades e profissionais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), afetando 370 mil famílias vulneráveis na capital do país.

Governo destaca desafios, investimentos e projetos

Por Ana Carolina Alves*
 Postado em 24/10/2025 04:00

Segundo a pesquisa, caso todas as famílias cadastradas fossem atendidas, seriam necessárias 74 unidades - (crédito: Marcelo Ferreira/CB/DA Press)

"Fiquei três meses sem receber o Bolsa Família porque não conseguia agendar o recadastramento. Eu ligava e não tinha vaga, hoje não é muito diferente. Foi ruim porque fiquei sem dinheiro naquele período", desabafou a dona de casa Lindalva Lopes da Silva, 55 anos, moradora do Riacho Fundo I. O relato revela a dificuldade enfrentada por quem depende dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no Distrito Federal, responsáveis pela oferta de serviços sociais à famílias em situação de vulnerabilidade.

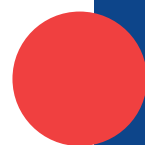
A rotina de longas esperas, falta de profissionais e escassez de unidades evidencia a precariedade do sistema. Atualmente, o Distrito Federal conta com 32 unidades do CRAS, mas, segundo uma pesquisa recente do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), seriam necessárias 56 unidades para atender as 282 mil famílias em situação de pobreza ou baixa renda registradas no Cadastro Único em

2023, dados mais recentes. Se todas as 370 mil famílias cadastradas fossem consideradas, o número de CRAS necessários subiria para 74, mostrando a cobertura insuficiente da rede.

O número representa um sistema fragilizado, explica o promotor de Justiça do MPDFT, Bernardo Matos. *"Essa fragilização reflete outros problemas. Um deles, também apontado na pesquisa, é a dificuldade de acesso aos serviços. A maioria dos atendimentos mais importantes, como Prato Cheio e Bolsa Família, depende de agendamento por telefone ou site. Se a pessoa for presencialmente, possivelmente não conseguirá, pois as vagas acabam rapidamente. Se tivéssemos um número adequado de CRAS e servidores, talvez não existisse essa dificuldade de acesso"*, refletiu.

Segundo a pesquisa, apenas cerca de 24% dos 21 serviços previstos são executados por todas as unidades, o que fragiliza a implementação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e compromete ações de convivência e fortalecimento comunitário. *"Hoje o sistema está afogado com a demanda de benefícios. Mas, é só por meio do serviço de fortalecimento de vínculos que os profissionais do CRAS vão capacitar o cidadão sobre seus direitos. Esses trabalhos de acompanhamento precisam ser feitos para prevenir violações de direitos"*, afirmou Matos.

Para o promotor, o cenário exige ações estruturais urgentes, desde a ampliação do número de unidades até a valorização dos profissionais que atuam



na rede. *"A falta de concursos, o desgaste emocional e a ausência de uma política de cuidado com a saúde mental dos trabalhadores têm comprometido o atendimento. Esses profissionais lidam diariamente com situações de extrema vulnerabilidade e precisam estar em condições de oferecer acolhimento e escuta qualificada. O trabalho precisa ser simultâneo: é preciso fortalecer os CRAS já existentes e inaugurar novas unidades, principalmente nas regiões periféricas"*, concluiu.

A aposentada Fátima Miranda, 73, destaca que, a cada ano, o acesso é mais dificultado, principalmente para idosos. *"Antes, a gente chegava lá e resolvia tudo. Tenho medo de quando precisar renovar o benefício, porque faz tempo que ninguém atende mais. O problema é esse: falta gente para atender. Se tivesse mais unidades e mais servidores, talvez fosse diferente"*, lamentou.



Fátima destaca que, a cada ano, o acesso é mais dificultado (foto: Bruna Gaston CB/DA Press)

Necessidade

Para a assistente social Fernanda Moreira, a falta de profissionais impacta diretamente a população. *"A comunidade se encontra em vários momentos de-sassistida ou desmotivada a procurar pelo serviço por saber da demora. Isso impacta fortemente a superação ou mitigação de vulnerabilidades"*, relatou.

A desmotivação é vivida pela moradora da Estrutural Poliana Feitosa Teixeira, 37, que relata que os atendimentos têm ficado cada vez mais precários e difíceis de agendar. *"A população é muito grande e o número de funcionários é pequeno para atender tanta gente. Os postos ficam cheios e muitas pessoas acabam sem atendimento"*, contou.

Ela disse que chegou a dormir na fila do CRAS para conseguir renovar o Bolsa Família durante a pandemia, em 2020. *"A gente recebe o Bolsa Família e, depois de um tempo, eles mandam mensagem dizendo até que dia é possível renovar o cadastro. Muita gente acaba perdendo o benefício porque não consegue vaga para atualizar os dados"*, lamentou.

A assistente administrativa relata que, mesmo ligando para o 156 ou tentando pelo site, não consegue agendar o atendimento. *"A gente vem atrás de benefícios a que temos direito, mas, pela nossa falta de informação, não sabemos onde procurar. Vemos o CRAS como um apoio, mas não conseguimos atendimento. Ficamos sem nossos direitos e sem saber a quem recorrer"*, destacou.

Recursos humanos

A pesquisa do MPDFT reforça a percepção de quem vive a rotina dos CRAS. O levantamento apontou carência de recursos materiais — desde transporte interno até mobiliário, computadores, impressoras e artigos de escritório — e problemas na estrutura de pessoal, como equipes incompletas, alta rotatividade e uso irregular de cargos comissionados.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do GDF (Sindsasc), Clayton Avelar, o estudo confirma o que o sindicato vem denunciando há anos. *"O DF tem uma média de desemprego bem maior que a nacional, é destino constante de migrantes e possui a maior desigualdade de renda do país. Tudo isso pressiona fortemente a rede de assistência social, sobretudo os CRAS"*, afirma. Segundo ele, a estrutura atual é insuficiente para dar conta da demanda crescente. *"Trabalhamos com apenas um terço do quadro de pessoal necessário e, em muitas unidades, em condições muito precárias"*, completa.

Avelar explica que a sobrecarga de trabalho e a falta de estrutura adequada afetam diretamente a qualidade do atendimento. *"Diariamente, os CRAS são procurados por milhares de pessoas. A recepção fica lotada, e o atendimento inicial costuma ser feito por agentes sociais ou auxiliares, que registram as demandas e orientam sobre benefícios. Outras centenas são atendidas por especialistas — assistentes sociais, psicólogos e educadores —, mas com o quadro reduzido, fica impossível oferecer o acompanhamento adequado"*, disse. *"A consequência é o enfraquecimento dos vínculos com as famílias e a in-*

terrupção de ações preventivas, que deveriam ser o foco do trabalho", avalia.

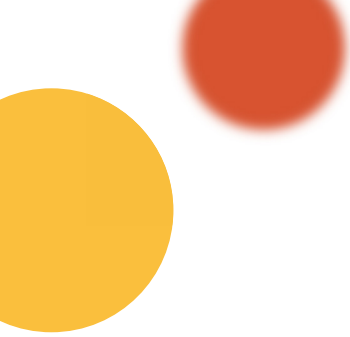
Além da falta de pessoal, as condições físicas das unidades também preocupam. O relatório identificou problemas estruturais graves, e Avelar cita exemplos: *"Temos CRAS com forro comprometido pela chuva, falta de ar-condicionado, água contaminada por roedores, ausência de acessibilidade e móveis quebrados que chegam a causar problemas ortopédicos em servidores"*. Ele afirma que os trabalhadores estão em mobilização permanente para reivindicar melhorias. *"Nossa pauta tem 19 itens, entre eles, melhores condições de trabalho. Espero que o Ministério Público e o governo sejam sensíveis às demandas da nossa categoria"*, conclui.

Medidas

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) esclarece que o aumento de pessoas vulneráveis e da demanda nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) ainda é reflexo consequências sociais e econômicas da pandemia, não só no DF, mas no Brasil e em todo o mundo.

Segundo a pasta, desde o início da atual gestão, foram inauguradas seis novas unidades socioassistenciais e, até 2026, estão previstas mais seis: Santa Luzia (Estrutural), Morro da Cruz (São Sebastião), Pôr do Sol, Água Quente, Condomínio Privê (Ceilândia Norte) e Paranoá Parque.

"O Distrito Federal é atrativo e em constante crescimento. Isso também se reflete na alta procura pelos serviços da assistência social. Nesta gestão, entre-



gamos melhorias estruturais em quase metade das unidades, muitas delas sem receber nenhum reparo há mais de 20 anos. Modernizamos o sistema de confirmação de agendamento, que agora pode ser confirmado pelo WhatsApp, reduzindo em 50% as abstenções nos atendimentos, que antes acabavam tirando de outra pessoa a oportunidade de ser atendida", declarou a secretária, Ana Paula Marra.

A secretária também informou que tem investido na valorização dos servidores, com a nomeação de mais de mil profissionais, ampliação da carga horária para 40 horas, reestruturação de carreira e oferta de atendimento psicológico gratuito. Para reduzir filas e melhorar o acesso, a Sedes estuda criar um percentual de vagas para agendamentos presenciais, priorizando idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

A Sedes reconheceu desafios como a venda ilegal de agendamentos e o alto índice de faltas, que chega a 30%. Segundo a pasta, já houve prisões pela Polícia Civil relacionadas à comercialização de vagas, e o novo sistema de confirmação via *WhatsApp* reduziu as abstenções pela metade. Por fim, informou que mantém diálogo com o Ministério Público do DF em busca de fortalecer a rede de proteção social e aprimorar o atendimento às famílias em vulnerabilidade. *"Estamos trabalhando de forma contínua para melhorar tanto a estrutura quanto o acesso da população aos CRAS"*, acrescentou Ana Paula Marra.

Dados da pesquisa

Atualmente, o DF possui 31 unidades do CRAS em funcionamento, mas seriam necessárias ao menos 56 para atender a cobertura mínima das famílias em vulnerabilidade. Caso todas as famílias cadastradas no Cadastro Único fossem consideradas referenciadas, seriam necessárias 74 unidades.

Até 2023, havia mais de 370 mil famílias registradas no Cadastro Único, das quais 76% viviam em condições de pobreza ou baixa renda, ou seja, 282.225 famílias.

Apenas 24% dos 21 serviços previstos pelo PAIF são executadas, fragilizando ações de convivência e fortalecimento comunitário.

Link de acesso: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2025/10/7273329-relatorio-do-mpdft-expoe-desafios-no-servico-social-publico-do-df.html>. Acessado em 28 de outubro de 2025.





ANEXO 5 - Apresentação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sobre a Análise da Política de Assistência Social no DF

Análise da Política de Assistência Social no DF: os Centros de Referência de Assistência Social

Equipe: Cátia Betânia Chagas, Cristina Aguiar Lara, Izis Moraes Lopes dos Reis, Janaina Bezerra Nogueira, Karolina Varjão, Laiane Vasconcelos Leão Velame, Natália Mashiba Pio, Pâmela Rodrigues Araújo da Silva, Pauleana Nunes, Rosângela Baia Ferreira, Solange Maria da Silva Félix

Residentes: Ana Roberta Gomes Inácio, Anna Júlia Medeiros Lopes Garcia,

Objetivos e metodologia:

- Objetivo examinar a implementação da política de assistência social no Distrito Federal, com foco nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) (Fase 1) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) (Fase 2).
- Abordagem mista, qualitativa e quantitativa.
- A pesquisa buscou: identificar os programas, projetos e serviços disponíveis; conhecer a realidade de funcionamento dos equipamentos nas diferentes regiões administrativas, as dinâmicas de funcionamento, a estrutura e os recursos humanos; avaliar a capacidade de cobertura populacional dos CRAs em relação às dimensões dos territórios; analisar a integração entre os diferentes níveis de proteção social e, por fim, identificar as potencialidades e os desafios para a estruturação e implementação da política de assistência social no DF.
- Etapas da pesquisa: entrevistas com Diretoria de Atenção Integral às Famílias (DAIF) - em 2023, com solicitação de dados primários, visitas técnicas a 29 CRAS - em 2023, grupos focais com trabalhadores e aplicação de questionários com 430 usuários dos serviços - em 2024.

Resultados gerais:

Baixa implementação PAIF

A implementação do PAIF enfrenta desafios significativos. O PAIF encontra-se enfraquecido e não é plenamente executado na maior parte das unidades do CRAS do Distrito Federal. Há focalização nos atendimentos individualizados majoritariamente voltados para a concessão de benefícios. Foi identificada uma limitação importante relacionada à extensa abrangência territorial dos CRAS, que inclui áreas urbanas e rurais.

Limitada implementação da proteção social especial

A baixa cobertura dos serviços da Proteção Social Especial, especialmente de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), impacta sobremaneira as atividades dos CRAS. As situações complexas que deveriam ser atendidas em outro nível de proteção social permanecem acompanhadas pelos CRAS. Dificuldade de implementar o sistema de referência e contrarreferência.

Dificuldade de articulação com outras políticas sociais

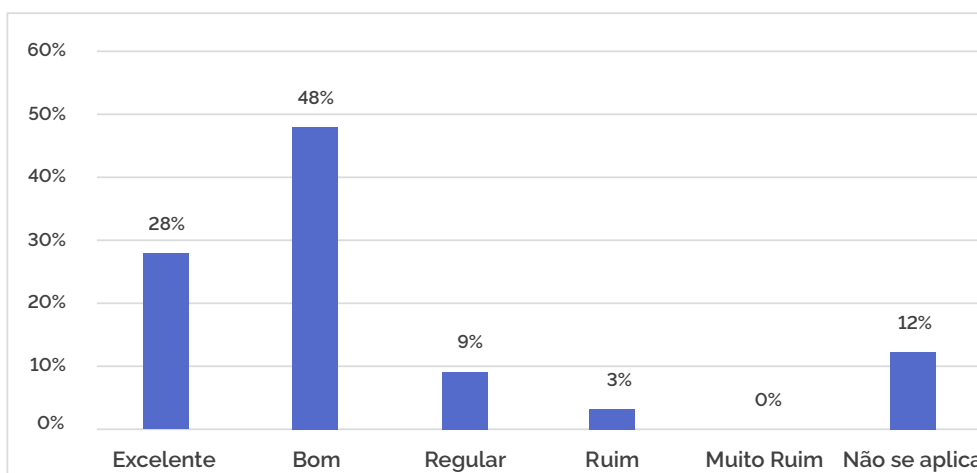
A articulação em rede é prejudicada. Destacam-se a insuficiência de servidores e a limitação no tempo disponível para ações em rede.

Há fatores externos. Destaca-se a precarização de outras políticas sociais, que não apenas limitam o atendimento aos cidadãos, mas também

Resultados gerais: pontos positivos

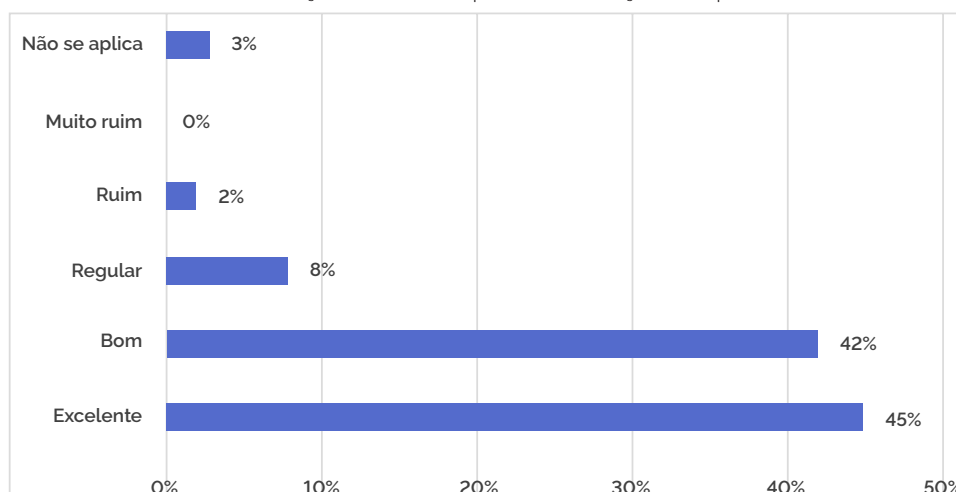
- Apesar dos desafios, os CRAS configuram-se como porta de entrada das populações vulnerabilizadas socialmente na busca pelo acesso aos serviços públicos existentes. As recepções e os atendimentos com especialistas em assistência social são locais em que as informações e encaminhamentos confiáveis sobre políticas, programas e serviços são providas. Também são os CRAS o primeiro local procurado pelas pessoas para consolidação e garantia de direitos sociais, o que demonstra a importância do fortalecimento da proteção social básica.
- Destaca-se como ponto alto da avaliação das(os) usuárias(os): a percepção predominantemente positiva em relação aos recursos humanos dos CRAS

Gráfico 14 - Avaliação dos atendimentos individuais



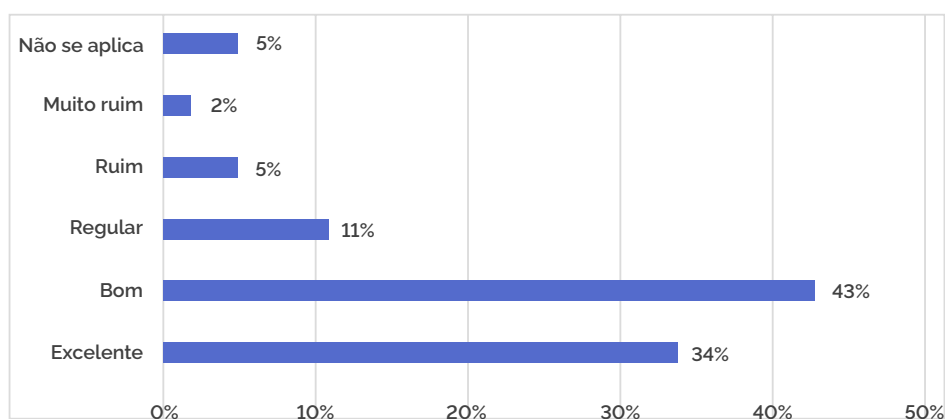
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa realizada pela AGIP/APAPPs nos CRAS do DF.

Gráfico 17 - Avaliação sobre o respeito e educação dos profissionais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa realizada pela AGIP/APAPPs nos CRAS do DF.

Gráfico 18 - Avaliação sobre a qualidade e a clareza das informações prestadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa realizada pela AGIP/APAPPs nos CRAS do DF.

Principais resultados: cobertura populacional

- Em todos os cenários projetados, a quantidade atual de equipamentos (31 unidades) é insuficiente para atendimento das famílias em contexto de vulnerabilidade social do Distrito Federal.
- Quantidade atual de CRAS (DF): 31 unidades
- Cenário 1: necessários 56
- Cenário 2: necessários 74

➤ Cenário 3: necessários 68

➤ Cenário 4: necessários 41

Tabela 1 - Quantidade de CRAS necessários em cenário 1 projetado - famílias até 1/2 salário-mínimo referenciadas/critérios da NOB/SUAS

Cenário 1			
Famílias cadastradas CADÚnico	Quantidade atual de CRAS DF	Critério Estabelecido na NOB/SUAS	Quantidade necessária projetada
282.225	31	1 CRAS para 5.000 famílias referenciadas	56

Fonte: Elaboração própria/AGIP/CEPS/MPDFT

Tabela 2 - Quantidade de CRAS necessários em cenário 2 projetado - famílias até 1/2 salário-mínimo referenciadas/critérios da NOB/SUAS

Cenário 2			
Famílias cadastradas CADÚnico	Quantidade atual de CRAS DF	Critério Estabelecido na NOB/SUAS	Quantidade necessária projetada
372.113	31	1 CRAS para 5.000 famílias referenciadas	74

Fonte: Elaboração própria/AGIP/CEPS/MPDFT

Tabela 3 - Quantidade de CRAS necessários em cenário 3 projetado - famílias até 1/2 salário-mínimo referenciadas/critérios da NOB/SUAS

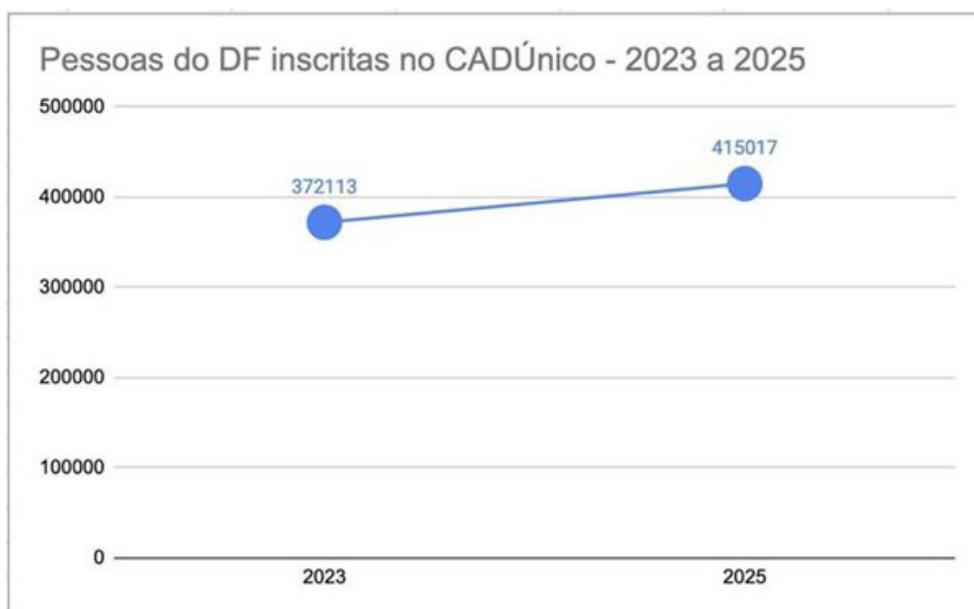
Cenário 3			
Famílias cadastradas CADÚnico	Quantidade atual de CRAS DF	Critério Estabelecido na NOB/SUAS	Quantidade necessária projetada
339.890	31	1 CRAS para 5.000 famílias referenciadas	68

Fonte: Elaboração própria/AGIP/CEPS/MPDFT

Tabela 4 - Quantidade de CRAS necessários em cenário 4 projetado - famílias até 1/2 salário-mínimo referenciadas/critérios da NOB/SUAS

Cenário 4				
Famílias cadastradas CADÚnico	Quantidade atual de CRAS DF	20% dos domicílios	Critério Estabelecido na NOB/SUAS	Quantidade necessária projetada
1.023.362	31	204.672	1 CRAS para 5.000 famílias referenciadas	41

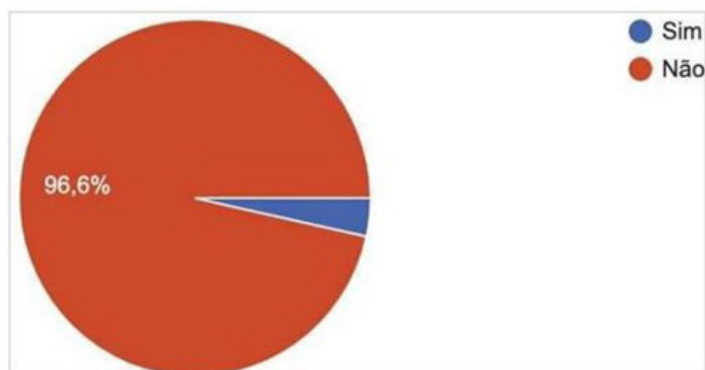
Fonte: Elaboração própria/AGIP/CEPS/MPDFT



Principais resultados: infraestrutura

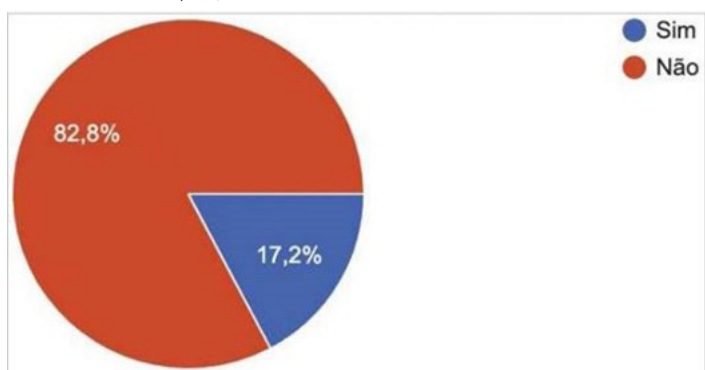
- A maioria dos CRAS apresenta problemas estruturais graves, como infiltrações, rachaduras, mofo, ausência de manutenção regular, espaços inadequados para atendimento sigiloso e para atividades coletivas.

Gráfico 6 - Adequação da estrutura física para o funcionamento dos serviços dos



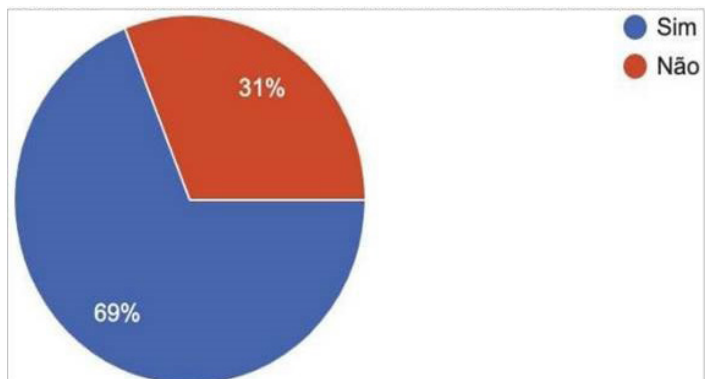
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

Gráfico 8 - Adequação das salas de atendimento nos CRAS do DF



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

Gráfico 9 - Existência de sala de atendimentos coletivos nos CRAS do DF



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

Elementos de acessibilidade	Quantidade	Porcentagem
Gerência informou que a unidade já passou por avaliação quanto à adaptação do espaço físico às normas de acessibilidade (NBR 9050)	7	24%
Gerência não tem informações sobre se a unidade já passou por avaliação quanto à adaptação do espaço físico às normas de acessibilidade (NBR 9050)	9	31%
Acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS	12	41%
Banheiro adaptado para pessoas com deficiência	14	48%
Pessoas disponíveis e treinadas para o atendimento de pessoas com deficiência (com conhecimento em Libras, treinadas em auxiliar pessoas em cadeiras de roda, com deficiência visual, entre outros)	1	3,5%
Materiais favorecedores do atendimento socioassistencial destinado a pessoas com deficiência, tais como material informativo em braile, em áudio, entre outros	10	34,5%

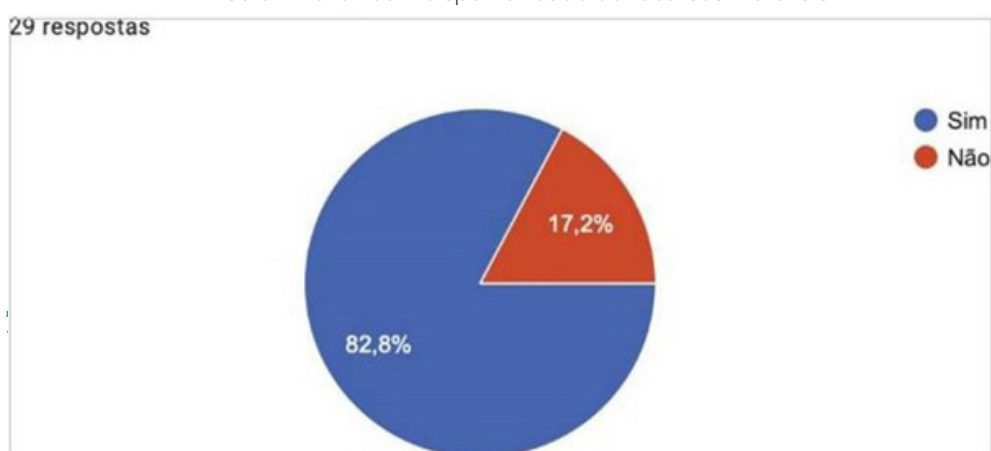
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

Principais resultados: recursos materiais

- No que se refere aos recursos materiais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), foram investigados aspectos como materiais tecnológicos (computadores, impressoras, internet e telefones), materiais socioeducativos utilizados em oficinas e grupos, além de materiais de consumo (escritório, limpeza e manutenção) e mobiliário. Também foram levantadas informações sobre a disponibilidade de veículos institucionais e motoristas.

- Dados preocupantes dizem respeito à disponibilidade de materiais e equipamentos. Faltam: transporte interno; móveis, como cadeiras, mesas e armários; eletrônicos, como computadores, impressoras, *data show*, celulares funcionais, equipamentos de audiovisual e fotografia; eletrodomésticos, como microondas, fogão, geladeira, ar-condicionado e ventiladores, artigos de escritório e de manutenção do trabalho e artigos pedagógicos, culturais e esportivos.

Gráfico 9 - Déficit ou indisponibilidade de recursos materiais



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

Tabela 7 – Resumo descritivo de recursos materiais deficitários

Os materiais para oficinas são adquiridos pelos próprios trabalhadores, tais como papéis coloridos, canetas hidrográficas, pincéis, lápis de cor, brinquedos etc.

Não há fornecimento de materiais para oficinas/atividades socioassistenciais em quantidade e qualidade suficiente pela SEDE.

Data show, televisão, equipamento de som, materiais fotográficos e outros equipamentos de audiovisual.

As cadeiras do espaço de atendimento coletivo são provenientes de doações. Automóvel, ar-condicionado, artigos pedagógicos, culturais e esportivos, material informativo, filtro de água para os usuários, cadeiras em bom estado de uso, e computadores atualizados.

Faltam aparelhos de ar-condicionado, ventiladores e cadeiras adequadas.

O CRAS não conta com automóvel, motorista, materiais pedagógicos, culturais e esportivos. Também não possui, em número suficiente, cadeiras em boas condições, armários, computadores, e materiais de escritório.

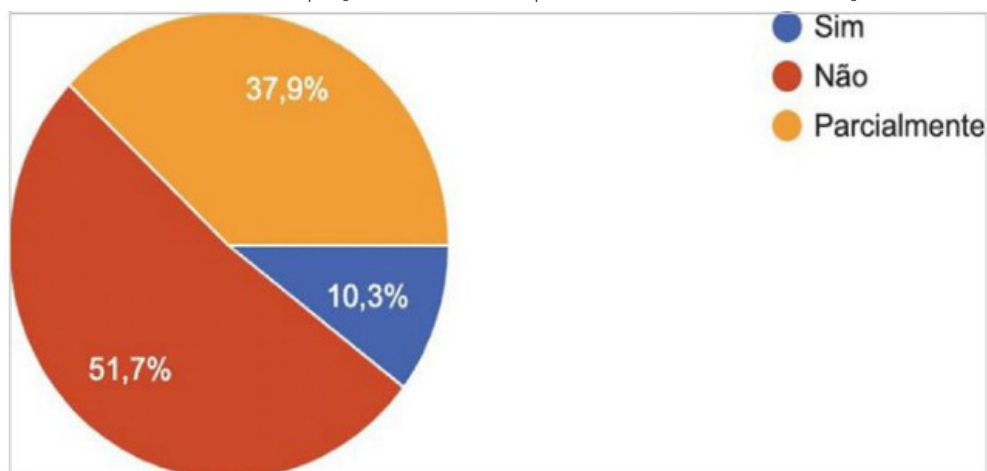
A instituição possui uma sala de costura, porém não são disponibilizados materiais (linha, agulha, tecido) para o desenvolvimento da atividade no local. Para manter a realização do serviço de convivência, os servidores precisam comprar materiais com recursos próprios. Também gostariam de realizar atividades de culinária, entretanto, não têm insumos.

O mobiliário é suficiente, mas é antigo e necessita de reparos e substituição. Em relação aos materiais, faltam canetas e não tem materiais socioeducativos, de forma que os próprios servidores providenciam os materiais.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.



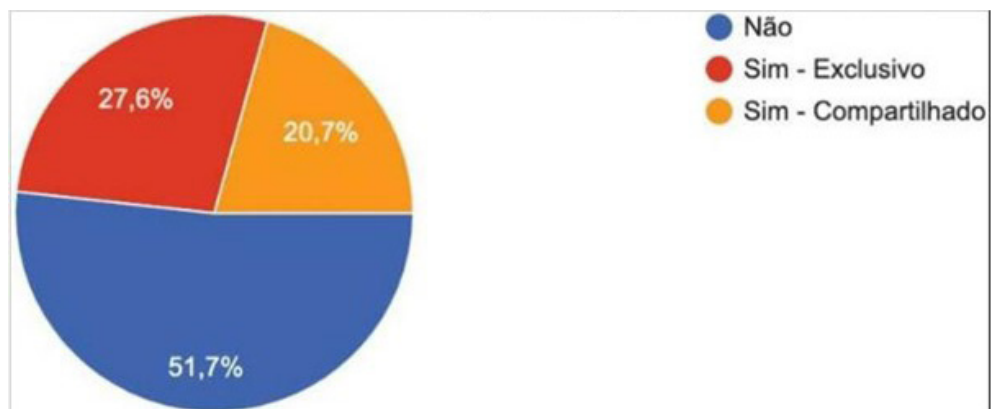
Gráfico 13 - Adequação de mobiliário para funcionamento do serviço



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

Mobiliário é considerado inadequado: móveis antigos, estragados e que podem causar acidentes, muitos provenientes de doações de outros órgãos. Nem sempre as cadeiras estão disponíveis ou são suficientes para a demanda de usuários, especialmente nas recepções.

Gráfico 14 - Disponibilidade de veículos para realização de atividades do CRAS



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

- Cenário 1: métrica adotada pela SEDES/GDF. Há deficit de 166 trabalhadores(as) (referente à 2023). Seriam necessários 152 profissionais de nível superior e 43 profissionais de nível médio.

RH EXISTENTES								
	Nível Superior (NS)				Nível Médio (NM)			Total
	AS	PSI	Out	Sub Total	Ag. Social	Téc Adm.	Sub Total	
Total	73	29	24	126	192	29	221	347

RH PREVISTOS						
NS				Nível Médio	Total	
AS	PSI	Out	Sub Total			
109	102	67	278	235	513	

Pela métrica informada pela CPSB

- **Cenário 1:** métrica adotada pela SEDES/GDF. Há deficit de 166 trabalhadores(as) (referente à 2023). Seriam necessários 152 profissionais de nível superior (36 assistentes sociais, 73 psicólogos e 43 profissionais entre as categorias profissionais previstas) e 14 profissionais de nível médio:

DISCREPÂNCIA		
Nível Superior	Nível Médio	Total
-152	-14	166

Pela métrica informada pela CPSB

Pela métrica informada pela CPSB

- **Cenário 2:** quantitativo de famílias já referenciadas e NOB/RH/SUAS: defasagem de profissionais de nível superior em 25 das 29 unidades (86%), totalizando um déficit de 163 desses profissionais. Em relação à previsão dos técnicos de nível médio, haveria uma defasagem de 68 profissionais no cômputo total. No total, seria necessária contratação de 231 profissionais para composição das equipes. Pela métrica prevista na NOB/RH:

	Famílias Referenciadas	RH EXISTENTE		
		Nível Superior	Nível Médio	Total
Total	339.890	126	221	347

Principais resultados: recursos humanos

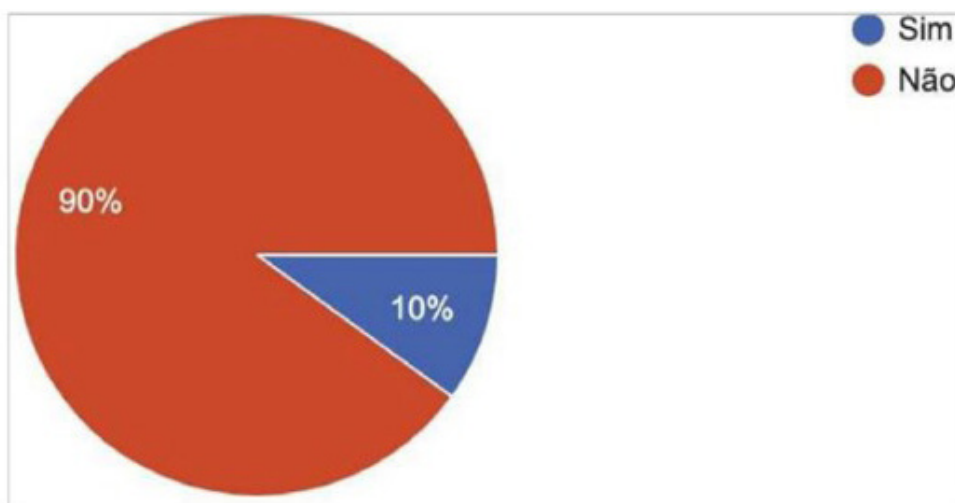
RH PREVISTO (Proporcional)		
Nível Superior	Nível Médio	Total
289	289	578

Pela métrica prevista na NOB/RH

RH PREVISTO (Proporcional)		
Nível Superior	Nível Médio	Total
289	289	578

- A insuficiência de recursos humanos é generalizada.
- Mas, há uma categoria profissional não prevista nas normativas e que é essencial para a execução do Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): motoristas.

Gráfico 15 - Disponibilidade de motorista nas unidades



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

- Em geral, os problemas podem ser resumidos em: equipes incompletas, rotatividade, coordenações políticas (cargos comissionados como gerentes, o que é contrário à normativa): das 29 unidades, 17 são geridos por pessoas em cargo comissionado, fora da carreira efetiva da Sedes/GDF, o que contraria a normativa.
- "As equipes de referência para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais" (NOB/RH/SUAS, 2006).

Tabela 2 - Ocupação de cargos de gerência dos CRAS no Distrito Federal, em 2023

Natureza do Vínculo	Nº de Unidades	Percentual
Apenas Cargo Comissionado	17	58,6%
Servidores de Carreira	12	41,4%
Total	29	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

- Apenas aproximadamente 24% das atividades (5 dentre 21 listadas) são executadas por todas as unidades. Isso sinaliza lacunas significativas na implementação do PAIF.
- O prejuízo mais significativo se dá às atividades externas, coletivas e comunitárias.

Atividades realizadas por todas as unidades:		
Acompanhamento de famílias	29	100
Orientação/acompanhamento para inserção no BPC	29	100
Recepção	29	100
Orientação e encaminhamentos	29	100
Promoção ao acesso à documentação pessoal	29	100

Atividades realizadas por todas as unidades:		
Acompanhamento de famílias	29	29
Acompanhamento de famílias	29	29

Tabela 9 - Atividades executadas pelos CRAS no Distrito Federal

Atividades previstas no PAIF	Quantidade de CRAS	Percentual
Visitas domiciliares	14	48,3
Ações de conhecimento do território	18	62,1
Mobilização para a cidadania	22	75,9
Grupo/oficina com famílias	22	75,9
Desenvolvimento do convívio familiar e comunitário	23	79,3
Busca ativa	24	82,8
Palestras	24	82,8
Campanhas ou eventos comunitários	25	86,2
Entrevista	26	89,7
Estudo Social	27	93,1
Acompanhamento dos encaminhamentos realizados	27	93,1
Plano de Acompanhamento Familiar	27	93,1
Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social	27	93,1
Mobilização e fortalecimento das redes sociais de apoio	27	93,1
Acolhida	28	96,6
Elaboração de relatórios e/ou prontuários	28	96,6
Acompanhamento de famílias	29	100
Orientação/acompanhamento para inserção no BPC	29	100
Recepção	29	100
Orientação e encaminhamentos	29	100
Promoção ao acesso à documentação pessoal	29	100

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

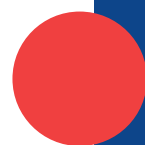
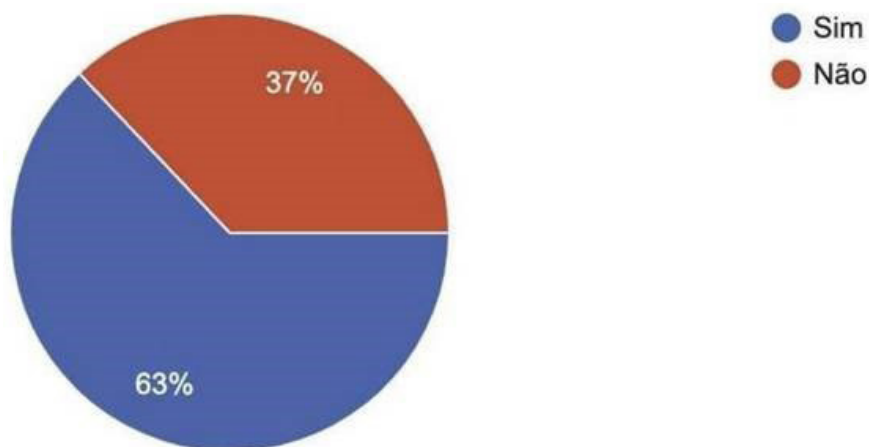


Gráfico 18 - Desenvolve atividades de fomento à participação social da comunidade



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados junto aos CRAS.

Principais resultados: ouvindo as trabalhadoras

- 12 grupos focais.
- Trabalhadoras e trabalhadores dos CRAS sentem-se desmotivadas(os): baixa qualidade da estrutura física, falta de material, falta de pessoal, dificuldades de comunicação com a gestão central da Sedes (informações nem sempre claras, mudanças não necessariamente compartilhadas com as equipes), organização atual que dá maior foco à produtividade via atendimentos individuais em detrimento das atividades coletivas e comunitárias com função preventiva e protetiva.
- Sobrecarga, falta de reconhecimento, carga mental relativa às situações narradas pelas pessoas atendidas, exposição a situações de violência (ameaças de agressão por parte de usuários) e a percebida ausência de apoio institucional têm causado adoecimento psíquico dos profissionais. Relatos de esgotamento, estresse e sentimento de impotência são recorrentes.
- Embora os servidores tenham acesso a atendimentos psicológicos centralizados por meio do GDF (coordenação Sec. Economia), destaca-se a necessidade da implementação de um

plano interno na SEDES voltado para a promoção da saúde mental e bem-estar dos trabalhadores.

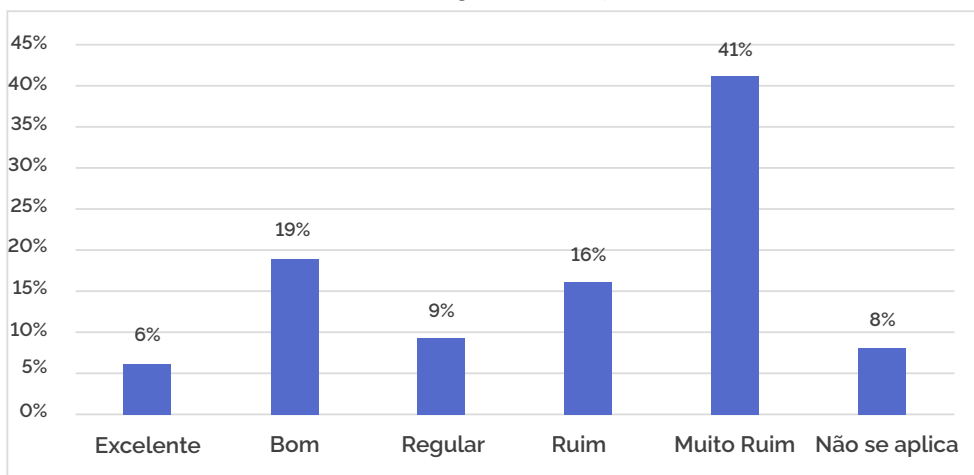
- Falta tempo disponível para capacitações, sendo necessária maior capilaridade das ações.
- Foram entrevistados 430 usuários (17 no CRAS Móvel e 412 nas unidades fixas).
- 68% já recebiam benefícios socioassistenciais, em sua maioria vinculados ao Programa Bolsa Família, seguido do Programa Prato Cheio.
- 62% dos usuários declararam-se sem renda além dos benefícios.
- A maior reclamação dos entrevistados referiu-se ao agendamento via telefone e internet.
- Outro ponto a destacar é a falta de conhecimento sobre as atividades coletivas - o que relaciona-se com a baixa oferta dessas ações.
- O tempo entre o primeiro atendimento e o recebimento de benefícios também foi considerado majoritariamente como regular, ruim e péssimo.

Sobre os agendamentos, destacam-se:

- Impossibilidade de concluir o agendamento no site.
- Falhas constantes no sistema (site sem vagas, instabilidade).
- Dificuldade de acesso tecnológico: pessoas sem computador e/ou celular, sem internet, sem familiaridade com o uso de ferramentas digitais.
- Falta de suporte ou de orientação para o uso dos meios digitais.
- Relatos de acesso somente por meio de compra/venda de vagas.



Gráfico 12 - Como você avalia o agendamento para atendimento no CRAS?



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados na pesquisa realizada pela AGIP/APAPPs nos CRAS do DF.

O sistema de agendamento atualmente disponibilizado revelou-se insuficiente para atender à demanda dos usuários. O modelo vigente impõe barreiras significativas aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, em contexto de exclusão tecnológica, o que pode aprofundar as desigualdades no acesso aos serviços socioassistenciais.



